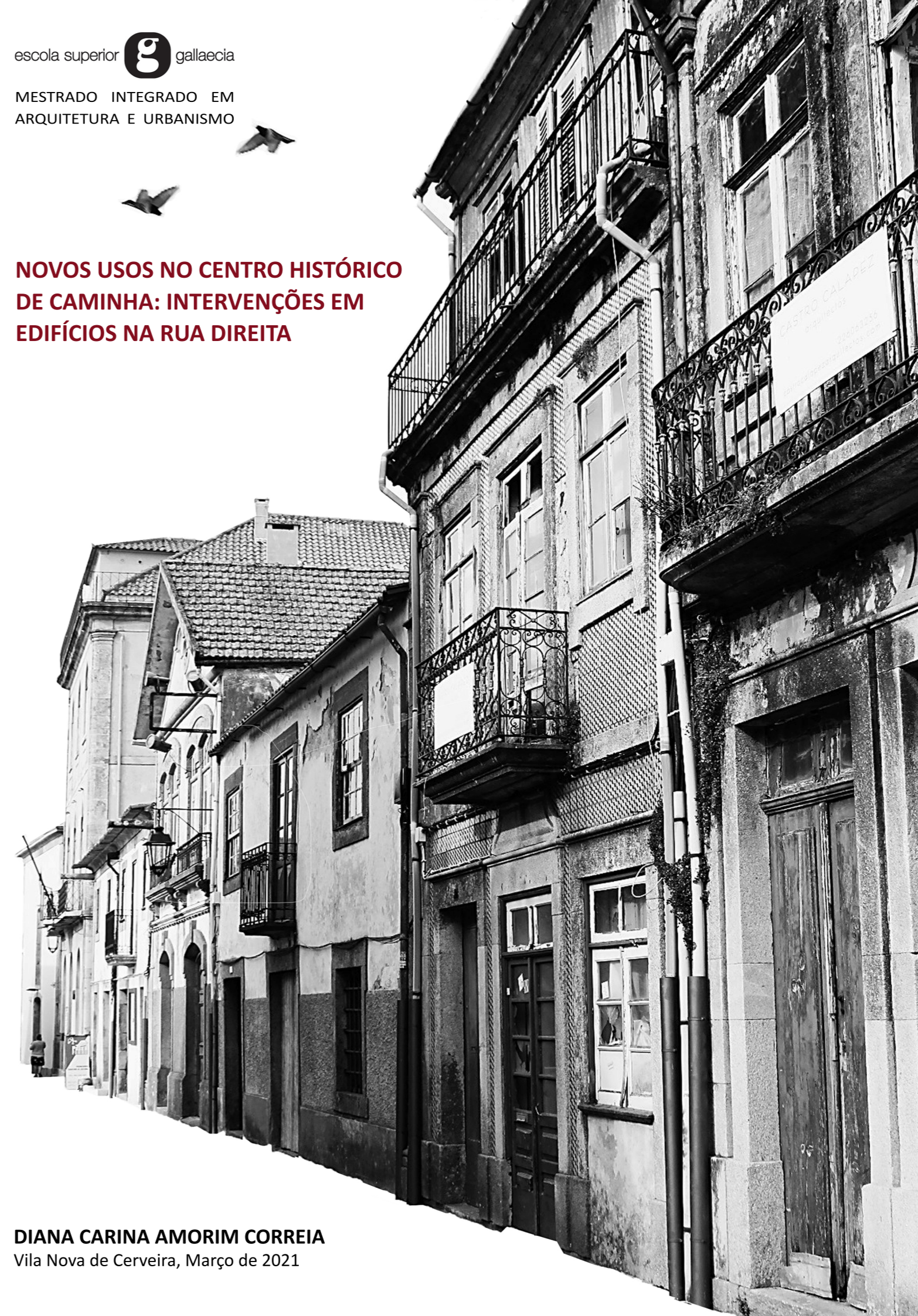


escola superior  gallaecia

MESTRADO INTEGRADO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

**NOVOS USOS NO CENTRO HISTÓRICO
DE CAMINHA: INTERVENÇÕES EM
EDIFÍCIOS NA RUA DIREITA**



NOVOS USOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CAMINHA: INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS NA RUA DIREITA

DIANA CORREIA



MARÇO
2021

DIANA CARINA AMORIM CORREIA
Vila Nova de Cerveira, Março de 2021



MESTRADO INTEGRADO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

Vila Nova de Cerveira | Março de 2021

Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo

***NOVOS USOS NO CENTRO HISTÓRICO DE CAMINHA:
INTERVENÇÕES EM EDIFÍCIOS NA RUA DIREITA***

Diana Carina Amorim Correia

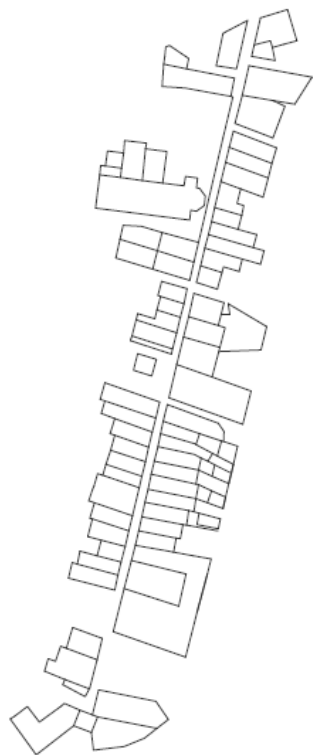
Orientadoras:

Prof.^a Doutora Goretí Sousa

Prof.^a Doutora Mónica Alcindor

Prof.^a Doutora Mariana Correia

Vila Nova de Cerveira, 26 de março de 2021



“Hoje, intervir no património arquitetónico é também um ato de coragem e de cultura que deve unir-se numa homenagem àqueles que foram capazes de produzir o património de que hoje nos orgulhamos; estejamos certos que esses, se hoje continuassem a projetar e a construir não deixariam de usar, com parcimónia, com sabedoria, mas também com vontade, os materiais e as técnicas de que hoje disporiam.” (Appleton, 2007, p. 17)

PREÂMBULO

A presente dissertação foi desenvolvida para a obtenção do grau de *Mestre em Arquitetura e Urbanismo*, apresentado à *Escola Superior Gallaecia*, em Vila Nova de Cerveira.

A investigação é da autoria da estudante Diana Carina Amorim Correia, nº 911-16 e foi realizada no âmbito da unidade curricular A50: Projeto-Dissertação do *Mestrado Integrado em Arquitetura e Urbanismo*, tendo como orientadoras a Prof.^a Doutora Goreti Sousa, Prof.^a Doutora Mónica Alcindor e a Prof.^a Doutora Mariana Correia.

Esta investigação centra-se nas intervenções que originaram novos usos nos edifícios da Rua Direita de Caminha. Pretende-se com esta dissertação realizar uma análise e avaliar o impacto da alteração de usos sobre o conjunto edificado da Rua Direita. Desta forma, a investigação pretende sensibilizar para o impacto das intervenções que têm ocorrido neste edificado, uma vez que se verifica a nível nacional uma descaracterização do edificado dos centros históricos.

AGRADECIMENTOS

Dedico o agradecimento inicial às minhas orientadoras, Prof.^a Goreti Sousa, Prof.^a Monica Alcindor e à Prof.^a Mariana Correia, mas sobretudo à Prof.^a Goreti Sousa que me acompanhou neste trabalho do início ao fim, com uma incansável disponibilidade, dedicação e empenho. Sem o apoio dela, não seria possível esta dissertação.

Agradeço igualmente a todo o corpo docente e aos funcionários da ESG, pela atenção e carinho pelo acompanhamento no meu percurso na Escola Superior Gallaecia. Sem eles, não possuiria os conhecimentos adquiridos.

Aos Arquitetos Joana Andrade, Pita Guerreiro, Sandra Rego, autores dos projetos dos casos de estudo, por toda a atenção e disponibilidade em colaborar nesta dissertação.

À equipa do Arquivo Municipal, pela simpatia e por me terem fornecido todo o material para a elaboração deste trabalho.

À Maria de Deus, pela transmissão dos seus conhecimentos sobre a Rua Direita. Foi uma mais-valia para esta investigação.

Aos entrevistados, por toda a disponibilidade e conhecimento.

Aos meus colegas de turma, que me foram acompanhando ao longo destes anos.

Ao Tiago, Miguel, Ivan, Anita e Patrícia, pela paciência e pelo apoio nos momentos mais decisivos. Fica um gesto de amizade.

Agradeço aos meus pais, a quem lhes devo tudo, pela possibilidade de concluir esta meta na minha vida. Foram anos de muito apoio e esforço para me proporcionarem esta oportunidade. São, sem dúvida os pilares da minha vida.

Ao Ricardo, meu marido, pela sua paciência, ajuda, compreensão, dedicação e estímulo. Por acreditar sempre nas minhas capacidades e por estar sempre ao meu lado.

À Fátima, minha sogra, por todo o carinho e apoio demonstrado.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que me ajudaram direta e indiretamente, na realização desta dissertação.

A todos, um obrigada do fundo do coração! ♥

RESUMO

Nos últimos anos, tem havido um crescente abandono dos edifícios no centro histórico de Caminha e em particular na Rua Direita. Isso deveu-se à alteração de uso dos edifícios, os quais sofreram grande transformação; o que levou a um abandono por parte dos seus residentes, assim como a uma degradação acelerada do edificado. Uma vez que está vigente um “programa de reabilitação”, incentivando à realização de intervenções na ARU do centro histórico de Caminha, surge a necessidade de verificar se as intervenções patrimoniais de alteração de uso que têm ocorrido na Rua Direita seguem as bases teóricas do património e se contribuíram para a preservação deste conjunto edificado. O desconhecimento acerca das intervenções que têm sido realizadas justifica a importância da presente investigação.

Esta investigação tem como objeto de estudo as intervenções patrimoniais ocorridas na Rua Direita de Caminha, que originaram novos usos. No primeiro objetivo pretende-se inventariar as intervenções patrimoniais que implicaram uma alteração de uso na Rua Direita de Caminha. Posteriormente, com o segundo objetivo, pretende-se avaliar o impacto das intervenções com alteração de uso na preservação do conjunto edificado da Rua Direita.

Numa primeira fase, foi realizado o enquadramento teórico referente aos principais temas abordados nesta dissertação de mestrado, seguindo-se de uma contextualização onde se analisou o desenvolvimento da Vila de Caminha e da Rua Direita. Posteriormente, foi realizado um inventário de todas as intervenções realizadas na Rua Direita, selecionando-se para análise as intervenções com alteração de uso no edifício. Após a seleção dos casos de estudo, foi elaborada uma análise individual e uma análise comparativa. Com base na revisão da literatura, na análise de entrevistas e na observação direta dos casos de estudo, foi possível realizar uma interpretação e uma sistematização mais profunda e refletir acerca dos resultados obtidos.

Para prevenir o estado de degradação e abandono do edificado, é necessário proporcionar aos edifícios, um uso. Verificou-se que, por vezes, esse uso resulta em intervenções que comprometem a integridade do conjunto edificado. A utilização deste tipo de edifício exige que o mesmo acompanhe e se adapte às necessidades de conforto atuais, sendo que, por vezes, as intervenções ao adaptarem o edifício a estas condições, não conseguem preservar os valores patrimoniais identificados. Assim, muitas das intervenções têm implicado uma reconstrução integral do interior do edifício, sem respeitarem os fundamentos teóricos do património.

Palavras-chave: Intervenção patrimonial, património arquitetónico, novos usos, Rua Direita, centro histórico de Caminha.

ABSTRACT

In recent years, there has been an increasing abandonment of buildings in the historic centre of Caminha and in particular on *Rua Direita*. This was due to the change in use of the buildings, which underwent a major transformation, which led to an abandonment by its residents, as well as an accelerated degradation of the building. Since a “rehabilitation program” is in place, encouraging interventions in the ARU* of the historic centre of Caminha, the need arises to verify whether the heritage interventions for alteration of use that have occurred in *Rua Direita* follow the theoretical bases of heritage and contributed to the preservation of this built complex. The lack of knowledge about the interventions that have been carried out justifies the importance of the present investigation.

This investigation has as an object of study, heritage interventions with new uses, which occurred on *Rua Direita* in Caminha. The first objective intends to address an inventory of the heritage interventions that implied a change in use on *Rua Direita* in Caminha. Subsequently, the second objective aims to assess the impact of interventions with alteration of use in the preservation of the buildings in *Rua Direita*.

In a first phase, the theoretical framework regarding the main themes addressed in this master's thesis was carried out, followed by a contextualization where the development of *Vila de Caminha* and *Rua Direita* was analysed. Subsequently, an inventory of all interventions carried out in *Rua Direita* was addressed, selecting for analysis, interventions with alteration of use in the building. After the selection of the case studies, an individual analysis and a comparative analysis were elaborated. Based on the literature review, the analysis of interviews and the direct observation of the case studies, it was possible to carry out a deeper interpretation and systematization and to reflect on the results obtained.

To prevent the state of degradation and abandonment of the building, it is necessary to provide buildings with a use. It was found that sometimes, this use results in interventions that compromise the integrity of the built set. The use of this type of building requires that it accompany and adapt to the current comfort needs, and sometimes, interventions in adapting the building to these conditions, fail to preserve the identified heritage values. Thus, many of the interventions have involved an integral reconstruction of the interior of the building, without respecting the theoretical framework of heritage.

*ARU - Área de Reabilitação Urbana

Keywords: Heritage Intervention, architectural heritage, reuse, *Rua Direita*, historical centre of Caminha.

SIGLAS E ABREVIATURAS

Arq. – Arquiteto(a)

ARU – Área de Reabilitação Urbana

CIP – Conjunto de Interesse Público

CM – Câmara Municipal

Esc. – Escala

Fig. – Figura

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios.

INE – Instituto Nacional de Estatística

MD – Memória Descritiva

PARU – Plano de Ação de Regeneração Urbana

S/ident. – Sem identificação

Séc. – Século

UE – União Europeia

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

PREÂMBULO	
AGRADECIMENTOS	
RESUMO	
ABSTRACT	
1. INTRODUÇÃO	17
1.1 Enquadramento e justificação da problemática.....	19
1.2 Objetivos da dissertação	20
1.3 Metodologia de investigação	20
1.4 Estrutura de conteúdos.....	26
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	29
2.1 Estado da arte de centro histórico e novos usos.....	31
2.2 Intervenção em património	38
2.3 Cartas, convenções e recomendações patrimoniais.....	54
3. CENTRO HISTÓRICO DE CAMINHA	61
3.1 Evolução histórica da vila de Caminha	63
3.2 Caracterização arquitetónica do centro histórico de Caminha	75
4. RUA DIREITA.....	83
4.1 Evolução histórica da rua direita.....	85
4.2 Caracterização arquitetónica da rua direita.....	89
4.3 Identificação das intervenções na rua direita	99
4.4 Alterações de usos na rua direita.....	103
5. CASOS DE ESTUDO	107
6. SISTEMATIZAÇÃO	205
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	219
7.1 Conclusões específicas	221
7.2 Conclusões gerais	225
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	229
ÍNDICE DE IMAGENS.....	237
ANEXO 1	251
Entrevistas	253
Perceção da comunidade.....	254

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO E JUSTIFICAÇÃO DA PROBLEMÁTICA

Nos últimos anos, tem-se verificado uma grande degradação dos centros históricos de diversos concelhos em Portugal. No entanto, observa-se da parte dos municípios ou por parte de entidades privadas, um interesse em reabilitar estes conjuntos edificados.

De acordo com o Plano de Regeneração Urbana de Caminha, 72,3% do edificado presente na Área de Reabilitação Urbana do centro histórico (ARU) foi construído ou reabilitado até 1980. Contudo, é visível no centro histórico de Caminha uma grande quantidade de edifícios em mau estado de conservação.

O Instituto Nacional de Estatística publicou, em 2011, que 59.6% dos edifícios apresentam necessidades de intervenções para a sua manutenção; existindo 12 imóveis parcial ou totalmente devolutos, ou em ruína. Vários motivos contribuíram para tal, como o envelhecimento e a perda de população, e as alterações ocorridas no centro histórico de Caminha. A Rua Direita é a rua mais antiga do conjunto histórico de Caminha, também conhecida por “rua do meyo” ou rua Ricardo Joaquim de Sousa. Esta rua foi a que sofreu uma maior transformação relativamente ao uso dos edifícios.

O centro histórico de Caminha é conhecido, por muitos, pelas atividades noturnas que existem na Rua Direita. Nesta rua houve grande transformação no uso dos edifícios, o qual passou de uso doméstico e comercial para utilização de bares/discotecas. Isto provocou um abandono pelos seus residentes e uma degradação acelerada do edificado. A perda de população também derivou da mudança das gerações da 2ª metade do séc. XX para as cidades, mantendo as casas de família no concelho de Caminha, como casas de férias.

O incremento do mau estado de conservação dos edifícios do centro histórico de Caminha exigiu o desenvolvimento de um “programa de reabilitação”, que originou intervenções em diversos edifícios.

A importância desta investigação surge num momento em que o município de Caminha tem um “programa de reabilitação” vigente, incentivando à realização de intervenções na ARU do centro histórico de Caminha. Na mesma orientação, pretende-se, a nível nacional, o regresso das populações aos centros históricos que se encontram, hoje, despovoados e em mau estado de conservação.

Ainda que, a alteração de usos nos edifícios seja anterior à aprovação deste programa de reabilitação, importa analisar as intervenções que têm ocorrido na Rua Direita, com a preocupação de se entender se as intervenções de alteração de uso foram realizadas

sobre as bases teóricas do património e se estas contribuíram para a preservação do conjunto edificado.

Visto que o programa de reabilitação propõe futuras intervenções para o centro histórico de Caminha, a presente investigação pretende contribuir e sensibilizar o município para o impacto que o atual tipo de intervenção tem sobre este conjunto edificado.

1.2 OBJETIVOS DA DISSERTAÇÃO

Nos últimos anos tem crescido o interesse e a investigação sobre o património. Tem-se verificado a publicação de diversas teses e dissertações referentes aos centros históricos, mas constata-se que poucas se centram na alteração de usos nos edifícios patrimoniais. Neste sentido, a presente dissertação pretende responder aos seguintes objetivos:

- Inventariar as intervenções patrimoniais que implicaram uma alteração de uso na Rua Direita de Caminha.

A intervenção em qualquer edifício patrimonial implica alterações no existente. Esta investigação pretende realizar um inventário das intervenções patrimoniais que introduziram um novo uso no edifício. Neste sentido, o objetivo permitirá identificar o grau de intervenção que se tem proposto e verificar se estes respeitam os fundamentos teóricos do património.

- Avaliar o impacto das intervenções com alteração de uso na preservação do conjunto edificado da Rua Direita de Caminha.

O segundo objetivo pretende analisar o nível de impacto que as intervenções com alteração de uso tiveram sobre o conjunto edificado da Rua Direita. Desta forma será possível identificar se a alteração de uso originou uma descaracterização neste conjunto edificado e o respetivo impacto.

1.3 METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A metodologia de investigação é considerada por muitos autores como procedimentos científicos a desenvolver para obter certos resultados. Alguns autores, nomeadamente Costa e Melo (1998), consideram que a metodologia é um conjunto de princípios e regras que definem uma sequência de operações a executar, com o objetivo de atingir certos resultados.

Numa primeira fase definir-se-ão os critérios de seleção dos casos de estudo. Posteriormente, para sua análise, recorrer-se-á às técnicas de recolha de informação que consistirão em análise documental, entrevistas, observação estruturada, tais como fotografias e notas de campo. A seguir, será elaborada a análise de dados e as categorias analíticas. Com esta metodologia pretende-se elaborar uma análise comparativa entre as diferentes intervenções que introduziram no edifício um novo uso, de modo a avaliar o seu impacto.

Para analisar a problemática do impacto da alteração de usos nos edifícios da Rua Direita, no centro histórico de Caminha, considera-se mais apropriado o uso do método de estudo multicaso (Groat, e Wang, 2002; Yin, 2003) de natureza comparativa.

1.3.1 Critérios de seleção de casos de estudo

Diversos casos de estudo foram identificados no conjunto do centro histórico de Caminha, para assegurar a consistência e a abordagem sistemática, definiram-se os seguintes critérios:

1. **Localização:** edifícios localizados na Rua Direita do centro histórico de Caminha;
2. **Alteração de uso:** edifícios que sofreram intervenções que originaram um novo uso;
3. **Propriedade privada:** edifícios que são propriedade de indivíduos, sem qualquer relação com o Estado;
4. **Acessibilidade de informação:** intervenções que tenham informação suficiente para elaboração de uma análise detalhada. Este é um critério fundamental para alcançar o objetivo principal desta dissertação.

1.3.2 Técnicas de recolha de informação

As técnicas de recolha de informação que se pretendem utilizar são apresentadas conforme a fase de trabalho a elaborar. As técnicas e fontes/sujeitos serão apresentadas na seguinte tabela, uma vez que serão as mesmas para todas as categorias analíticas.

Técnicas	Fontes/Sujeitos
ANÁLISE DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> . Documentos fornecidos pelos autores dos casos de estudo <ul style="list-style-type: none"> . Memória descritiva . Desenhos técnicos (vermelhos e amarelos; proposta) . Fotografias da pré-existência/pós intervenção . Documentos obtidos no Arquivo Municipal de Caminha <ul style="list-style-type: none"> . Memória descritiva . Desenhos técnicos (vermelhos e amarelos; proposta) . Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) . Plano Diretor Municipal de Caminha . Portaria n.º 420/2013
ENTREVISTAS	<ul style="list-style-type: none"> . Moradores: Sr. José Gonçalves . Ex-Moradores: Sr.ª Manuela Lázaro . Comerciantes: Francisco Rocha e Teresa Fernandes . Ex-Comerciante: Laurinda Pedrosa . Caminhense: Sr.ª Maria de Deus
OBSERVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> . Registo de informação na visita à Rua Direita, onde se encontram as habitações em estudo, de acordo com as categorias analíticas.
FOTOGRAFIA	<ul style="list-style-type: none"> . Diana Correia
NOTAS DE CAMPO	<ul style="list-style-type: none"> . Técnica auxiliar na qual se registaram dados na visita ao local, utilizados posteriormente na dissertação.

Fig. 1 Categorias analíticas - Técnicas e fontes/sujeitos – Diana Correia (2021)

Análise documental

Numa fase inicial será utilizada a análise documental (Albarello et al., 1997) que possibilita a recolha de informação para a realização da investigação. Pretende-se analisar fontes escritas não oficiais, como documentos que abordem o tema específico do objeto de estudo, revistas, publicações, dissertações e documentos internacionais, como é o caso das Cartas e Recomendações internacionais. Esta análise será posteriormente complementada com documentos, provenientes de órgãos locais como a Câmara Municipal de Caminha, como o Plano Diretor Municipal e o Plano de Ação de Regeneração Urbana, assim como desenhos técnicos das propostas, como os vermelhos e amarelos, e respetivas fotografias do antes e depois das intervenções (documentos não oficiais).

Entrevista não diretiva

No decorrer do trabalho será utilizada a entrevista não-diretiva (Ghiglione e Matalon, 1997) com alguns moradores, ex-moradores, comerciantes e ex-comerciantes na Rua Direita em Caminha, e com indivíduos da Vila de Caminha que tenham informações sobre o tema aqui abordado. A entrevista será realizada de forma livre e sem qualquer guião pré-estabelecido. Esta técnica servirá para obter o ponto de vista dos

entrevistados acerca da alteração de usos sofridas nos edifícios da Rua Direita em Caminha e o seu impacto sobre a identidade da rua.

Observação estruturada

Pretende-se recorrer à recolha de informação mediante o trabalho de campo. Com base na observação estruturada, realizar-se-á uma coleta de dados, a partir de fotografias, desenhos e notas de campo, seguindo de um processo de análise e interpretação (Gil, 1994), através dos indicadores obtidos da revisão teórica, perante um guião pré-estabelecido, sob a forma de um inventário por fichas individuais (Lessard-Hérbet, M., Goyette, G., e Boutin, 1994).

Fotografia

A fotografia está ligada à investigação qualitativa (Bogdan, R. e Biklen, 1994), enquanto forma de registo complementar à observação e como dado descritivo auxiliar à compreensão das intervenções, nomeadamente realizar uma comparação de informação entre o antigo e o intervencionado, favorecendo dessa forma a análise comparativa.

Notas de campo

Como apoio à observação e à fotografia, pretende-se utilizar as notas de campo (Bogdan e Biklen, 1994) registadas durante as visitas à Rua Direita, como um relato escrito do que o investigador ouve, vê e experiêcia, fazendo o registo através de esquiços ou apontamentos textuais.

1.3.3 Análise de dados e categorias analíticas

Numa primeira fase, realizar-se-á um enquadramento teórico onde serão abordados os termos, conceitos e temas necessários para o desenvolvimento da investigação, constituindo uma base teórica fundamental para a identificação de categorias e indicadores para a análise dos casos de estudo.

No âmbito das categorias analíticas foi considerada a análise ao conjunto do edificado da Rua Direita. Na sequência definiram-se duas escalas de análise, estabelecendo-se categorias e indicadores de análise específicos para cada abordagem.

a) Em relação à **Rua Direita**:

Categoria analítica	Indicador	Fontes
ÉPOCA DE CONSTRUÇÃO	. Até 1980 . De 1981 até 1990 . De 1991 a 2011	. Fontes estatísticas . Observação direta
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	. Muito bom . Bom . Razoável . Mau . Péssimo	. Fontes estatísticas . Observação direta
TIPOLOGIA DO EDIFICADO	. Clássico isolado . Clássico geminado . Clássico em banda . Clássico para 3 ou mais alojamentos	. Fontes estatísticas . Observação direta
NÚMERO DE PISOS	. 1 piso . 2 pisos . 3 pisos . 4 pisos	. Fontes estatísticas . Observação direta
TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO	. Exclusivamente habitação . Maior parte afeta à habitação . Maior parte afeta a outros fins	. Fontes estatísticas . Observação direta

Fig. 2 Categorias analíticas do conjunto – Diana Correia (2021)

As categorias analíticas caracterizam o edificado patrimonial da Rua Direita. A análise à época de construção dos edifícios possibilita a identificação de elementos característicos entre os edifícios. O estado de conservação pretende identificar o estado de degradação em que se encontra este património. A tipologia do edificado, e o número de pisos, permitem caracterizar o edifício quanto à sua altura e forma. A tipologia de utilização, permite identificar os usos dos edifícios, para posterior identificação das alterações sofridas após as intervenções.

Após análise do conjunto serão seleccionados os casos de estudo para se realizar uma análise individual.

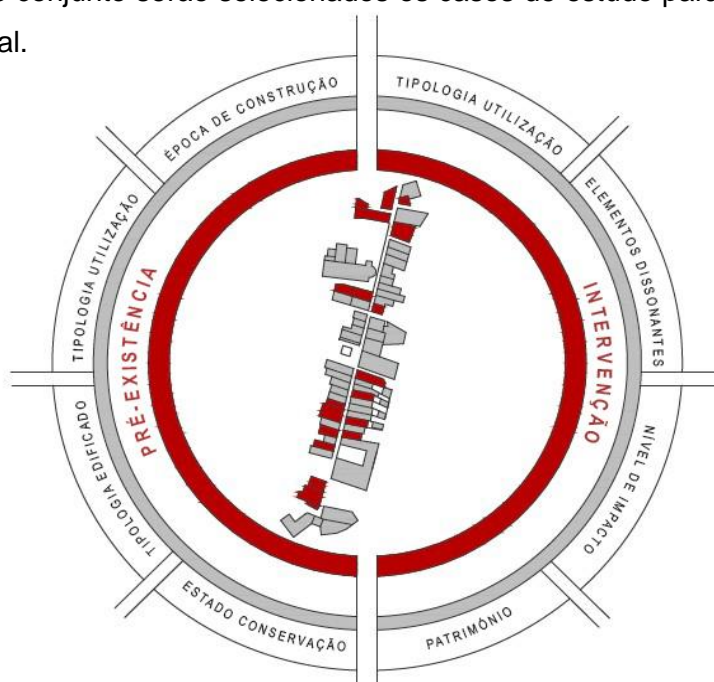


Fig. 3 Gráfico das categorias analíticas e dos indicadores - Diana Correia (2021)

A análise de cada caso vai ter em conta uma caracterização da pré-existência e uma análise da intervenção.

b) Em relação à Pré-existência:

A identificação da tipologia de utilização permitirá identificar o uso original do edifício. Posteriormente será feita uma análise para verificar se o novo uso foi compatível com o original. O estado de conservação permitirá identificar o estado de degradação do edifício antes da intervenção. A caracterização dos valores patrimoniais existentes na pré-existência permite verificar se os mesmos foram mantidos após a intervenção. Importa referir que existem mais valores, para além dos referidos.

No âmbito desta dissertação foram considerados os valores defendidos por Feilden (2003). Os mesmos serão avaliados a partir de fotografias, das entrevistas realizadas a diferentes indivíduos, e de outras fontes que se considerem apropriadas.

Categoria analítica	Indicador	Fontes
TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO (USO)	. Habitação . Comércio . Restauração . Armazém	. Fontes escritas não oficiais
ESTADO DE CONSERVAÇÃO	. Muito bom . Bom . Razoável . Mau . Péssimo	. Fontes escritas não oficiais
VALORES PATRIMONIAIS	. Histórico . Continuidade . Arquitetónico . Económico/Turístico . Social . Identidade . Simbólico/ Espiritual . Político . Educacional . Arqueológico . Funcional . Paisagem	. Fontes escritas não oficiais

Fig. 4 Categorias analíticas da pré-existência – Diana Correia (2021)

c) Em relação à Intervenção:

A análise da intervenção consiste em determinar qual foi o impacto que a mesma teve no edifício e posteriormente no conjunto edificado da Rua Direita. A atribuição de um novo uso ao edifício deve garantir a preservação do conjunto edificado. Desta forma a análise dos graus, princípios de intervenção e valores patrimoniais são de elevada

importância. Importa referir que existe mais graus, princípios e valores além dos referidos na tabela, mas que não serão utilizados no âmbito desta investigação

Categoria analítica	Indicador	Fontes
TIPOLOGIA DE UTILIZAÇÃO (USO)	. Habitação . Comércio . Restauração . Armazém	. Fontes escritas não oficiais . Fontes não escritas . Observação direta
GRAUS DE INTERVENÇÃO	. Conservação . Consolidação . Preservação . Manutenção . Restauro . Recuperação . Reabilitação . Renovação . Revitalização . Anastilosis . Reconstrução . Relocação	. Fontes escritas não oficiais . Fontes não escritas . Observação direta
PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO	. Autenticidade . Neutralidade . Integridade . Reversibilidade . Mínima intervenção . Unidade	. Fontes escritas não oficiais . Fontes não escritas . Observação direta
VALORES PATRIMONIAIS	. Histórico . Arquitetónico . Económico/Turístico . Social . Identidade . Simbólico/ Espiritual . Político . Educacional . Arqueológico . Funcional . Paisagem	. Fontes escritas não oficiais . Fontes não escritas . Observação direta
NIVEL DE IMPACTO	. Interior . Fachada . Estrutura	. Fontes escritas não oficiais . Fontes não escritas . Observação direta

Fig. 5 Categorias analíticas da intervenção - Diana Correia (2021)

1.4 ESTRUTURA DE CONTEÚDOS

A presente dissertação encontra-se dividida em 7 capítulos, apresentados pela seguinte ordem:

No **capítulo 1** pretende-se introduzir a presente dissertação e expor os parâmetros sob os quais a mesma se vai desenvolver. O capítulo será iniciado pelo enquadramento e pela justificação da problemática, definindo-se de seguida o objeto de estudo e os objetivos aos quais a presente dissertação pretende responder. Será abordada ainda, a metodologia a adotar durante a investigação, de forma a esclarecer os critérios de seleção, as técnicas de recolha de informação e os pressupostos metodológicos da sua análise.

O **capítulo 2** diz respeito à fundamentação teórica, onde se pretende criar uma base teórica através da revisão da literatura, onde se definirão os principais conceitos relacionados com a presente investigação. Neste âmbito, num primeiro momento será abordado o conceito de centro histórico, tendo por base algumas Cartas, Recomendações e Convenções que abordam este assunto. De seguida, tenciona-se abordar o conceito de novos usos, relacionando-o no âmbito patrimonial. Por fim, pretende-se abordar os conceitos gerais sobre intervenção em património, com base em alguns autores, Cartas, Convenções e Recomendações.

O **capítulo 3** dirá respeito à contextualização e recolha de dados primários. Pretende-se expor o contexto específico desta investigação, relativo ao centro histórico de Caminha, sobre o qual se irá elaborar uma breve evolução histórica e caracterização arquitetónica do edificado.

No **capítulo 4** seguir-se-á a mesma estrutura do capítulo 3, mas centrado na evolução histórica e na caracterização da Rua Direita em vez do conjunto do centro histórico de Caminha. Desta forma, será realizada uma análise mais aprofundada da Rua Direita. De seguida, serão identificadas as intervenções ocorridas na dita rua através de um inventário, identificando os graus de intervenção atribuídos a cada projeto. Por fim, do inventário realizado serão selecionadas as intervenções onde se identifique uma alteração de uso.

O **capítulo 5** diz respeito aos casos de estudo. Pretende-se introduzir e expor individualmente os onze casos de estudo, seguidos pela respetiva análise individual com base nos documentos fornecidos pelos arquitetos e pela informação recolhida no arquivo municipal de Caminha.

No **capítulo 6** será realizada uma sistematização entre os conteúdos abordados na fundamentação teórica e os dados obtidos da análise dos casos de estudo. Assim, este ajudará a responder aos objetivos definidos na presente investigação no capítulo das conclusões.

No **capítulo 7** estarão contidas as considerações finais desta investigação, incluindo as conclusões específicas e gerais. O capítulo responde aos objetivos propostos para esta dissertação.

No anexo 1 serão apresentadas as gravações em áudio das entrevistas realizadas à comunidade local, assim como as respetivas análises.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma vez que a presente investigação aborda o património edificado da Rua Direita de Caminha, é importante, antes de avançar para o conteúdo do capítulo da fundamentação teórica, definir o conceito de património. Assim sendo, a Carta de Cracóvia (2000) define património como:

“Conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores. “(Carta de Cracóvia, 2000, citado por Correia e Lopes, 2004, p. 295)

Desta forma, o património não pode ser considerado unicamente como algo do passado, mas sim, como algo que se encontra vivo, nos dias de hoje. Assim, este refere-se ao legado que se herda do passado e que transmitimos às gerações futuras.

2.1 ESTADO DA ARTE DE CENTRO HISTÓRICO E NOVOS USOS

Considerando os objetivos propostos na presente investigação, surgem dois conceitos que se consideram essenciais: centro histórico e novos usos. Desta forma, o presente capítulo será dividido em dois subcapítulos, onde serão abordados o centro histórico e os novos usos.

2.1.1 Centro Histórico

A definição de centro histórico surge na relação entre dois termos: a noção de centro e de antiguidade (Carrion e Guardia, 2013). A noção de centro está associada a um local de convergência, de encontro urbano, em que há uma concentração de funções centrais, no sentido de que é neste centro onde ocorrem determinados acontecimentos. A noção de antiguidade está associada ao valor do passado como forma temporal, que permite relacionar a cidade com o centro histórico. Embora este seja considerado a parte mais antiga da cidade, foi concebido historicamente até aos dias de hoje, não pela conservação física, mas pelas suas relações sociais e sua evolução (Carrion e Guardia, 2013). Desta forma, o centro histórico é um elemento que transmite uma componente histórica do lugar, assim como um testemunho de várias épocas. Deste modo, o centro histórico torna-se histórico pelas suas características e pelos valores adquiridos ao longo do tempo, refletindo uma sociedade que se organizou e adaptou às circunstâncias do tempo. Neste sentido, ao centro histórico estão associados diversos valores que

permitem “considerá-lo representativo de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos e arqueológicos, que importa preservar” (Noras, 2011, p. 15). O conjunto histórico é vivenciado por um conjunto de memórias que o definem como um espaço cultural com uma identidade própria.

O aumento acentuado de intervenções em monumentos fez com que surgissem várias teorias de intervenção por vários autores. Mas foi só após a 1ª Guerra Mundial que surgiram as primeiras normas internacionais. Assim, a partir desse momento foram redigidos vários documentos, entre os quais, a **Carta de Veneza** que é uma referência para outras Cartas (Jokilehto, 2007). Esta constitui “ainda hoje o documento internacional fundamental no que diz respeito aos princípios orientadores da conservação” (Aguiar, 2002, p. 65), sendo por isso considerada a mais importante das Cartas. Foram definidos novos conceitos, nomeadamente o de sítio, e aperfeiçoado o conceito de monumento, o qual passa a ser entendido não só como criações arquitetónicas isoladas, mas também como locais urbanos ou rurais, os quais possam traduzir a existência de alguma civilização em particular, algum acontecimento histórico ou até mesmo algo demonstrativo de evolução ou progresso (ICOMOS, 1964).

A **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (1972)** em Paris, introduziu uma nova interpretação ao monumento isolado, separando-o claramente da definição até então definida, abrindo um precedente para os conjuntos edificados. Entende-se por “conjuntos”, os grupos de construções isolados ou reunidos que através da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, lhes conferem grande valor histórico, científico e artístico. Este conceito ganhou uma conotação muito mais ambiental ligada à natureza, que enquanto conjunto se prende a obras de carácter arquitetónico e construído. A própria carta expõe que cada vez mais, o património cultural e natural está ameaçado de destruição, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e económica que se agrava através de fenómenos de alteração ou de destruição ainda mais importantes (Lopes e Correia, 2004).

Três anos mais tarde, a **Carta de Amesterdão (1975)** surge como um documento importante para a conservação urbana do património arquitetónico, onde defende que este “compreende, não só os edifícios isolados possuidores de um valor excecional e as respetivas envolventes, mas também os centros históricos e as aldeias tradicionais que apresentem um interesse histórico ou cultural” (Lopes e Correia, 2004, p.161). Alarga assim o conceito de património, não apenas aos monumentos mais importantes,

mas também ao conjunto das nossas cidades e aldeias antigas com tradições, que devem ser preservadas.

A importância de salvaguardar os conjuntos históricos fez surgir a **Recomendação sobre salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea (1976)**. Esta recomendação definiu novos conceitos, nomeadamente os de conjunto histórico ou tradicional e de salvaguarda. Assim, esta carta considera “conjunto histórico” todo o grupo de construções e de espaços, incluindo as estações arqueológicas e paleontológicas, que constituam um povoamento humano, quer em meio urbano quer rural, e cuja coesão e valor sejam reconhecidos do ponto de vista arqueológico, arquitetónico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural (Lopes e Correia, 2004). Distingue entre esses “conjuntos”, os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros urbanos antigos, as aldeias e vilarejos, assim como os conjuntos monumentais homogêneos. Salienta que é importante promover a revitalização dos conjuntos históricos, mantendo o comércio e as atividades tradicionais e desenvolvendo atividades culturais apropriadas. As intervenções nos centros históricos devem ser desenvolvidas de forma coerente, pois estes conjuntos devem adaptar-se harmoniosamente à vida contemporânea (ICOMOS, 1976). Desta forma, observa-se que a preocupação com a degradação e descaracterização dos centros históricos naquela altura, se assemelha à preocupação nos dias de hoje, uma vez que os problemas continuam ainda bastante atuais.

Posteriormente, surge o **Colóquio de Quito (1977)**, sobre a preservação dos centros históricos perante o crescimento das cidades contemporâneas. Este originou um documento onde estão presentes algumas considerações sobre os centros históricos. O mesmo considera “centro histórico” como “todos aquellos asentamientos humanos vivos, fuertemente condicionados por una estructura física proveniente del pasado, reconocibles como representativos de la evolución de un pueblo” (Proyecto Regional Patrimonio Cultural, Urbano - Ambiental [RLA], 1977, p. 89). Uma das problemáticas identificadas é o abandono deste edificado que conseqüentemente resulta na obsolescência física e funcional dos imóveis.

A **Carta de Washington (1987)**, métodos e instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, visto estarem ameaçadas pela degradação, desestruturação ou destruição. Este documento volta a realçar a importância dos “conjuntos urbanos históricos”, abrindo o conceito para os valores próprios que estes adquirem com as civilizações urbanas onde se inserem. Desta forma, devem preservar-se os valores de caráter histórico e o conjunto de elementos materiais

e espirituais que constituem este conjunto, garantindo assim a sua identidade e autenticidade.

Mais tarde, com o objetivo de atualizar as duas Cartas referidas anteriormente, surge a **Carta de La Valletta (2011)**, que vem como uma resposta ao cenário vivido no momento, caracterizado pela alteração dos habitats humanos nomeadamente nas cidades históricas e núcleos urbanos. A presente, tinha como objetivo estabelecer princípios e estratégias no âmbito das mudanças que têm vindo a transformar estes espaços perante novas exigências. No entanto, esta carta refere ainda o perigo da descaracterização a que estes núcleos históricos estão sujeitos, devido ao rápido crescimento das cidades. A carta refere que estes conjuntos, além de possuírem valores tangíveis, também possuem valores intangíveis:

“Cidades e áreas urbanas históricas são compostas por elementos tangíveis e intangíveis. Os elementos tangíveis incluem, para além da estrutura urbana, elementos arquitectónicos, paisagens dentro e na envolvente da cidade, vestígios arqueológicos, panoramas, linhas de horizonte, corredores visuais e locais de referência. Os elementos intangíveis incluem actividades, funções simbólicas e históricas, práticas culturais, tradições, memórias e referências culturais que constituem a substância do seu valor histórico. As cidades e áreas urbanas históricas são estruturas espaciais que expressam a evolução de uma sociedade e da sua identidade cultural. São uma parte integrante de um contexto mais amplo, natural ou de origem humana, devendo ambos os aspectos ser considerados como indissociáveis. As cidades históricas e as áreas urbanas são a prova viva do passado que as formou.” (ICOMOS, 2011, p.2)

A carta menciona que a perda ou substituição de usos e funções pode afetar negativamente as áreas urbanas históricas, estando sujeitas a serem transformadas em áreas de lazer e turismo. Estas alterações podem levar tanto à perda da identidade e autenticidade, como à perda do seu valor patrimonial. Para combater esta problemática,

a carta define critérios de intervenção tais como: a intervenção deve respeitar e integrar todos os valores intrínsecos; o controlo da velocidade e quantidade de alterações de modo a que estas não revertam negativamente a cidade histórica; a conservação dos equilíbrios espaciais, sociais, culturais, económicos, e ambientais; a importância do método e disciplina científica, aperfeiçoando a análise da investigação, assim como a pluridisciplinaridade e colaboração de especialistas de diferentes áreas.

Como já foi referido na Carta de La Valletta e na Carta de Washington, a **Declaração do Porto (2013)** também alerta para a grande transformação das áreas urbanas e para o risco de os centros históricos perderem as características que lhes conferem a sua identidade e autenticidade. Deste modo, o documento destaca a “adequação dos programas às características morfo-tipológicas e a transformação cautelosa do edificado pré-existente é também a única fórmula para a manutenção da autenticidade” (ICOMOS, 2013, p. 1). Desta forma as intervenções devem respeitar um conjunto de regras para garantir que a pré-existência continue a ter um papel fundamental no património.

Os documentos referidos anteriormente abordam o conceito de centro histórico tanto de forma direta como indireta. Por vezes, são referidas algumas circunstâncias a que estes podem estar sujeitos, definindo-se desta forma algumas medidas de atuação para resolver algumas problemáticas que possam pôr em causa este património, que se deve preservar. O conjunto de elementos que constituem o centro histórico atribuem-lhe a sua identidade e autenticidade.

O desenvolvimento das cidades fez com que os centros históricos fossem perdendo a sua população e se tornassem no que são nos dias de hoje: territórios populares numa condição física precária, desvalorizada pela lógica do mercado e que abrigam o que sobrou da sua centralidade anterior (Rolnik citado por Bernardino, 2013). Assim, os centros históricos foram afetados pelo abandono da população, que levou à degradação do edificado, face às melhores condições das novas edificações existentes fora deste conjunto histórico. Ferreira (2011) refere que no passado utilizou-se uma estratégia incorreta de ocupação descontrolada de solos nas periferias, que originou o abandono dos centros históricos.

Desta forma, o edificado foi-se tornando desadequado e obsoleto perante as exigências do modo de vida contemporâneo. Assim, condenar este tipo de edificado ao abandono, origina uma perda de valores irreparáveis e a uma perda de identidade, também verificada em algumas ações de intervenção a que são submetidos os edifícios. Estas

ações são “um erro que em algumas cidades, onde se levam a cabo operações de reconstrução ou reabilitação dos centros históricos ou das suas extensões, se mantenham só a tela da fachada” (Monteys, 2013, p. 196).

Conclui-se que é importante voltar a fixar a população nos centros históricos, prevenindo assim a degradação deste edificado. As intervenções devem respeitar os valores que estão atribuídos ao edifício, entendendo sempre que este é um testemunho do passado que deve ser preservado para chegar às gerações futuras.

2.1.2 Novos Usos

A problemática respeitante aos usos e à intervenção nos edifícios será abordada neste capítulo, por diferentes autores, tais como: Viollet-Le-Duc, Ruskin e Camilo Boito.

Viollet-le-Duc (2000) refere que o melhor meio para conservar um edifício é encontrar um uso para este, respondendo a todas as necessidades que esse uso exige, sem implicar alterações. Assim, o autor salienta a importância da utilização do edifício, tornando-o útil para a sociedade. Já Ruskin (2008) não era da mesma opinião que Viollet-Le-Duc. Este defendia a conservação e preservação sendo totalmente contra o restauro. A obra arquitetónica quanto mais antiga, mais valor representaria para a história. Assim, a obra deveria permanecer intacta sem sofrer qualquer tipo de restauro, de modo a não perder o seu significado. O correto uso do edifício fazia com que este fosse preservado. No mesmo sentido que Viollet-le-Duc, a Carta de Veneza defende que, “a conservação dos monumentos é sempre favorecida pela sua adaptação a uma função útil à sociedade: esta afetação é, pois, desejável, mas não pode nem deve alterar a disposição e a decoração dos edifícios” (ICOMOS, 1964, p.2). Assim, a atribuição ao edifício de um uso compatível garante a sua preservação.

Os novos usos nos edifícios são um fenómeno que acompanhou desde sempre o ser humano, porque as exigências e estilos de vida foram variando conforme o tempo. Segundo Lyra (2016), o uso do edifício é de extrema importância para a sua conservação. Por outro lado, a incapacidade do edifício exercer novas funções levou ao desaparecimento de muitas obras arquitetónicas. Um exemplo disto são as ruínas, que apesar do seu estado, tiveram papéis importantes em certo momento da história. Porém, num determinado período perderam o seu uso e as suas principais funções, o que levou à sua decadência física. O mesmo autor acrescenta ainda, que vários edifícios não tiveram a sua continuidade de utilização por se encontrarem em estado de abandono. O facto de não existir a noção de património histórico e preservação, levou à destruição dos edifícios abandonados. Desta forma, o novo uso nos edifícios garante que estes

não fiquem degradados e ganhem uma nova vida através de ações de conservação ou reabilitação. A reutilização do edifício possibilita a sua continuidade de uso, garantindo assim a sua manutenção constante.

O estado de conservação do edifício, a sua capacidade de receber novas funções, o seu espaço, memória e contexto, são fatores importantes a analisar para se atribuir ou não ao edifício um novo uso. O desrespeito das características da pré-existência, como refere Liliane Wong (2017), provoca “the Frankenstein Syndrome” que ocorre quando a nova intervenção põe em causa a harmonia da pré-existência.

Os novos usos nos edifícios estão intimamente ligados ao grau de reabilitação. A alteração de uso implica sempre alterações, ajustando-a à nova realidade funcional. A intervenção deve identificar de forma visível a articulação do antigo com o novo. Para isso, todas as partes substanciais do edifício devem ser mantidas, sempre que possível, e no caso de adição de novos elementos, deve ser assegurada a compatibilidade dos materiais e o uso de tecnologias apropriadas, que não comprometam a estrutura original nem os elementos existentes (Feilden e Jokilehto, 1998).

Os edifícios dos centros históricos que se destinavam a residências, transformaram-se em edifícios de comércio e serviços. Mais tarde, com o desenvolvimento das cidades e consequente emigração da população dos centros históricos, este edificado degradou-se devido à falta de uso.

Em geral, os centros históricos são uma das principais áreas, onde se inserem os edifícios mais significativos na história do conjunto. Além disso, o dinamismo do centro histórico vai depender da capacidade de atrair pessoas para residir. Para isso, a combinação ou sobreposição de usos são fenómenos fundamentais, segundo Jane Jacobs (2012). A mesma autora acrescenta que, para que haja uma maior diversidade, é necessário articular o que é novo ao antigo, passando os edifícios antigos a exercerem novas funções, o que os torna mais interessantes. Neste âmbito, Brandi (2004), refere que nas áreas históricas, o edifício só é entendido quando há uma análise ao contexto onde este se insere. A atribuição de um novo uso ao edifício deve ser compatível com a sua envolvente.

Assim, o novo uso requer um conhecimento aprofundado do edifício e da sua envolvente, tanto em aspetos físicos, como em características formais e nas transformações ao longo do tempo. Se for necessário intervir, deve haver um respeito

pelos elementos que caracterizam o edifício, com o objetivo de garantir que estes sejam transmitidos às gerações futuras.

Importa referir que atualmente também estão associados aos novos usos o conceito de reutilização adaptativa. Segundo Bermúdez de la Puente (2018), considera que a reutilização adaptativa altera o uso do edifício, mas os valores patrimoniais são conservados. A intervenção deve respeitar a pré-existência e o seu contexto histórico, possibilitando a utilização de uma nova arquitetura e podendo ainda sofrer alterações com o objetivo de melhorar e complementar os valores patrimoniais associados ao edifício.

2.2 INTERVENÇÃO EM PATRIMÓNIO

A intervenção em património corresponde a um conjunto de ações que implicam, de uma forma mais ou menos intensa, alterações no edifício, de forma a adaptá-lo aos objetivos e solicitações da contemporaneidade implícita no objeto arquitetónico. Antes de qualquer intervenção, é importante realizar uma análise à herança arquitetónica do edifício, podendo relacioná-la com a cultura atual. Por consequência, é possível uma intervenção equilibrada, sem se criarem ruturas extremas, que ponham em causa a sua continuidade formal. A intervenção irá definir uma abordagem de época distinta, da pré-existência.

Os primeiros registos sobre a proteção do património foram encontrados na antiguidade, mais propriamente na época romana (Lopes e Correia, 2014). Mas é no Renascimento que começa a surgir um maior interesse pela proteção do património. Com a revolução francesa o património passou a ser classificado e protegido por organismos oficiais responsáveis pelo património (Lopes e Correia, 2014). Definiram-se várias correntes teóricas de intervenção em monumentos, desde Viollet-le- Duc, Ruskin, Boito, Beltrami e Riegl, cujos princípios influenciaram o conteúdo das cartas internacionais adotadas a partir da década de 30, como se analisará a seguir.

A revisão da literatura sobre os graus, princípios e valores tem como referência diversos autores que abordam a história e teoria da conservação e restauro, tais como Feilden (2003), Petzet (2004), Jokilehto (2004), González-Váras (2005), Stubbs (2009), Orbasli (2008), Correia (2018, tema 5; tema 7; tema 8).

2.2.1 Graus de intervenção

Visto que a presente investigação se centra nas intervenções na Rua Direita de Caminha, é importante distinguir os diferentes graus de intervenção nos centros históricos. Neste sentido, serão abordadas as definições dos diferentes graus segundo vários autores, uma vez que se pretende avaliar o impacto das intervenções realizadas na Rua Direita de Caminha, no âmbito patrimonial.

Uma vez que um dos objetivos desta dissertação é avaliar o impacto das intervenções na Rua Direita, é importante referir que este é medido através do grau de intervenção (Correia, 2018). Ao grau de intervenção está associado um nível de uma escala operativa, que vai desde a menos invasiva (manutenção) até à mais invasiva (relocação). A cada nível desta escala corresponde uma série de implicações relativas à fisiologia que se vai diversificando à medida que aumenta a complexidade da intervenção (Stubbs, 2009). Quanto maior for a intervenção, maior é o risco para a preservação da autenticidade e menor a probabilidade da reversibilidade.

A Carta de Cracóvia (2000), define os diferentes níveis de participação dependendo do objeto patrimonial e apresenta diferentes graus de intervenção. Estes são determinados pelo impacto que o arquiteto quer ter ao intervir no edifício, pelo que se torna fundamental determinar parâmetros físicos de atuação (Orbasli, 2008). Deve existir uma completa recolha de informação sobre o edifício - quem o projetou e construiu, data de construção, alterações e transformações, entre outras. Só assim o arquiteto conseguirá ter uma verdadeira compreensão do significado do edifício antes de intervir.

Existem várias visões na abordagem à teoria da conservação do património, mas para a realização da presente investigação, seguiu-se os graus de intervenção defendidos por Stubbs (2009). Estes podem incluir: preservação ou conservação; conservação preventiva; manutenção; consolidação; restauro; reabilitação; renovação; reconstrução; relocação e réplica.

Conservação

Em relação ao termo “conservação”, Feilden (2003) define-o como todas as ações que prolongam a vida do edifício, prevenindo a deterioração com o mínimo de intervenções possível. No mesmo sentido, González-Varas (2005) entende a “conservação” como ações cuja finalidade é prolongar, e preservar o maior tempo possível os materiais, a integridade e a autenticidade do objeto patrimonial. Desta forma, as ações de conservação garantem a salvaguarda do futuro deste objeto arquitetónico, prevenindo a sua deterioração.

A Carta de Cracóvia (2000), acrescenta ainda que as atitudes de uma comunidade contribuem para a preservação do património. A “conservação” do património construído é realizada quer no respeito pelo significado da sua identidade quer no reconhecimento dos valores que lhe estão associados. Mas, tal como defende a Carta de Veneza (1964), para que a “conservação” do edifício seja fundamental, esta deve ter um uso para a sociedade, desde que não implique a alteração da distribuição e o aspeto do mesmo, pois sem uso é de difícil manutenção, reportando para uma das problemáticas centrais desta dissertação: a dos usos.

Entre os diferentes autores considera-se a “conservação” como um conjunto de ações que têm como objetivo principal manter e prolongar os materiais e a vida do edifício pelo máximo de tempo possível.

Consolidação

No que se refere à “consolidação”, Orbasli (2008) e Stubbs (2009) definem-no como um grau de intervenção que está intrinsecamente ligado à estrutura do edifício, reforçando a sua estrutura evitando uma maior deterioração e instabilidade. Desta forma, a “consolidação” é um grau que provoca uma ação mais interventiva, visto que implica recuperar a integridade estrutural assegurando a estabilidade do edifício. Estas ações por vezes fazem com que se adotem soluções prejudiciais. Por isso, Feilden (2003) realça a preferência da utilização de materiais tradicionais, e se isso não for possível, deve recorrer-se a técnicas modernas reversíveis anteriormente testadas, não comprometendo assim o edifício.

Preservação

Quanto ao grau de “preservação”, Stubbs (2009) considera-o como um ato de manter o objeto a salvo dos danos, evitando a sua degradação. Para tal, Correia (2007) refere que é necessário manter as condições físicas do edifício estáveis, e realizar uma boa gestão do ambiente onde ele se insere. González-Varas (2005) acrescenta que para a “preservação” do objeto é necessário a tomada de medidas, como inspeções regulares e manutenção cíclica e de rotina, para manter o seu estado atual. Com isto, entende-se que para preservar um objeto é necessário realizar ações físicas e diretas, de forma a adotar medidas que previnam a sua deterioração.

Manutenção

Ao contrário da “preservação”, a “manutenção” garante o estado físico do objeto. González-Varas (2005) refere que é uma das principais ações a ter em conta na

conservação de bens culturais, com o objetivo de retardar intervenções diretas sobre o mesmo. Para tal, é importante a manutenção regular e vigilância permanente do objeto, (Orbasli, 2008) evitando desta forma dispendiosas operações de reabilitação. Acrescenta-se ainda a importância da conservação dos conjuntos urbanos históricos, não aplicando assim a “manutenção” apenas ao edifício isolado, mas sim ao conjunto edificado (Carta de Washington, 1987).

Desta forma, a “manutenção” é principalmente uma ação que evita que os edifícios cheguem a um estado de degradação elevado, sujeitando-o a intervenções de elevado impacto, perdendo os seus valores associados.

Restauro

No que diz respeito ao “restauro”, González-Varas (2005) define-o como um dos termos mais controversos. Este autor refere que o “restauro” é uma operação de intervenção direta cujo objetivo é restituir ou melhorar a legibilidade da imagem do objeto. O restabelecimento da sua unidade potencial e a remoção de elementos adicionados ao longo do tempo podem prejudicar a integridade física do objeto. A reintegração de elementos deverá ser feita com base nos materiais originais, por meio de evidências arqueológicas e documentos autênticos, sendo que a substituição de peças deverá ser perceptível e distinguir-se do original, evitando desta forma um falso histórico (Feilden, 2003).

Neste sentido, entende-se que “restauro” tem como finalidade a reintegração de partes procurando a aparência original do objeto.

Recuperação

O termo “recuperação” perante a definição de González-Varas (2005), significa reaquisição e revalorização de um bem cultural que se encontrava temporariamente abandonado, degradado ou privado da sua funcionalidade. Deste modo, aponta os métodos que possibilitam que o objeto histórico nascido noutra contexto, satisfaça as necessidades contemporâneas mediante a sua “reutilização”. Segundo Correia (2007), num sentido lato, “recuperação” é sinónimo de “reabilitação”. Desta forma, a “recuperação” significa a atribuição de uma nova condição ao edifício, no sentido de melhoria e atualização.

Renovação

A “renovação” refere-se, segundo González-Varas (2005), à obtenção de uma nova condição, em sentido cultural ou espiritual, aliada à ideia implícita de melhoria ou atualização que implica uma substituição dos seus componentes materiais. A utilização de materiais compatíveis e técnicas tradicionais, são para Feilden e Jokilehto (1998) de primordial importância. A “renovação” permite restituir aos edifícios os elementos estéticos degradados ao longo do tempo, possibilitando a aquisição do seu aspeto original (Teixeira, 2013). Enquanto isto, Stubbs (2009) admite que a “reabilitação” ou “renovação” partem do mesmo significado, não fazendo separação entre estes dois graus de intervenção.

Revitalização

O conceito de revitalização, ao contrário dos termos utilizados anteriormente, desenvolve-se geralmente num contexto de ‘recuperação urbana’ para designar medidas de melhoria destinadas a dotar uma nova vitalidade económica ou social a um conjunto urbano decaído (González-Varas, 2005). Passa sobretudo por dinamizar um conjunto urbano que se encontra em mau estado de degradação ou abandono, podendo ser implementadas várias medidas, entre as quais ações de reabilitação (Feilden e Jokilehto, 1998).

Desta forma a “reabilitação” do edificado surge como uma oportunidade para revitalizar uma área de forma a possibilitar um equilíbrio social e económico.

Anastilosis

No que diz respeito ao termo “anastilosis”, este deriva da união entre duas palavras gregas, *aná* [acima] e *stylos* [coluna]. No sentido etimológico original do termo, significa voltar a levantar as colunas caídas de um edifício (González-Varas, 2005). No entanto, este termo passou a ser empregue para operações de recomposição dos edifícios, cujos materiais originais se encontravam caídos e dispersos na envolvente do edifício. Segundo Jokilehto (1995), “anastilosis” implica a utilização de material original e disponível no local. Dito isto, “anastilosis” é caracterizado pelo reconstituição do edifício em ruínas, utilizando essencialmente elementos arquitetónicos originais.

Reconstrução

A “reconstrução” é um procedimento de carácter absolutamente excepcional, que se realiza em consequência de acontecimentos também eles excecionais, tais como guerras, incêndios e catástrofes. Caso se constate que a “reconstrução” vai de algum

modo falsear a natureza histórica, então esta prática deverá ser evitada (González-Varas, 2005). Uma vez que a “reconstrução” justifica-se pelo ato de reerguer uma estrutura que se encontrava parcial ou completamente em colapso utilizando na sua maioria materiais originais (Stubbs, 2009), é importante que esta não tenha a patina do tempo e a intervenção seja baseada em documentação precisa e nunca em suposições (Feilden, 2003).

Além desta definição de “reconstrução”, há ainda outras duas que diferem entre si. Uma delas (interpretação latina) defende que a “reconstrução” é sempre associada à “reconstrução” total de uma estrutura, efetuada apenas quando ocorrem catástrofes. A outra (anglo-saxónica), diz que a “reconstrução” não está apenas associada à “reconstrução” total, mas também diz respeito à re-inclusão de partes em falta, sendo sinónimo de “restauro” (Correia, 2009).

Já que se pretende analisar o impacto das intervenções ocorridas no património da Rua Direita de Caminha, foram abordados os graus de intervenção que se consideraram importantes para esta investigação. Uma vez que o tema desta dissertação são os novos usos, considerou-se pertinente a elaboração mais aprofundada do grau de intervenção de “reabilitação”, pelo facto de este possibilitar ao edifício a aquisição de um novo uso.

Reabilitação

Assim, a “reabilitação” é o conjunto das melhorias físicas necessárias para proporcionar uma utilização adequada a uma estrutura vazia ou utilizada de forma inadequada. A utilização deve ser a mais próxima possível da original, assegurando desta forma um mínimo de intervenção e uma perda mínima de valores culturais (González-Varas, 2005). De acordo com o mesmo autor, as ações de “reabilitação” integram não só ações de “conservação”, “restauro”, “reforma” ou “ampliação”, mas também de “transformação”, visto que possibilitam a atuação mediante demolições parciais, substituição e inclusivamente a “reconstrução”. Por isto, González-Varas (2005), associa à “reabilitação” também o conceito de “renovação”, visto que tem como objetivo melhorar as suas condições de habitabilidade e de uso.

Nos dias de hoje, tem-se verificado que as adaptações do edificado às necessidades contemporâneas tem levado à perda de valores associados aos edifícios. As ações de “reabilitação” são muitas das vezes, ações de reconstrução integral do interior, uma vez que se verifica a tendência de se manterem as paredes exteriores e se optar pela demolição dos restantes elementos internos do edifício.

Na visão latina é salientada a importância da habitabilidade de um edifício quando este se encontra deteriorado pelo seu estado patológico ou quando o mesmo se altera para lhe dar um novo uso (Juan Monjo Carrió, 1999). No que se refere à utilidade, o autor acrescenta ainda que um edifício restaurado, sem uso, é um edifício de difícil manutenção, ficando por isso sujeito a novos processos patológicos que aumentam a sua deterioração. É fundamental abrir a “reabilitação” a outros usos integrativos respeitando os elementos originais do edifício. Esta posição em relação ao uso, já tinha sido abordada anteriormente por Feilden e Jokilehto (1998), na qual referem que a “reabilitação” deve sempre recorrer ao uso mais próximo possível da função original, de modo a garantir uma mínima intervenção e uma perda mínima de valores culturais. Para isso, as partes substanciais do edifício devem ser mantidas sempre que possível, e no caso de adição de novos elementos deve ser garantida a compatibilidade dos materiais e uso de tecnologias apropriadas que não comprometam a estrutura original nem os elementos existentes.

A leitura do edifício deve ser realizada como um todo e não como um somatório de partes (Freitas, 2012). Esta opinião surge pelos erros cometidos no passado, que refletem que o interior e exterior são tratados por vezes como se fossem partes distintas, onde o interior por ser invisível se torna a parte mais vulnerável. Realça-se a importância não só de entender o objeto como um todo, mas de entender também os seus valores e relações de modo a não comprometer o conjunto urbano onde este se insere. Por este motivo, o conhecimento não se deve basear apenas no objeto isolado, mas estender-se também à envolvente próxima (Freitas, 2012).

Conclui-se que a ação de reabilitação procura manter o edifício em uso, podendo este adquirir um novo uso compatível com o original. A adaptação do edifício a um novo uso deve garantir a conservação da estrutura e materiais pré-existentes, nunca colocando os valores do mesmo em causa.

2.2.2 Princípios de intervenção no património

As intervenções no património requerem um conjunto de ações que devem ser rigorosamente guiadas pelos princípios internacionalmente aceites, com o objetivo de a intervenção ser realizada de forma ética e adequada, com base na preservação dos valores identificados no edifício.

Os princípios de intervenção variam com o tipo de intervenção que o arquiteto define antes de intervir. Cada projeto de conservação é distinto e por isso deve ser avaliado.

Os princípios básicos de intervenção, segundo Stubbs (2009) têm um papel fundamental na ética de conservação, sendo essencial a presença destes para a justificação de qualquer intervenção. Estes inserem-se em três categorias: princípios éticos, onde se integram a autenticidade e a integridade; princípios internacionalmente aceites, como a universalidade, reversibilidade, mínima intervenção, unidade, neutralidade, a patina do tempo e outros princípios, defendidos por vários autores como é o caso da sustentabilidade, legibilidade, entre outros.

Visto que se pretendem analisar as intervenções realizadas na Rua Direita e os princípios de intervenção, considerou-se pertinente abordar os diferentes conceitos, uma vez que são de primordial importância para justificar qualquer intervenção patrimonial.

Autenticidade

O significado da palavra “autenticidade” remete-nos para o conceito de verdade, sendo que o que é autêntico é verdadeiro. A “autenticidade” é definida na Carta de Cracóvia (2000), como o conjunto das características provadas pela história, desde o seu estado original até ao atual, como resultado das várias transformações que foram sofrendo ao longo do tempo. Importa salientar, que o que é autêntico para uma cultura pode não ser para outra, podendo esta abraçar outras perspetivas sobre “autenticidade”, a partir dos valores sociais e culturais de distintas sociedades (Correia, 2009). Para Teixeira (2013), o mais importante são as práticas tradicionais usadas em certos tipos de património, como a utilização de materiais facilmente perecíveis. O Documento de Nara de 1994 sobre “autenticidade” afirma que a capacidade de compreensão dos valores do património depende do grau em que as fontes de informações relevantes são entendidas como verdadeiras. Orbasli (2008), considera a autenticidade na utilização de materiais originais para manter o desenho original do arquiteto, mas isto não justifica que a obra arquitetónica possa retomar a sua originalidade.

Desta forma para se aplicar o princípio de “autenticidade” é necessário identificar os valores associados ao objeto arquitetónico, incluindo sempre nesta análise o desenho, a forma, materiais, técnicas construtivas, tradições, o lugar, a envolvente, e a função.

Integridade

No que se refere ao princípio de “integridade”, Correia (2007) considera-o como o estado da obra, sendo um todo material, inteiro e indivisível. Há quem considere que pode justificar a reintegração de partes, nas intervenções de restauro estilístico ou na reconstrução. Para isso, é necessária uma gestão e planeamento eficientes do objeto,

de forma a dar significado às distintas partes, quando integradas no contexto geral (Jokilehto, 2004). A Carta de Veneza (1963) acrescenta que a “integridade” são os elementos que fazem parte integrante de um monumento, sendo que estes apenas podem ser separados quando esta medida é a única viável para garantir a sua conservação.

Desta forma, todos os elementos devem ser preservados como parte do conjunto que constituem, garantindo assim a integridade do objeto.

Assim o princípio de “integridade” permite intervenções mais invasivas, mas que garantam a preservação física do objeto. No entanto, este princípio não reside apenas na aparência física, mas também na integridade dos seus componentes que devem ser preservados como parte essencial da pré-existência.

Reversibilidade

O princípio da “reversibilidade” é dos princípios de intervenção mais difíceis de aplicar. Este princípio permite a integração de novos elementos, os quais têm que ser facilmente reconhecíveis, de forma a não infringir a própria unidade que se visa reconstruir, facilitando eventuais futuras intervenções (Brandi, 2006). A introdução de novos materiais deve garantir uma estabilidade do objeto, de modo a ser o menos intrusivo possível, pois deve permitir a sua futura remoção. Embora a aplicação in situ de novas tecnologias justifique a conservação dos materiais originais, estas devem ser constantemente controladas (ICOMOS, 2000).

Desta forma, o ato de agir com base no princípio de “reversibilidade” garante a preservação e conservação do objeto, uma vez que as ações podem ser revertidas de forma a que este adquira o seu estado original (Correia, 2016). Atualmente, verifica-se que este é um dos princípios com um maior impacto sobre o edifício, porque se enquadra em intervenções de grau de reabilitação. Portanto, as intervenções que surgem deste princípio devem garantir a distinção entre os elementos originais e os novos, facilitando assim a sua reversibilidade.

Mínima intervenção

No caso da “mínima intervenção”, reflete-se o mesmo que no princípio de “reversibilidade”: qualquer intervenção no edifício, pode devolver a este o seu estado original (Correia, 2009). A importância de prolongar a vida do edifício patrimonial, como refere Feilden (2003), deve-se à ação de “mínima intervenção” para não afetar ações futuras. As ações realizadas devem optar por uma escolha entre técnicas “tradicionais”

e "inovadoras" sendo estas avaliadas individualmente, optando por aquela que é a menos invasiva e mais compatível com os valores identificados no edifício (ICOMOS, 2003). É fundamental realizar uma investigação aprofundada sobre o edifício, para que as intervenções realizadas tenham um mínimo impacto sobre o edifício e a sua envolvente (Correia, 2016).

Desta forma a "mínima intervenção" é um dos princípios mais importantes na conservação, pois assegura que o objeto patrimonial chegue às gerações futuras no seu estado original de construção.

Unidade

O termo "unidade" desenvolve-se mais a partir da noção de leitura do objeto por inteiro, do que numa leitura por partes. Sempre que seja possível, o restauro deve ter como objetivo o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte, sem que isso comprometa a veracidade artística ou histórica, nem elimine nenhum traço da passagem da obra de arte no tempo (Brandi, 2006). Para exemplificar esta ideia, o autor Brandi (1995) refere os mosaicos, sendo estes compostos por partes, que por si só e de forma independente, não constituem a obra de arte, mas é entendida como tal, ao perceber o mosaico como uma unidade em si, ou seja, como uma unidade do todo. Este princípio também é referido no que respeita à relação do edifício com o local onde se insere, porque a leitura do edifício como um todo também implica a leitura do contexto onde este se insere (ICOMOS, 2003).

Assim, as intervenções de "unidade" devem garantir a continuidade do edifício como um todo, composto por todos os seus elementos, de forma a garantir uma leitura original do edifício, mantendo-o desta forma preservado com os seus valores patrimoniais.

Neutralidade

No que respeita ao princípio da neutralidade, pode dizer-se que é uma continuação do princípio da autenticidade, o que implica que num edifício o carácter existente anteriormente à intervenção, deverá ser garantido pela ação de conservação (Warren, 1999). Desta forma, este princípio de intervenção preserva o máximo de valores e significados do objeto arquitetónico. É praticado em ações de reabilitação, apesar da função original poder ser alterada, sendo que prevalece a continuação do uso do edifício e o respeito pelas suas características essenciais, de forma a assegurar a sua preservação (Correia, 2007).

Portanto, na neutralidade os elementos acrescentados não devem distorcer o significado patrimonial do edifício, devendo-se assim intervir de forma coerente e respeitando o seu passado.

2.2.3 Significados e valores associados ao património

Para analisar o impacto das intervenções que implicaram um novo uso ao edifício, considerou-se essencial abordar os significados dos valores patrimoniais. Estes definem prioridades nas decisões das propostas de intervenção. A atribuição dos presentes valores pode ser diferente dependendo de quem os atribui. Os níveis de valor a considerar assumem carácter imprescindível para a valorização da estrutura em questão (Correia, 2016, 2018).

A Carta de Burra (1999) veio reconhecer que os valores dependem do significado cultural do sítio e podem ser classificados em valores estéticos, históricos, científicos, sociais e espirituais. O autor Alois Riegl (2008), propõe dois grandes grupos de valores: valores rememorativos, ligados à memória, à história e à história da arte; e valores de contemporaneidade que se relacionam com as necessidades materiais e espirituais do homem contemporâneo. Para Feilden (2003), os valores são classificados segundo os valores emocionais, culturais, e de uso.

Para a elaboração desta dissertação, são apropriados os valores definidos por Feilden (2003), que defende o respeito inabalável pela estética e pela integridade física e histórica dos bens culturais. Os princípios orientadores da conservação devem responder à harmonia arquitetónica e à unidade do bem patrimonial. Aqui são aplicados pelo autor dois passos para uma intervenção em património: definir um objetivo para o projeto e, posteriormente, identificar os valores associados ao mesmo.

A tabela seguinte apresenta a classificação dos valores por Feilden (2003), adaptada ao tipo de análise que se pretende realizar nos casos de estudo. Com o objetivo de avaliar os valores presentes antes e depois da intervenção, analisando desta forma os valores que foram perdidos e os que foram atribuídos após a mudança de uso, ajudando assim à resposta ao segundo objetivo estabelecido nesta investigação.

Valores emocionais	Valores culturais	Valores de uso
<ul style="list-style-type: none"> . Simbólico/Espiritual . Continuidade . Identidade 	<ul style="list-style-type: none"> . Histórico . Arqueológico . Arquitetónico . Paisagem 	<ul style="list-style-type: none"> . Funcional . Económico/Turístico . Educacional . Político . Social

Fig.6 Esquema representativo dos valores de Feilden (2003) – Adaptado por Diana Correia (2021)

Apesar da análise dos casos de estudo serem os valores defendidos por Feilden (2003), considerou-se apropriado introduzir a esta análise individual sobre cada valor, a opinião de outros autores como Brandi (2006), Riegl (2008) e Orbasli (2008) e algumas Cartas patrimoniais.

VALORES EMOCIONAIS

De acordo com Orbasli (2008), as pessoas podem sentir um apego emocional ou uma grande admiração e respeito pelas realizações artísticas do edifício. Desta forma, os valores emocionais podem variar desde uma ligação de afeto a um sentimento de admiração. Neste conjunto inserem-se os valores simbólico/espiritual, continuidade e identidade.

Valor simbólico/ espiritual

Para Feilden (2003), os valores “simbólicos/espirituais” estão relacionados com a religião, e dependem do estado do monumento e do local onde este se insere. Desta forma transmite o valor espiritual do lugar. O seu significado é observado através de certas formas arquitetónicas e da decoração que diferem entre culturas e religiões (Feilden, 2003). Orbasli (2008), acrescenta a este valor as rotas de peregrinação, ou até mesmo a natureza sob a forma de montanhas, rios, ou outros recursos naturais.

Valor continuidade

O valor de “continuidade” está ligado à conservação de diferentes elementos do edifício. Para garantir este valor nas intervenções patrimoniais, é importante que a utilização do edifício respeite o carácter histórico e artístico deste (ICOMOS, 1931), como a “continuidade” das formas e materiais (ICOMOS, 1964); a “continuidade” de práticas que contribuem para o significado cultural do local e a “continuidade” de uso ou atividades significativas para a preservação deste; a “continuidade” do conjunto do bem (ICOMOS, 1979); bem como a “continuidade” das tradições, sistemas construtivos tradicionais (ICOMOS, 1999). Desta forma, entende-se que este valor reside na permanência da memória do local, que se reflete na relação entre elementos materiais e questões de utilização dos edifícios. Para garantir o valor de “continuidade”, o edifício deve ter um uso.

Assim evita-se o abandono do mesmo, possibilitando desta forma a transmissão do legado patrimonial às gerações futuras.

Valor identidade

O valor de “identidade” foi definido pela Carta de Cracóvia (2000, p. 5) como “a referência coletiva englobando, quer os valores atuais que emanam de uma comunidade, quer os valores autênticos do passado.” Assim, o valor de “identidade” está ligado ao valor de “autenticidade”, que se adaptam a questões formais e simbólicas associadas ao património (ICOMOS, 1995). Para a Carta de Valleta (2011), o valor de “identidade” além de estar associado à população, também se refere às áreas urbanas históricas, considerando estas duas como estruturas espaciais que refletem a evolução da “identidade” cultural da sociedade. O conceito de espírito de lugar também faz parte da “identidade” cultural dos locais:

“El espíritu del lugar puede ser definido como el conjunto de elementos materiales e inateriales, físicos y espirituales, que proporciona a un determinado sitio su identidad específica, significado, emoción y misterio. El espíritu del lugar crea el espacio y, al mismo tiempo, el espacio construye y estructura este espíritu” (Declaração de Quebec 2008, citado por ICOMOS, 2011).

VALORES CULTURAIS

A Carta de Burra (1999) refere que os valores culturais se exprimem pela própria materialidade do bem, pela sua estrutura, contexto, uso, significados, e pelos lugares e objetos que lhe estão associados. No mesmo sentido, o autor Orbasli (2008) refere que os edifícios fornecem informações sobre vários aspetos de um período passado, desde um estilo de vida até ao uso dos materiais, artesanato e técnicas de construção. Neste conjunto inserem-se os valores histórico, arqueológico, arquitetónico e paisagem.

Valor histórico

Um edifício não é apenas uma evidência física do passado, mas também pode ter desempenhado um papel na história, ou estar ligado a certos eventos ou períodos da história (Orbasli, 2008). Desta forma, é importante valorizar a antiguidade do objeto e o seu significado histórico como evidência do passado. Para Riegl (2008) o valor histórico está associado à relação entre o monumento e a transformação de campos criativos da humanidade. É tudo aquilo que foi conservado da atividade humana e que representa um determinado momento da sua transformação.

Um exemplo do valor “histórico” são os centros históricos, pois estes podem representar um evento histórico ou uma tipologia característica de uma época histórica. Assim, as intervenções de reabilitação ou de alteração de uso nestes conjuntos edificados, devem preservar as características arquitetónicas por uma questão de ética garantindo o mínimo impacto sobre o edifício.

Valor arqueológico

Os edifícios com valor “arqueológico” transmitem o conhecimento de vestígios, bens e outros indícios da vida humana. O estudo destes permite traçar a história da vida da humanidade e a sua relação com o ambiente (Conselho da Europa, 1992). Desta forma, a sua proteção é essencial, e deve ser realizada com base nos critérios expressos na Carta de Veneza (1964) sobre o restauro e a conservação dos monumentos e sítios. Assim, com a devida proteção, é possível transmitir às gerações futuras conhecimentos sobre o desenvolvimento da sociedade atual, promovendo a compreensão do passado.

Valor arquitetónico

Em relação ao valor “arquitetónico” não se encontrou muita informação. No entanto, foi possível identificar um autor que refere o significado deste valor. O valor “arquitetónico” compreende as qualidades exemplares de desenhos, proporção e a contribuição que a arquitetura de um edifício teve/tem na qualidade da experiência quotidiana, bem como a sua contribuição para o estilo ou período arquitetónico. Este valor pode ser igualmente identificado pelo uso de técnicas de construção pioneiras Orbasli (2008). Desta forma, este valor está associado aos elementos de construção do edifício, quer à sua estética quer à sua decoração, formas e espaços. A forma de garantir este valor é mantendo o edifício com um uso que lhe garanta a sua harmonia.

Valor paisagem

O valor de “paisagem” não está relacionado apenas aos contributos de um edifício, mas sim à contribuição de um conjunto de edifícios, rua ou paisagem urbana (Orbasli, 2008). Desta forma, entende-se que os edifícios não podem ser abordados de forma isolada sem o seu contexto.

VALORES DE USO

A importância de atribuir a um bem patrimonial um uso foi definido na Declaração de Estocolmo (1998), reconhecendo que a sociedade tem o direito de utilizar o património, desde que seja de forma sensata e inteligente (ICOMOS, 1998). Esta categoria é composta pelos valores funcional, económico/turístico, educacional, político e social.

Valor funcional

Os valores “funcionais” são importantes quando se considera a reabilitação ou a reutilização de edifícios (Feilden, 2003). Verifica-se esta situação nos centros históricos devido ao abandono dos edifícios pela emigração da população para as cidades. A possibilidade de atribuir um uso a este tipo de edificado, reverte a obsolescência funcional destes edifícios (ICOMOS, 1977). Importa acrescentar, que os edifícios históricos são flexíveis para satisfazer uma grande variedade de utilizações, podendo com pequenas alterações serem adaptados a novas funções, que satisfaçam as atividades do homem contemporâneo, segundo Riegl (2008). Desta forma, a atribuição de um novo uso ao edifício faz com que este readquira o valor “funcional” que tinha sido perdido, após o abandono da pré-existência. A atribuição de um novo uso deve ser compatível com a pré-existência e deve implicar o mínimo de alterações possíveis sobre o edifício.

Valor económico/turístico

O valor “económico/ turístico” está intimamente ligado aos interesses turísticos dos bens patrimoniais, reafirmando a sua importância e relevância nacional sem comprometer os valores culturais. Assim, a relação entre o valor “económico” e “turístico” favorece o desenvolvimento do turismo de uma região, contribuindo os monumentos e edifícios históricos para a melhoria da economia local (ICOMOS, 1967). Assim, o valor “turístico” tem um papel indispensável não só por valorizar a cultura regional, mas também por se tornar decisivo na sua economia (Orbasli, 2008).

Desta forma, o turismo pode ter um impacto tanto positivo como negativo para a preservação do património. O excesso de visitantes pode pôr em causa a preservação do bem patrimonial. Já, os benefícios económicos garantem a conservação do bem através da sua manutenção regular, quando esta é realizada de forma responsável, garantindo sempre a preservação dos seus valores.

Valor educacional

A Carta de Amesterdão (1975) refere que o património arquitetónico tem um valor “educativo” determinante, explicando que se devem conservar vivos os testemunhos de todas as épocas e de todas as experiências. Os edifícios e locais históricos transmitem conhecimentos pelo seu período da história, modo de vida do passado, relações sociais ou técnicas de construção (Orbasli, 2008). A utilização do património no âmbito educacional situa a sociedade do mundo atual nos setores sociais, culturais e políticos, suscitando uma reflexão crítica sobre o passado e o presente, ao mesmo tempo que

proporciona um respeito pela diversidade cultural (González, 2006). Os valores educacionais estão relacionados com o estudo da história através dos edifícios históricos que, como já foi referido, constituem evidências físicas do passado da sociedade. Assim, uma das principais motivações da conservação arquitetónica é proporcionar oportunidades educativas (Feilden, 2003), transmitindo assim testemunhos do passado para as gerações futuras.

Valor político

Os edifícios históricos e sítios arqueológicos podem ser usados para estabelecer a história de uma nação na mente das pessoas (Feilden, 2003). Assim, o valor “político” está relacionado com eventos específicos que podem coincidir com intenções subjacentes às prioridades políticas vigentes. Esta relevância pode arrecadar fundos e atrair a atenção do público em geral para a salvaguarda e proteção deste património (Jokilehto e Feilden, 1998). Desta forma, é comum as nações utilizarem os sítios históricos como elementos dos seus programas políticos, para demonstrar, por exemplo, a sua identidade histórica (Feilden, 2003).

Assim, este valor é um conjunto de relações de um grupo de poder com a comunidade, através de um conjunto de regras definidas perante temas sociais e económicos de interesse público.

Valor social

Os autores Mason (2002), Feilden (2003), e Orbasli (2009) têm uma ideia convergente em relação ao conceito de valor “social”. Feilden (2003) defende que o valor “social” está ligado com o valor emocional e com o sentimento de pertença atribuído a um lugar. No mesmo sentido, Orbasli (2009) acrescenta que o significado de um lugar histórico para a comunidade local, é considerado muitas vezes como parte de um acontecimento social em curso; e Mason (2002) de acordo com sua idade, beleza, arte ou associação com uma pessoa ou evento significativo, refere que pode contribuir para processos de afiliação cultural. O valor “social” em conjunto com outros valores, constitui o significado cultural de um imóvel, já que constituem as associações que a comunidade possui em relação ao bem patrimonial (ICOMOS, 1979).

Desta forma, o valor “social” inclui também um “apego ao lugar” que se reflete na identidade da comunidade ou outros sentimentos que caracterizam grupos sociais. Para Jokilehto e Feilden (1998), o valor “social” de um bem patrimonial insere-se nos valores socioeconómicos atuais e relaciona-se com atividades sociais tradicionais e com o uso compatível atual. Ou seja, este valor encontra-se intimamente ligado a uma função de

um contexto concreto, onde a arquitetura contribui para um uso coletivo, do qual a sociedade pode ser considerada como benéfica. Assim o valor social, é a forma como as pessoas habitam, trabalham, circulam e repousam. É a forma como vivem e se relacionam entre si e com o seu contexto ao longo do tempo.

2.3 CARTAS, CONVENÇÕES E RECOMENDAÇÕES PATRIMONIAIS

Desde o início do séc. XX, inúmeros especialistas têm vindo a reunir-se para criar um conjunto de princípios e conceitos que sirvam de base para intervir no património histórico. A evolução da noção de património, assim como os fundamentos para a salvaguarda do mesmo, encontram-se documentados nas Cartas, Convenções e Recomendações. Estes documentos representam tentativas que vão além do estabelecimento de normas e procedimentos, criando conceitos globais e por vezes locais.

Todos os documentos publicados até à data são importantes para a preservação do património. Assim, perante a problemática desta investigação, considerou-se pertinente abordar alguns dos documentos publicados, de forma a enriquecer o conhecimento sobre intervenção em património.

Carta de Atenas (1931)

A Carta de Atenas foi elaborada em 1931 pelo 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos - congresso de Atenas. Constitui o primeiro documento internacional significativo que destaca os princípios gerais para o restauro dos monumentos. A Carta de Atenas apresenta as diretrizes para a preservação do património e recomenda o afastamento das reconstituições integrais, valorizando a manutenção, uma vez que deve ser regular e permanente, ao segurando desta forma a conservação do edifício. Sugere ainda, “que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-se contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico” (ICOMOS, 1931: 1). Para os casos em que é inevitável o restauro, a Carta recomenda o respeito pela obra histórica, sem omitir os estilos das diferentes épocas do edifício. Os novos edifícios devem adequar-se ao existente, havendo também um respeito pela envolvente. Além disso, estabelece que cada Estado deve realizar a sua própria legislação nacional, baseando-se nas características locais e sociais, garantindo desta forma a conservação do seu património. A mesma informa que a intervenção deve ser realizada por uma equipa interdisciplinar, a qual deve realizar um estudo e uma análise profundamente

documentada, elaborando um diagnóstico correto e, por conseguinte, uma intervenção adequada, não esquecendo que cada edifício é um caso específico.

Assim, esta carta demonstra a preocupação em valorizar e recuperar os inúmeros monumentos degradados, definindo medidas legislativas e administrativas para a preservação deste património.

Carta de Veneza (1964)

A Carta de Veneza foi elaborada em 1964 no II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, em Veneza, e publicada pelo ICOMOS em 1966. De certa forma, pode-se considerar que este documento é uma atualização da Carta de Atenas (1931). Assim, o presente documento alarga o conceito de monumento ao meio envolvente, desde que se manifeste um acontecimento histórico ou de civilização particular. A carta estabelece que o restauro deve ser utilizado com carácter excepcional e deve revelar o valor histórico e estético do bem patrimonial, devendo fazer-se acompanhar por estudos históricos e arqueológicos. As novas intervenções devem ser claramente reconhecíveis, devendo preservar todas as intervenções de épocas anteriores e, se for necessário, introduzir novos materiais cuja aplicação deve ser testada cientificamente. Os acrescentos só são possíveis se respeitarem o conjunto do edifício. Em relação à conservação, esta deve assegurar a manutenção constante do monumento, podendo haver uma adaptação a novos usos, caso não haja uma alteração à sua disposição. A Carta refere ainda que o edifício não deve ser conservado como elemento isolado, mas sim com a sua envolvente próxima. A conservação e o restauro dos monumentos devem ser realizadas com a colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas, para a salvaguarda do património. Tal como a Carta de Atenas, a Carta de Veneza recomenda o levantamento fotográfico e documental de todas as intervenções realizadas anteriormente, pois facilita as intervenções futuras.

Desta forma, a presente carta manifesta uma preocupação não apenas com o objeto arquitetónico isolado, mas também com o contexto onde está inserido, encarando-o como parte integrante do monumento.

Recomendação de Paris (1972)

A recomendação de Paris veio salientar que cada um dos Estados deve identificar, proteger, reabilitar e transmitir às gerações futuras o património cultural e natural existente (UNESCO, 1972). Desta forma, atribui aos Estados a responsabilidade de adotar uma política que confira ao património uma função na vida coletiva; integrar a sua proteção nos programas de planificação geral e desenvolver estudos, investigação

científica e técnica de forma a aperfeiçoar os métodos de intervenção; enfrentar os perigos que ameaçam o património; adotar as medidas jurídicas, científicas, técnicas e administrativas para identificar, proteger, conservar e reabilitar; facilitar a criação de centros, nacionais ou regionais, de formação em matéria de proteção, conservação e revalorização do património cultural e natural; submeter um inventário dos bens do património cultural e natural situados no seu território e suscetíveis de serem inscritos na lista dos bens do património cultural; estabelecer também uma «lista do património mundial em perigo», nos quais seja necessário realizar grandes intervenções. Este documento veio ainda introduzir novos conceitos acerca de monumento, conjunto e locais de interesse.

Declaração de Amesterdão (1975)

A Carta de Amesterdão foi elaborada após o Congresso do Património Arquitetónico Europeu, organizado pelo Conselho da Europa. Segundo Funari e Pelegrini (2006), esta declaração introduziu orientações para viabilizar a implantação de políticas de conservação integrada, inaugurando uma noção de integração do património à vida social. Nesta Carta destaca-se o conceito de conservação integrada utilizado nos dias de hoje para a reabilitação urbana. Assim, introduz uma ampliação ao conceito de património que passa por não compreender apenas as construções isoladas, mas também os conjuntos, cidades e aldeias que apresentam um interesse histórico e cultural. A conservação deve ser o objetivo principal da planificação urbana e territorial das principais instituições responsáveis pela sua conservação.

Assim, é determinado nesta Carta que se deve preservar não só os edifícios, mas também os conjuntos mais simples das cidades e aldeias, uma vez que constituem um valor cultural que deve ser preservado.

Carta de Nairobi (1976)

A Carta de Nairobi também conhecida pela Recomendação para a Salvaguarda dos Conjuntos Históricos ou Tradicionais e sua Função na Vida Contemporânea, veio clarificar o conceito de conjunto histórico, e distingue os sítios pré-históricos, as cidades históricas, os bairros antigos, as aldeias, o casario e os conjuntos monumentais homogêneos. Assim, ultrapassa-se a preocupação focada apenas no monumento ou na estrutura física, passando a envolver as relações entre a cidade e o meio envolvente natural ou criado pelo homem, preservando as diferentes funções da cidade adquiridas ao longo do tempo (Lopes, 2012). A recomendação de Nairobi veio assegurar que os planos de salvaguarda devem promover a revitalização dos conjuntos históricos,

mantendo o comércio e as atividades tradicionais, desenvolvendo atividades culturais apropriadas. Considera que deve evitar-se a uniformização e a despersonalização dos conjuntos históricos, mantendo as suas características originais. Este património deve “ser ativamente protegido contra todo o tipo de deteriorações, especialmente as decorrentes de usos impróprios, ampliações inconvenientes e transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, que prejudiquem a sua autenticidade” (UNESCO, 1976).

Carta de Washington (1987)

A Carta de Washington, também conhecida pela Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas, veio complementar as recomendações da Carta de Nairobi e atualizar a Carta de Veneza. Esta carta define os princípios, objetivos, métodos e instrumentos de ação adequados à salvaguarda da qualidade das cidades históricas, uma vez que estas estavam ameaçadas pela degradação, desestruturação e destruição. O documento refere que toda a cidade é considerada histórica. Assim, a salvaguarda das cidades históricas faz-se a partir da participação e envolvimento dos habitantes, garantindo sempre as medidas necessárias à sua proteção, conservação, restauro e adaptação harmoniosa à vida contemporânea.

Em relação aos princípios e objetivos, destacam-se aqueles que defendem a preservação do carácter histórico da cidade e o conjunto de elementos materiais e espirituais que lhe determinam a imagem. Aqui insere-se a forma urbana definida pela malha fundiária e pela rede viária; as relações entre edifícios, espaços verdes e espaços livres; a forma e o aspeto dos edifícios (interior e exterior) definidos pela sua estrutura, volume, estilo, escala, materiais, cor e decoração; as relações da cidade com o seu ambiente natural ou criado pelo Homem e as vocações diversas da cidade, adquiridas ao longo da sua história.

Documento de Nara (1994)

A conferência de Nara foi concebida no espírito da Carta de Veneza (1964), pretendendo alargar os conteúdos em função dos interesses que se mostram mais importantes na atualidade. Tem como objetivo assegurar um maior respeito pela diversidade cultural, num período em que a cultura e conseqüentemente o património, adquirem um alcance universal. Estabelece o conceito de autenticidade que salvaguarda os valores sociais e culturais de todos os países (Aguar, 2002).

Desta forma, impõe-se o respeito pela memória coletiva da humanidade, uma vez que a história, o significado cultural e as características originais são requisitos base para avaliar a autenticidade de uma obra.

Carta de Cracóvia (2000)

A Carta de Cracóvia provém da revisão de conceitos expostos pela Carta de Veneza (1964). Esta aborda os princípios para a correta preservação do património construído, referindo que os instrumentos e os métodos devem adaptar-se a situações concretas, sujeitas a um processo de contínua mudança. Desta forma, foi necessário introduzir novos conteúdos, nomeadamente sobre a necessidade de alargar as intervenções não só aos edifícios históricos, como também às cidades históricas e paisagens. A Carta defende a recuperação da memória histórica, que contém o património edificado, e opõe-se à recuperação seletiva de supostos estados originais, permitindo o ato de restauro como um processo de conhecimento. Requer ainda um uso apropriado para os monumentos e edifícios com valor histórico. À semelhança de outros documentos, esta Carta também apela à salvaguarda dos bens patrimoniais por parte das comunidades. Assim, a sociedade deve participar de forma direta ou indireta na gestão do património, garantindo deste modo a preservação da sua identidade. A Carta salienta que a conservação pode ser feita através de diferentes tipos de intervenção, nomeadamente da manutenção, reparação, restauro, renovação e reabilitação.

Desta forma, propõe novos objetivos e métodos de intervenção conforme os diferentes tipos de património, mas realça que cada intervenção deve guiar-se por um planeamento prévio e pormenorizado, respeitando o objeto original e garantindo a compatibilidade com os materiais, estruturas e valores arquitetónicos existentes.

Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana (2011)

A presente recomendação define paisagem histórica urbana, como uma área que resulta da estratificação histórica de valores e atributos culturais e naturais. Esta surge como resposta ao rápido e descontrolado desenvolvimento que está a transformar as áreas urbanas e suas envolventes, em áreas de fragmentação social e espacial, bem como numa grave deterioração da qualidade do ambiente urbano e das áreas rurais envolventes. Isto surge, pela excessiva densidade construtiva, perda de espaços públicos e equipamentos urbanos, pobreza, isolamento social e um crescente risco de catástrofes naturais associadas às alterações climáticas.

Desta forma, é necessário proteger o património natural e cultural, através de estratégias de conservação, gestão e planeamento das áreas históricas urbanas no desenvolvimento local e de urbanismo, assegurando a preservação da identidade urbana.

Princípios Europeus de Qualidade (2018)

O principal objetivo deste documento é fornecer orientações sobre os princípios de qualidade para todas as partes, direta ou indiretamente envolvidas na conservação e gestão do património financiado pela UE. Assim, este documento foca a questão central da qualidade em Intervenções financiadas pela UE que podem ter impacto na cultura patrimonial. De certa forma, o presente documento vem abordar alguns temas referidos nas Cartas publicadas anteriormente. Este realça que os usos dos bens patrimoniais devem respeitar e manter o carácter do lugar e os seus valores. Antes de se intervir deve recorrer-se a uma análise e diagnóstico do bem patrimonial. O uso do edifício e a manutenção regular prolonga a vida do bem cultural. É um dever manter a autenticidade e integridade em qualquer intervenção, mesmo em casos de reutilização, pois deve ser garantido o acesso das características originais e os seus valores às gerações futuras. Deve ainda recorrer-se a uma intervenção mínima: fazer o máximo necessário e o mínimo possível (ICOMOS, 2018). Qualquer decisão tomada deve ser realizada por uma equipa interdisciplinar, sendo que as opções viáveis devem ser cuidadosamente exploradas, escolhidas e justificadas. Em relação aos novos materiais e técnicas, os mesmos devem garantir uma compatibilidade entre as interações físicas, químicas e mecânicas entre o novo e o já existente. Do mesmo modo, a reversibilidade da intervenção deve ser considerada.

Desta forma, devolver uma utilidade aos bens culturais, garante a salvaguarda dos seus significados e valores, possibilitando a inspiração para as comunidades locais e gerações futuras.

A importância de se compreender o estado da arte dos centros históricos e dos valores de uso é fundamental para se conseguir responder aos objetivos definidos nesta dissertação. Foi essencial estudar e compreender o significado de cada grau, princípio e valor, assim como as cartas patrimoniais, para posteriormente se analisar o impacto das intervenções na Rua Direita de Caminha.

3. CENTRO HISTÓRICO DE CAMINHA

3.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA VILA DE CAMINHA

Tendo a presente investigação como tema central as intervenções que introduziram um novo uso nos edifícios da Rua Direita do centro histórico de Caminha, segue-se uma contextualização acerca de como surgiu este conjunto edificado.

3.1.1 Primeiros assentamentos

A fundação da Vila de Caminha remete para algumas fontes e vestígios pré-históricos na aldeia de Vilarelho, como refere Rodrigues (2011):

“A primeira linha teórica remete-nos para o nascimento e desenvolvimento desde o século VIII a.C. no Monte do Coto da Pena, Vilarelho, com um assentamento Castrejo sendo a primeira manifestação e fixação populacional nesta área, a origem do crescimento e formação de Caminha-Matriz.” (Rodrigues, 2011, p. 96)

Existe ainda outra linha teórica que determina que Caminha poderá ter nascido no casco histórico existente e que se desenvolve no período romano até ao período medieval como refere Silva Santos (1979, p. 163) “Foi também Caminha, com toda a certeza, povoação romana. Assim o atesta o perímetro oval das suas primitivas muralhas, que, não excedendo os 1.200 m, conferem à velha praça, as características duma fortificação romana do século IV”.

Nos dias de hoje, este território é designado por Vilarelho e, como refere o autor Alves (1985), foi neste território onde os romanos formaram a povoação de Benis ou Oppidum Minium, situada entre o Castro e a atual Vila de Caminha.

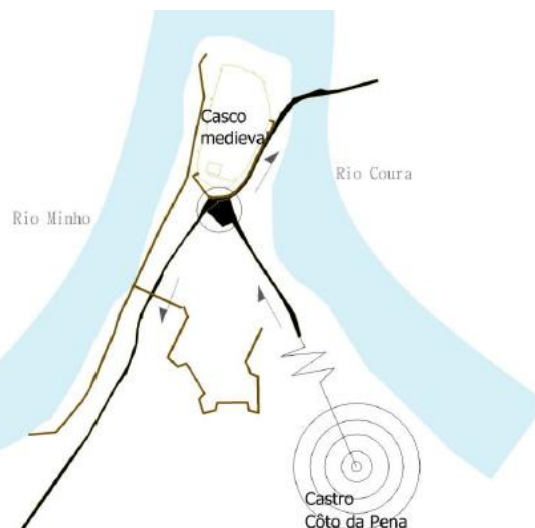


Fig.7 Estudo gráfico do assentamento da Vila de Caminha e linhas de crescimento gerais – Hélder Rodrigues (2010, p. 94)

3.1.2 A primeira muralha de Caminha

Pode-se referir que o primeiro período de desenvolvimento da vila está relacionado com a construção da primeira muralha no século IV com o objetivo de proteger a população. Durante o século XIV e XV, a muralha tinha como função controlar as atividades comerciais.

Os autores Américo Costa (1706), Pinho Leal (1873), Vilhena Barbosa (1886), João M.F. Santos (1979), entre outros, referem que a primeira muralha terá sido de origem romana sendo as muralhas medievais uma revitalização das já existentes. O boletim dos Monumentos Nacionais também atribui a primeira muralha aos Romanos. Pelo contrário, os autores Luís Guerra (1877), Lourenço Alves (1985), Maria Cruz (1988), defendem que a primeira muralha é medieval.

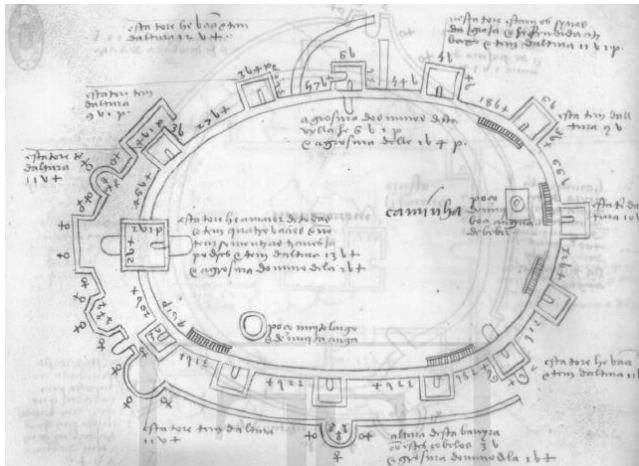


Fig.8 Planta da primeira muralha- S/ident. do autor

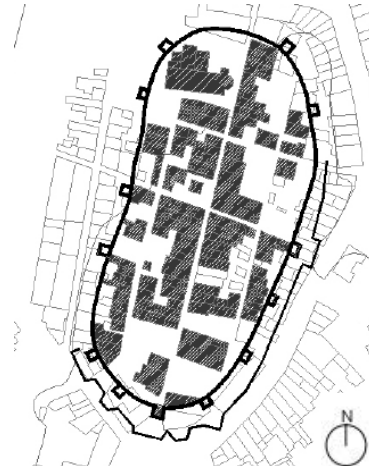


Fig.9 Expansão da Vila – Patrick Gomes (2011)

“A muralha mandada fazer ou reconstruir por D. Afonso III, envolvia a primitiva vila delimitada pelos Rios Minho e Coura e a Sul por uma junqueira que a ligava a terra firme e à Rua da Misericórdia, onde existia uma colónia de pescadores. O rio Coura estendia-se nessa altura pela atual Rua de S. João, por onde se passava a vau, na vazante da maré, vindo daí o primitivo nome desta rua, Rua do Vau.” (Santos, 1979, pp. 190-191)

O mesmo autor refere ainda que: “Acaba a reconstrução das muralhas, já iniciada por D. Afonso III. A 24 de Julho de 1284, passa a primeira carta de foral da nossa vila, com os mesmos privilégios que os da vila de Valença” (Santos, 1979, p. 167).

A muralha, construída sem ameias, excetuando duas torres que as tinham, possuía um total de treze torres, três maiores e mais importantes, com portas de saída da vila e dez outras torres pequenas, rasas com o muro (Costa, 1706; Leal, 1873; Santos, 1979; Alves, 1985).

Teixeira e Valla (1999) referem que o núcleo era composto por um perímetro de 1200m, de forma ovalada e que encerrava o espaço urbano caminhense; dividido por três ruas paralelas no seu eixo maior e três no menor, dividindo a área urbana em lotes retangulares, cujas fachadas ficavam voltadas para as ruas principais e os logradouros para as ruas traseiras.

A “Rua de Meyos” situava-se entre a rua da Ribeira (oeste) e a rua de St. António (leste). Esta rua, nos dias atuais, é chamada por rua Direita. É a rua principal devido à sua orientação e também por estar ligada ao largo principal (Largo da Matriz) onde se realizavam as trocas comerciais e as feiras

Foram criados dois largos neste período: o primeiro é o Largo do Corpo da Guarda e o segundo é o Largo da Matriz. O Largo do Corpo da Guarda tem uma forma retangular e situa-se a oeste da rua do meio (Bento, 2009).

As ruas dentro deste núcleo encontram-se ligadas às três portas principais: a Porta de Viana (conhecida nos dias de hoje pela Torre do Relógio); a Porta da Piedade e a Porta do Cais ou Marques. Todas elas estavam estrategicamente localizadas e tinham a sua função. Pode-se dizer que a Porta de Viana tinha como objetivo conectar o núcleo urbano (Caminha) a Viana; a Porta da Piedade tinha a finalidade de manter as ligações com o território do interior, pois devido à existência da Matriz de Caminha a vila mantinha uma função muito próxima com as freguesias do interior, principalmente com Vilarelho, já que nesta freguesia existia a igreja anterior à igreja Matriz. Depois da construção da igreja Matriz esta porta funcionava como ligação do interior aos campos de cultivo do exterior da fortificação; a última porta, Porta do Cais, era a principal fonte de receitas e de desenvolvimento da atividade pecuária e comercial (Bento, 2009).

O surgimento desta linha de defesa veio redefinir os limites da vila e criar uma nova forma de pensar sobre o desenho urbano, o que levou à criação de duas novas vias (Rua da Corredoura e a Rua da Misericórdia) e de uma nova praça (o Terreiro). “Estas ruas surgem nos eixos principais de ligação à vila de Caminha e confluem para a praça central entretanto criada, o Terreiro, onde em 1551 foram iniciadas as construções do Chafariz Renascentista (...) e a Igreja e Hospital da Misericórdia” (NMCHC, 2008, p. 39).

Ruas de Caminha séc. XVI



Fig.10 Ruas de Caminha – Diana Correia (2021)

“Começa, pois, neste século XVI, Caminha a estender-se para fora das primitivas muralhas. O terreiro já deixou de ser o local de simples areias, onde os pescadores arranjavam as suas redes, para ser a praça onde passeiam e conversam os moradores da vila.” (Santos, 1979, p. 196)

É a partir do século XV que surgem algumas das construções mais importantes na vila como a “Casa dos Pitas”, e o “Convento de Santo António”. Já a construção da Matriz tinha começado antes do surgimento da segunda muralha. Uma vez que não existe uma data fixa para o início da construção, o autor NMCHC (2008) situa a sua edificação em 1428, tendo a primeira missa sido realizada em 1488.

Em 1551, ergue-se fora da muralha a Igreja da Misericórdia a par da fundação do Hospital da Misericórdia, que era já conhecido por Hospital Velho desde 1457 (NMCHC, 2008).

Segundo Rocha Morais (1722), é em 1559 que é fundado o Convento de Santa Clara na Rua da Misericórdia ou Rua dos Pescadores. A construção deste convento, segundo o autor Avillez (1979) terá sido onde já existia uma antiga ermida de Nossa Senhora da Misericórdia, pelo que lhe terão dado o nome à dita rua.

Entre o século XV e XVI aparecem mais alguns edifícios de índole religiosa como é o caso da Capela de S. Sebastião, junto às Portas de Viana e a deslocação da Capela de S. João, que se situava junto à Torre da Piedade, para o local que se encontra hoje, a Rua do Vau (NMCHC, 2008).

Mais tarde aparece o Convento de Santo António na colina do monte Santo António, datado do ano 1618 (Avillez, 1979).

Caminha séc. XVI

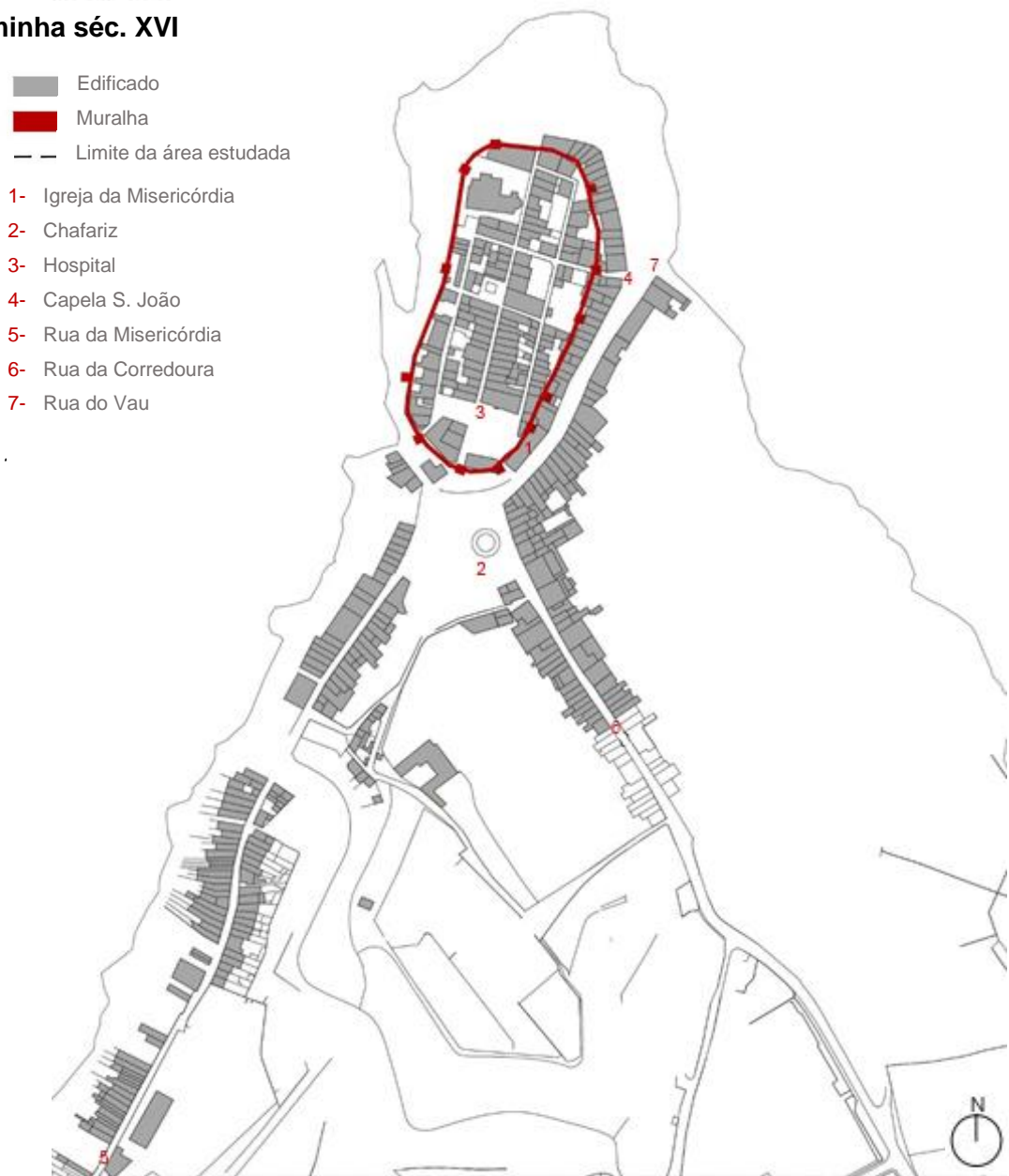


Fig. 1.1 Planta da vila de Caminha no século XVI - Diana Correia (2021)

3.1.3 A segunda muralha de Caminha

Visto tratar-se de uma vila fronteiriça, onde existia muita probabilidade de conflito com Espanha, o rei D. João IV a ordenou a construção de uma segunda linha de muralhas para defender este território.

A construção da segunda linha de muralhas foi ordenada pelo rei D. João IV e concluída pelo rei D. Pedro II.

“D. João IV dá então a ordem que as novas fortificações comecem. D. Afonso VI e D. Pedro II são os continuadores desta obra. Por esta altura, em 1676 é mandado edificar o revelim em frente à Matriz, solucionando o problema da sua aglutinação frente ao antigo muro da fortificação medieval.” (Santos, 1979, p. 196)

Com a construção desta muralha, foram destruídas todas as torres da fortaleza medieval como refere o autor NMCHC (2008, p. 48): “Na fortaleza medieval devem ter sido, nessa altura, arrasadas todas as torres até ao nível dos muros, à exceção da Torre da Piedade, as únicas que ainda se mantinham em 1739”.

A nova muralha passa a rodear grande parte da vila atual definindo um novo limite em relação aos territórios vizinhos. Devido à expansão da área da Vila e às novas vias de comunicação, com a criação de novos eixos orientadores no interior da muralha, levou à criação de novas áreas de acesso. Desta forma o número de portas altera-se. Surge a Porta do Cais, também conhecida por Porta do Vau, a Porta da Corredoura, a Porta de Santo António, a Porta do Açougue e a Porta do Agra do Coura (Santos, 1979).

Por volta do século XV, Caminha começa a perder a sua fonte de rendimento – o porto marítimo, culminando na ruína dos portos autárquicos devido à inovação das técnicas de navegação. Depois de alguns anos de queda o porto acabou por perder o seu estatuto no século XVII. Isto obrigou a Vila a criar alternativas como uma maior valorização da agricultura e das ligações terrestres. A vila começa a desenvolver-se no interior da segunda muralha, junto aos eixos da Rua da Corredoura e da Rua da Misericórdia.

As habitações senhoriais centram-se junto a praça do Terreiro. Ao longo da Rua da Corredoura vão-se desenvolvendo as habitações da população relacionadas com as atividades do interior, enquanto ao longo da Rua da Misericórdia, se vão desenvolvendo

as habitações relacionadas com a vida ribeirinha (habitação dos pescadores e trabalhadores do cais) (Bento, 2009).

Caminha séc. XVII (1ª metade)



Fig.12 Planta da Vila de Caminha no século XVII (1ª metade) – Diana Correia (2021)

3.1.4 A terceira muralha de Caminha

A terceira muralha surge uns anos mais tarde. Segundo o Manuscrito de 1739 “Descrição da Villa de Caminha” esta envolvia todo o arrabalde dos pescadores e o convento aí existente.

Caminha séc. XVII/XVIII

- Edificado
- Muralha
- Fosso
- Limite da área estudada



Fig.13 Planta da Vila de Caminha no século XVII/XVII – Diana Correia (2021)

A primeira muralha foi desaparecendo por detrás das casas que foram surgindo por dentro e por fora da mesma. As torres que caracterizavam as muralhas medievais também tiveram o mesmo fim. Segundo o manuscrito de 1739 já só existia a Torre do Relógio e a Torre da Piedade, tendo esta última sido demolida em 1837.

Mais tarde, entre 1868 e 1870, são aprovadas as demolições das Portas de Viana da terceira linha de muralhas, do Cais e da Corredoura (Alves, 1985).

3.1.5 Do século XIX até ao século XXI

As alterações no tecido urbano tiveram como principal impulsionadora a alinha do caminho de ferro em 1886.

Com a chegada do comboio a Caminha houve uma desvalorização comercial do porto, diminuindo desta forma o movimento mercantil de navios e em consequência a comunidade piscatória de Caminha. Na mesma altura vão-se introduzindo novas vias de comunicação, como por exemplo a Rua da Estação, atual Avenida Manuel Xavier. A Rua do Vau, já existente, transforma-se na estrada real, uma vez que esta estava repleta de casas e pequenos palácios.

“Com a entrada no século XX as estradas de macadame vão ligar Caminha ao resto do país interpondo alterações e uma nova organização do espaço, influenciada pela necessária articulação entre o trânsito rodoviário e ferroviário, surgindo neste contexto as avenidas e o jardim entre pontes e, mais tarde, a Avenida da Marginal.” (Cadilha, 2008, p. 58)

Surgem novas avenidas, mais retilíneas e largas do que as já existentes, sendo adquiridos terrenos ao Coura para o jardim entre pontes (a do Coura e a do Caminho de Ferro). Como refere Rodrigues “...formalizando-se áreas amplas de circulação e dinâmicas sociais (...) em 1937 fez-se o Largo do Hospital, onde hoje se situam os Correios (...) como também a revitalização do Largo Sidónio Pais (1926), conhecido por Largo da Escola, a Nascente no espaço urbano da Vila” (2011, p. 198).

É construída uma nova doca numa tentativa de impulsionar as embarcações e libertar a Rua do Vau para o crescimento urbano que se fazia sentir (Serra de Carvalho, 1979; Alves, 1985; Cruz, 1988)

Caminha 1900

- Edificado
- Muralha
- Fosso
- Limite da área estudada
- 1-** Estação de Comboios
- 2-** Ponte sobre o Coura
- 3-** Cais novo



Fig.14 Planta da Vila de Caminha em 1900 – Diana Correia (2021)

A linha elétrica chegou a Caminha em setembro de 1857, assim como o telefone público em 1928 (Alves, 1985; Cruz, 1988).

Em 1920, surge o Largo Sidónio Pais e a Avenida São João de Deus, que ligava a Rua da Corredoura ao Jardim entre as pontes do Coura e da Linha Ferroviária, perpendicular à Rua da Estação (NMCHC, 2008).

Em 1964 é inaugurada a rua da marginal, pelo Ministro das Obras Públicas do governo de Salazar, o Eng.º Arantes de Oliveira (Alves, 1985; Cruz, 1988).

Caminha 1975

- Edificado
- Muralha
- Espaço verde
- Fosso
- - Limite da área estudada
- - - - Linha ferroviária

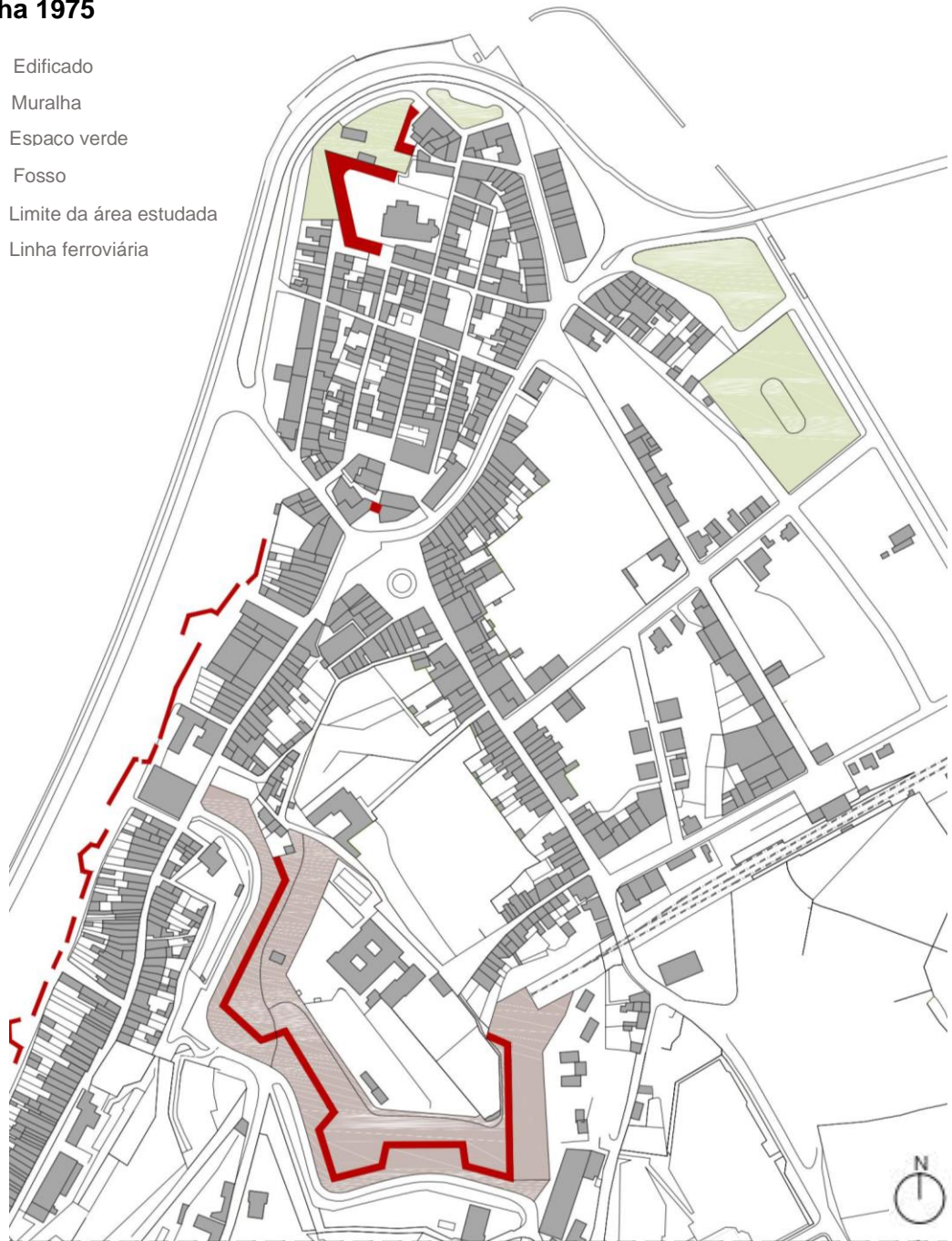


Fig.15 Planta da Vila de Caminha em 1975 – Diana Correia (2021)

Mais tarde, surgindo grandes imóveis e equipamentos como o bairro social, o quartel da guarda nacional republicana, o edifício dos correios, o novo mercado, o largo da feira (que originalmente se encontrava no Terreiro). O jardim foi requalificado, e a antiga doca foi convertida num espaço de apoio ao Ferry que faz a ligação de Caminha a A Guardia.

Existem ainda, partes da muralha que se encontram dispersas por todo o território da Vila de Caminha, nomeadamente junto à Igreja Matriz ou ao Convento de St. António. Existem igualmente partes da muralha que se situam dentro de propriedades privadas. A Vila foi crescendo, transformando-se numa atração turística bem como numa zona de interesse especial do Alto Minho, conservando o seu carácter e valor histórico.

Caminha atualmente

- Edificado
- Muralha
- Espaço verde
- Limite da área estudada
- Linha ferroviária

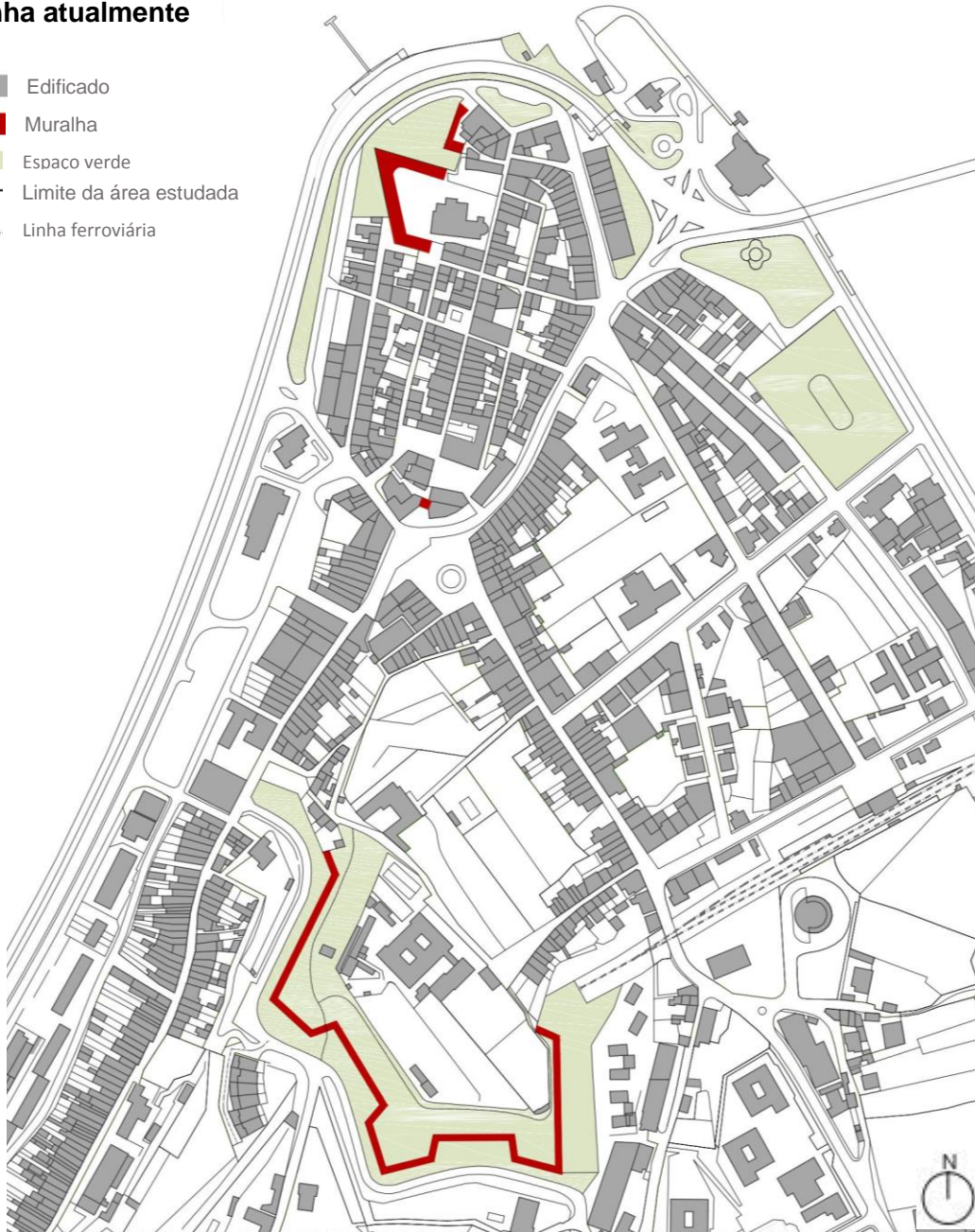


Fig.16 Planta da Vila de Caminha atualmente – Diana Correia (2021)

3.2 CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA DO CENTRO HISTÓRICO DE CAMINHA

Para analisar as intervenções que introduziram um novo uso nos edifícios da Rua Direita do centro histórico de Caminha, considerou-se fundamental realizar uma caracterização do edificado deste conjunto histórico recorrendo a dados estatísticos (INE). Assim, será possível definir o estado de conservação e de uso do edificado do deste conjunto.

3.2.1 Património arquitetónico classificado

A Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, publicada em 2001, no seu Artigo 2º define que todos os bens com valor de civilização ou de interesse cultural relevante devem ser objeto de especial proteção. Por ser testemunho das características de um povo e pelo valor que guarda, este conjunto de bens representa a herança e/ou legado de uma comunidade ou nação que conserva dos seus antepassados.

Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como “interesse nacional”, “interesse público” ou “interesse municipal”. É considerado um bem de interesse nacional quando representa um valor cultural de significado para a Nação. Um bem de interesse público é aquele que representa um valor cultural de importância nacional, mas para o qual a classificação de interesse nacional seja desproporcionada. Um bem de interesse municipal caracteriza-se por representar um valor cultural de importância para um determinado município. Os bens imóveis classificados ou em vias de classificação, devem ainda dispor de uma zona geral de proteção de 50 m, contabilizados a partir dos seus limites externos.

Em 1910, a Igreja Matriz e o Chafariz do Terreiro foram os primeiros elementos do centro histórico de Caminha a ser classificados como Monumentos Nacionais. Seguidamente, em 1951, com o mesmo grau de classificação foi a Torre do Relógio.

Mais tarde, em 1967 foram classificadas como Imóvel de Interesse Público (IPP) as frações das muralhas: a medieval e a seiscentista.

O centro histórico de Caminha, em 2012, foi classificado como Conjunto de Interesse Público (CIP) pela Direção Regional de Cultura do Norte.

“A classificação do centro histórico de Caminha reflete os critérios constantes do artigo 17.º da Lei n.º 107/2001, de 8 de setembro, relativos

ao interesse do bem como testemunho notável de vivências ou factos históricos, ao seu valor estético, técnico ou material intrínseco, à sua conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, à sua extensão e ao que nela se reflete do ponto de vista da memória coletiva e à sua importância do ponto de vista da investigação histórica e arqueológica.”

(Portaria n.º 420/2013)

O processo de classificação deste conjunto iniciou-se em 1999 quando o Instituto Português do Património Arquitetónico abriu um processo de homologação. Este tipo de classificação faz com que toda a área envolvente a este centro histórico passe a beneficiar da mesma proteção legal. É de referir também que nesta área todas as intervenções realizadas devem ser acompanhadas arqueologicamente.

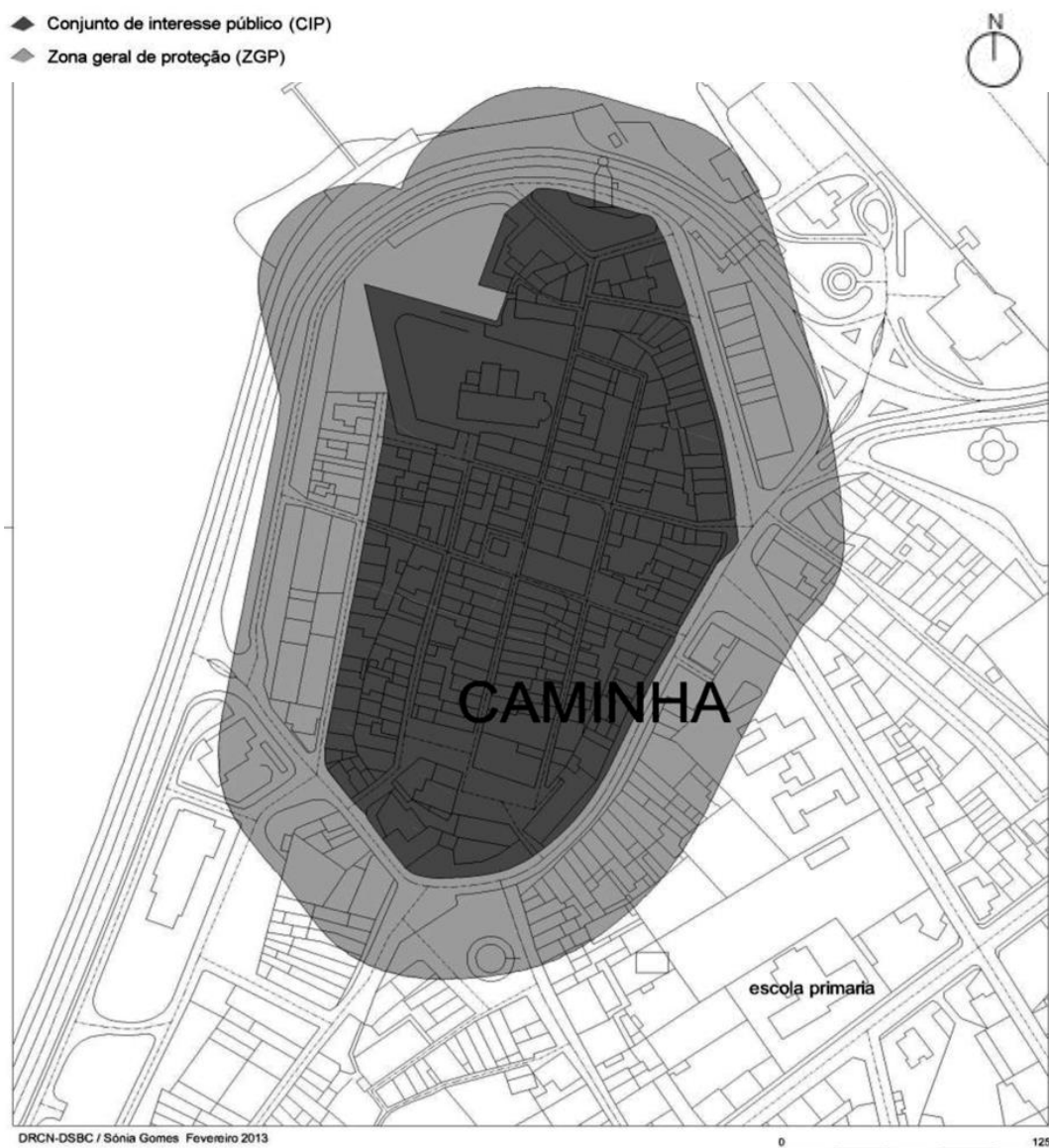


Fig.17 Delimitação da área com classificação patrimonial - CIP

3.2.2 Época de construção dos edifícios

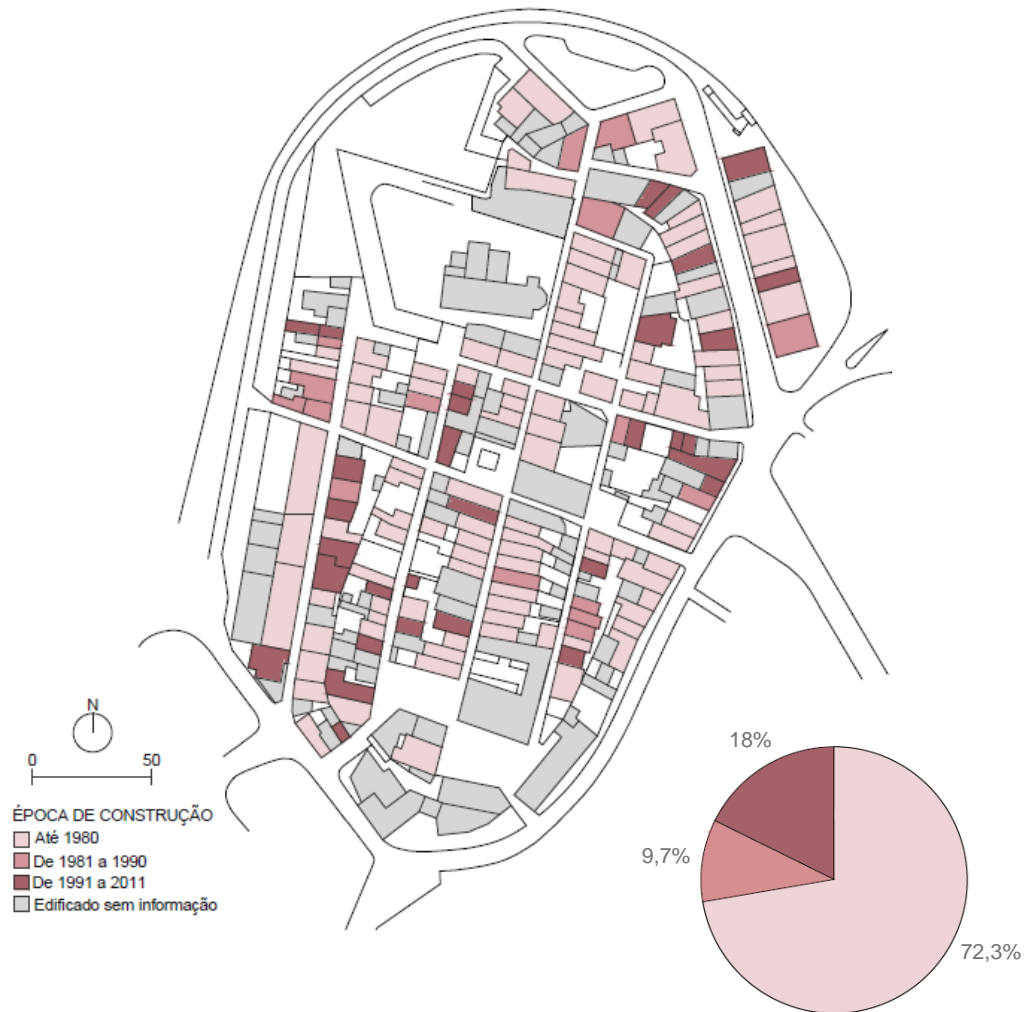


Fig.18 Época de construção dos edifícios do Centro Histórico de Caminha – Redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

Em relação à época de construção, verifica-se que 72,3% dos edifícios foram construídos até 1980, seguindo-se um período de grande quebra entre 1981 a 1990, representando 9,7% da construção de novos edifícios. O ritmo volta novamente a acelerar entre 1991 a 2011.

3.2.3 Tipologia do edificado

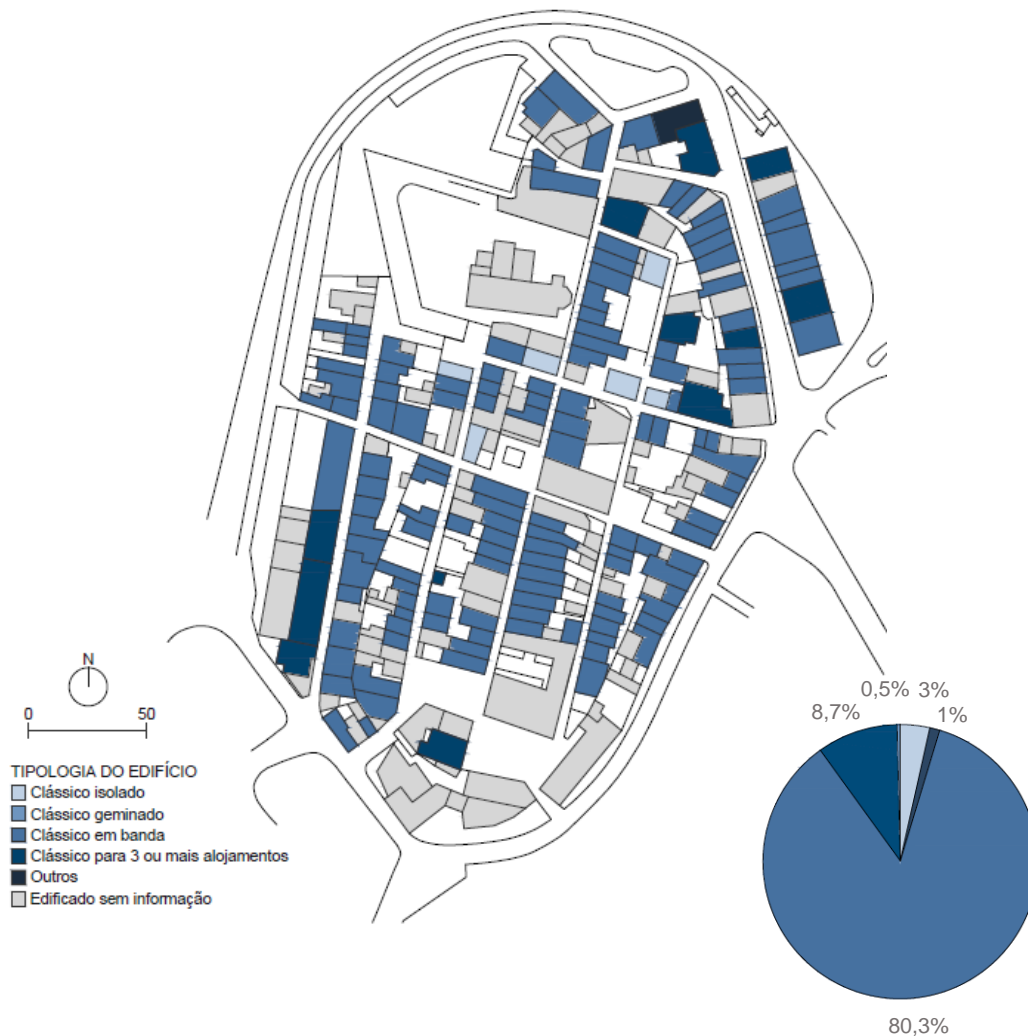


Fig. 19 Tipologia de morfologia dos edifícios do Centro Histórico de Caminha – Redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

Em relação à morfologia dos edifícios do centro histórico de Caminha, observa-se que esta se apresenta pouco diversificada. Neste conjunto histórico, 80,3% apresenta morfologia clássica em banda, observando-se um crescimento urbano mais homogêneo. Segue-se a esta, a tipologia clássica de 3 ou mais alojamentos correspondendo a 8,7% do total dos edifícios.

3.2.4 Número de pisos por edifício

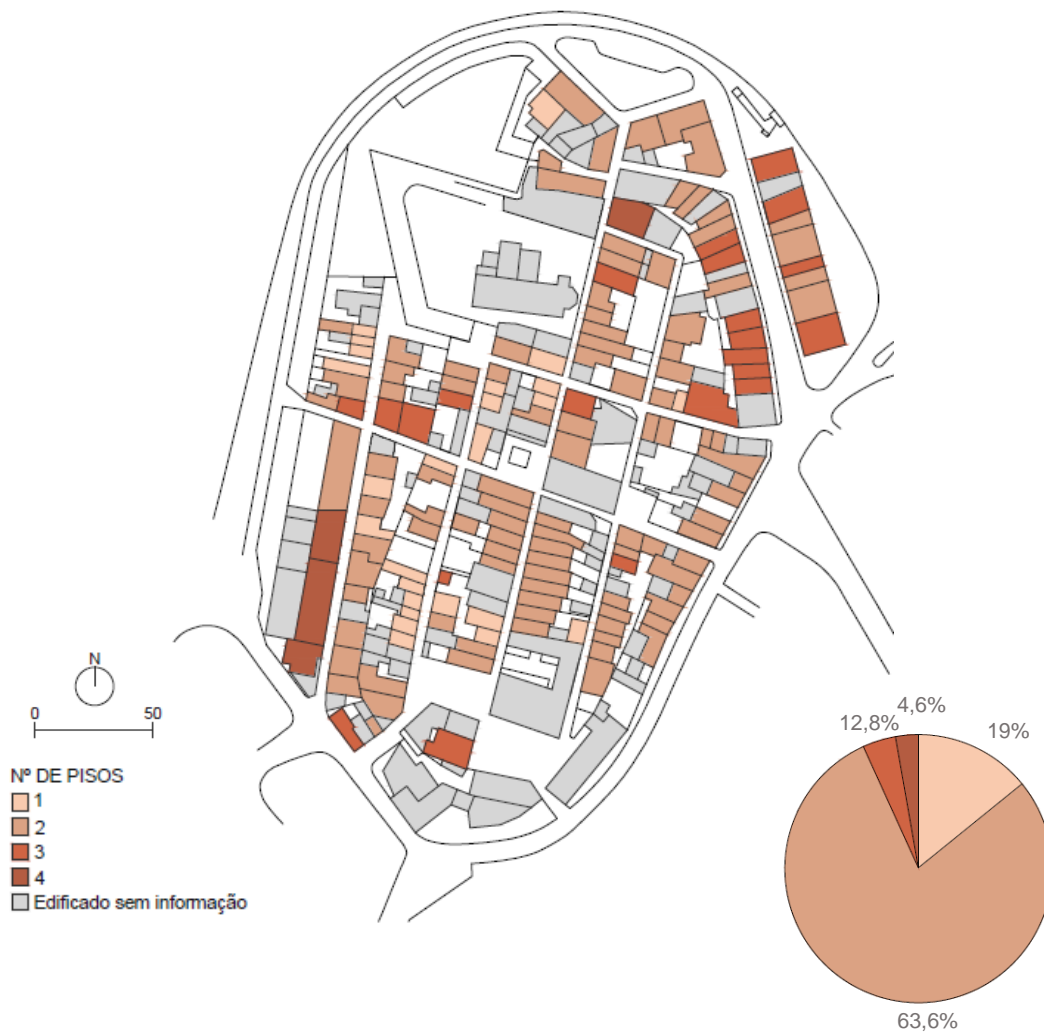


Fig.20 Número de pisos por edifício do Centro Histórico de Caminha — Redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

Em relação ao número de pisos, verifica-se que 63,6% dos edifícios são compostos por 2 pisos. Já, os edifícios de 4 pisos são os mais escassos, apresentando 4,6% deste conjunto edificado. Relativamente às outras tipologias, verifica-se que os edifícios de 3 pisos são superiores aos de 1 piso.

3.2.5 Tipologia de utilização do edificado



Fig.21 Tipologia de usos dos edifícios do Centro Histórico de Caminha – Redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

Relativamente à tipologia de usos dos edifícios habitacionais do centro histórico de Caminha, verifica-se que 53,3% é de utilização exclusiva de habitação. Neste conjunto edificado observa-se que 42,6% dos edifícios destina-se no piso térreo a comércio ou serviços, mantendo como finalidade principal a habitação no 1º piso.

3.2.6 Estado de conservação dos edifícios



Fig.22 Estado de conservação dos edifícios do Centro Histórico de Caminha – Redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

A partir da informação recolhida nos Censos 2011, verificou-se que 28,7% dos edifícios apresentam necessidades de intervenção. Verificou-se ainda, que 18% do edificado, está em mau e péssimo estado de conservação. Importa por isso inverter essa situação, sendo necessário abrir este conjunto edificado à intervenção. É de salientar que 54% dos edifícios encontra-se em muito bom estado de conservação.

4. RUA DIREITA

4.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA RUA DIREITA

Tendo a presente investigação como tema central as intervenções que implicaram um novo uso nos edifícios da Rua Direita do centro histórico de Caminha, segue-se uma abordagem à evolução histórica da Rua Direita de Caminha.

No contexto do urbanismo português, Vasconcelos (1917) considera o termo “Rua Direita” como o principal eixo estruturador da malha urbana. Acrescenta ainda que o nome desses eixos estruturantes estava simplesmente relacionado com a sua centralidade e capacidade de ligação, de um lado até ao lado oposto na malha urbana. A designação do nome não apresentava qualquer influência para as suas formas.

O autor Ribeiro afirma que a Rua Direita é:

“Traço típico da morfologia das aglomerações portuguesas é chamada Rua Direita muitas vezes colante mas «directa», principal eixo de circulação e, por isso de comércio de retalho, que às horas de maior trânsito ou de maior negócio pode constituir um verdadeiro rio humano, a mais percorrida e animada de todas as ruas.” (Ribeiro, 1994, p. 269)

De acordo com Amado, a “Rua Direita” apresenta-se como um elemento morfológico urbano fundamental, mas que raramente compreende o alinhamento direito. Refere assim o autor:

“...uma configuração linear contínua, a Rua Direita apresenta-se como um “Canal”, com uma interação com o tecido envolvente, resumida aos seus extremos, expondo a sua qualidade de elemento urbano Direcional de modo mais evidente (...) A qualidade urbana direccional encontra-se intrinsecamente associada ao elemento urbano e à localização de espaços referenciais nas suas extremidades, que correspondem ao seu início e ao seu termo, agindo como limites da sua extensão longitudinal, enquanto que as restantes qualidades associadas ao elemento urbano se reportam ao papel que este exerce sobre tecido envolvente.” (Amado, 2012, p. 43)

A Rua Direita de Caminha, também conhecida por Rua do Meio, situa-se entre a rua da Ribeira (Oeste - próxima da zona ribeirinha) e a rua de St. António, a leste. Esta estrutura desenvolve-se para ocidente em função dos aterros que ainda são possíveis verificar nos quintais das habitações que ocupam atualmente o local.

A Rua Direita foi certamente a primeira a ser desenhada pelos agentes do rei Afonso III na segunda metade do século XIII, tendo sido a escolhida pelos primeiros povoadores para a edificação das suas habitações, ainda modestas, talvez de madeira e argamassa, com telhados de colmo, nenhuma das quais chegou aos nossos dias (Bento, 2009). Nesta Rua viviam os mercadores, artesãos e nobres em geral.

Nos séculos XV e XVI verifica-se uma grande expansão, salientando-se a construção da Igreja Matriz, da capela de S. Sebastião e do Hospital da Misericórdia.



A- Igreja Matriz B- Hipotética localização dos Paços do Concelho C- Cadeia D- Hospital da Misericórdia E- Capela de S. Sebastião

Fig.23 Desenho esquemático de ocupação da Vila de Caminha entre os séc. XV-XVI - Baseado nos desenhos de "O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII", 2010

O aumento dos peregrinos para Santiago, bem como o número de pessoas atingidas pela peste, levou à criação, pela Igreja, de um hospital que atendesse tanto aos viajantes como aos pobres da vila (Carvalho, 1980).

“A Matriz e as sólidas construções burguesas da Rua do Meio evidenciaram o prestígio perdido da Idade Média, não pela data, mas pelo significado. Foi na rua principal do velho burgo que os mercadores levantaram as casas prósperas, correspondentes ao apogeu da sua fortuna.” (Cruz, 1988, p. 88)

Verifica-se assim uma mudança estrutural e formal no núcleo histórico, com a alteração das fachadas e aumento das alturas das construções, demonstrando um maior domínio nas técnicas e nos materiais (Alves, 1985).

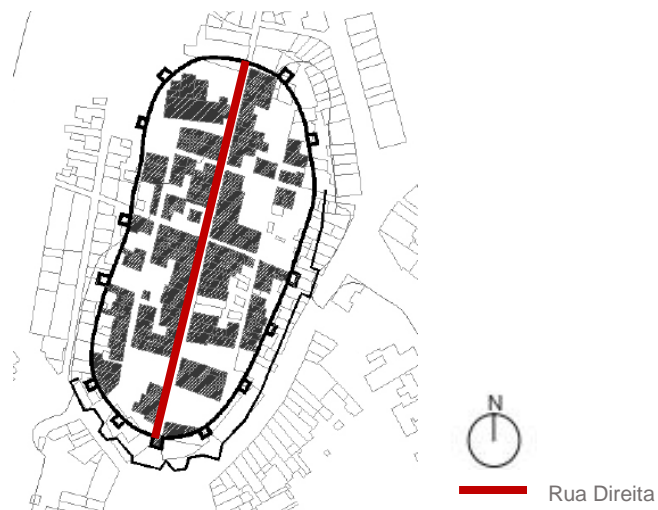


Fig.24 Localização da Rua Direita – Patrick Gomes (2011)

Esta rua não era exclusivamente habitacional, pois lá se situavam também os serviços públicos, como o Paço do Concelho e o primitivo mercado da vila, onde provavelmente era realizada a feira mensal. Até antes do início do século XX, vários edifícios foram construídos, entre os quais se destacavam: o Hospital de Nossa Senhora da Visitação (1880), a nova casa da Alfândega (1890), o Teatro Valadares (1898). Mesmo assim, foi inevitável a decadência desta rua onde as novas moradias se tornavam cada vez mais escassas, e o extrato social dos seus moradores declinava (Bento, 2009).

Várias décadas depois há uma reviravolta à estagnação arquitetónica desta rua, passando a ser encarada como ponto de atração, sabendo manter a sua originalidade

até à classificação como Imóvel de Interesse Público, integrada no Conjunto Urbano de Caminha (Bento, 2009).

A partir dos anos oitenta, século XX, surgem novos usos em alguns dos edifícios com o objetivo de criar atratividade à Rua Direita como a abertura de vários bares, restaurantes e outros locais de diversão, que fizeram da Rua Direita um dos principais locais de animação noturna da região (Bento, 2009). Houve oposição por parte de muitos moradores, uma vez que estes novos usos tornaram a rua agitada e ruidosa, o que afetava a sua qualidade de vida.

No final de 2008, foram realizadas obras de restauração na Torre do Relógio, o que possibilitou a entrada dos caminhenses e visitantes à Rua Direita (Bento, 2009).

“A velha Caminha é o testemunho de um passado de vida autenticamente adaptado às condições naturais e integrado na grande moldura medieval. Intacta, abriga hoje uma população que nada tem como esta, a quem nada deve e que nada lhe deve.” (Cruz, 1988, p. 88)

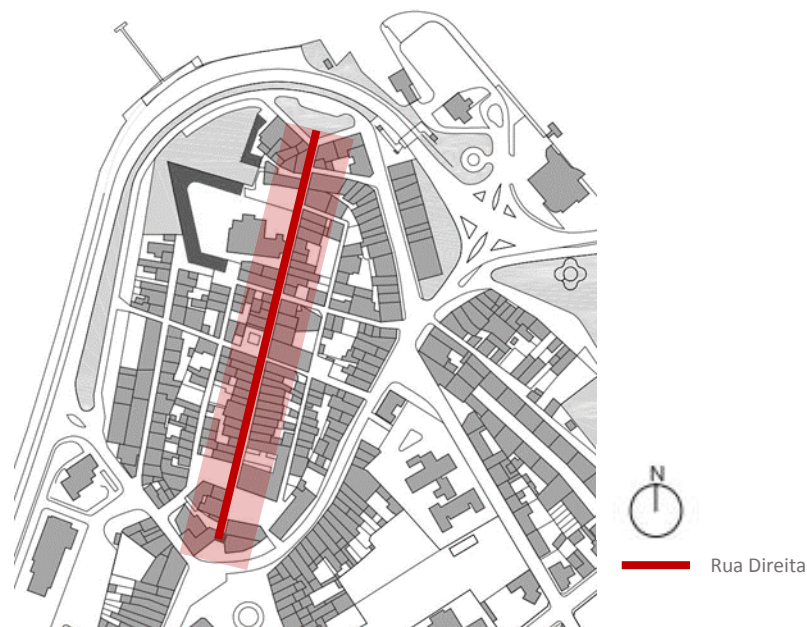


Fig.25 Localização da Rua Direita – Diana Correia (2021)

4.2 CARACTERIZAÇÃO ARQUITETÓNICA DA RUA DIREITA

Visto que se pretende avaliar o impacto das intervenções que introduziram um novo uso nos edifícios da Rua Direita do centro histórico de Caminha, considerou-se fundamental realizar uma caracterização do edificado na referida rua, para de seguida analisar essas intervenções. Os dados estatísticos foram atualizados através de trabalho de campo. Para o inventário das intervenções recorreu-se aos dados disponíveis no arquivo municipal de Caminha.

4.2.1 Época de construção dos edifícios



Fig. 26 Época de construção dos edifícios da Rua Direita de Caminha – Informação atualizada e plano redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

A maior parte dos edifícios da Rua Direita, 93%, foi construída até 1980. Entre 1981 a 1990, apenas foram construídos 5% dos edifícios. Verifica-se que não há registo de nova construção entre 1991 e 2011. Entre 2012 a 2020, apenas foi construído 1 edifício, que surge pela ampliação da Biblioteca Municipal de Caminha. As construções da Rua Direita apresentam características comuns de um urbanismo medieval português Cadilha (2008). Em comparação com o total de construções realizadas no centro histórico de Caminha, verifica-se que a Rua Direita apresenta uma maior construção de

edifícios até 1980. Mas, ao contrário, o centro histórico apresenta uma maior construção entre 1991 e 2011. A construção dos edifícios mais recentes encontra-se na periferia do centro histórico.

4.2.2 Tipologia do edifício

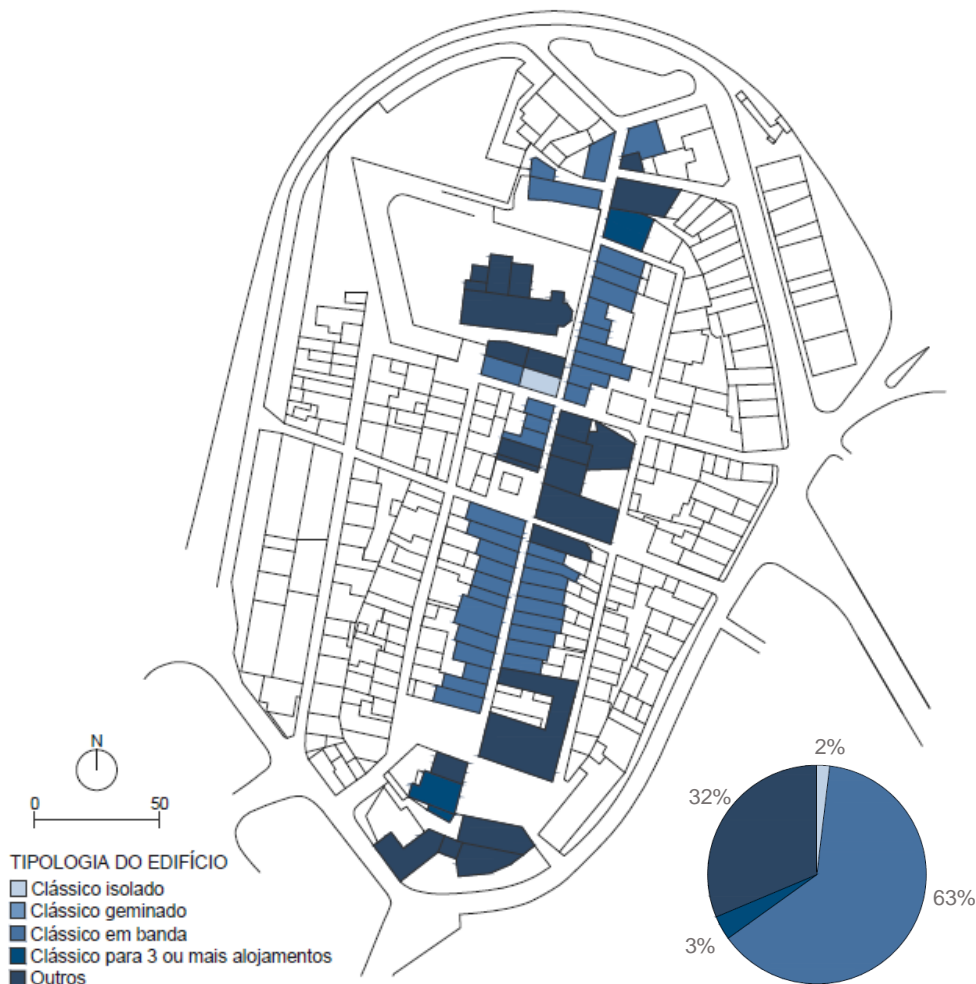


Fig. 27 Tipologia dos edifícios da Rua Direita de Caminha – Informação atualizada e plano redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

Os edifícios que se situam na Rua Direita evidenciam as características do respetivo período de construção. A tipologia dos edifícios é muito diversificada, predominando a tipologia clássica em banda, 63%, existindo apenas 1 edifício com a tipologia clássico isolado.

Em comparação com o centro histórico de Caminha, também predomina a tipologia clássico em banda em 80,3% do conjunto. Uma diferença de 17,3% em relação à Rua Direita. Da mesma forma, a tipologia clássica isolada é composta por 6 edifícios,

enquanto na Rua Direita apenas se consta 1. A distribuição da tipologia do edificado no conjunto do centro histórico é bastante diversificada tal como na Rua Direita.

4.2.2.1 Casa burguesa

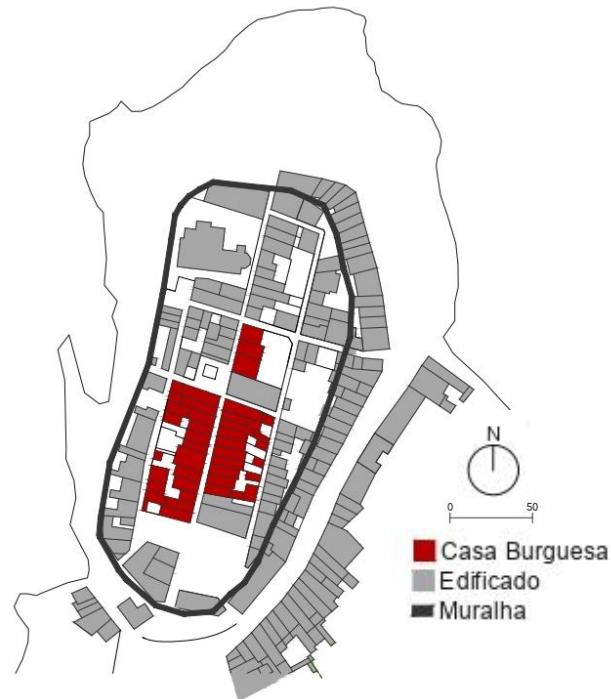


Fig.28 Localização da Casa Burguesa na Rua Direita de Caminha séc. XVI - Diana Correia (2021)

Na Rua Direita de Caminha prevalece a tipologia da casa burguesa. Nos séculos XVII e XVIII, no núcleo antigo do atual centro histórico, existiam as casas dos nobres, vindo algumas destas, posteriormente, converter-se em edifícios oficiais (Cruz, 1988).

A mesma autora acrescenta que a casa burguesa segue a mesma linha da casa urbana do Porto, apesar dos alçados serem diferentes, a distribuição interior é semelhante.

A Casa Burguesa da Rua Direita é composta por dois pisos. A habitação situa-se no andar superior da loja ampla, que comunica com a rua pela porta principal, e a porta da traseira com o quintal. Não há informações sobre o uso da loja para abrigar animais, mas acredita-se que serviu para arrumos de carros de bois e provavelmente de mercadorias em época recuada (Cruz, 1988).

O acesso à habitação é feito diretamente da rua para um grande patamar – o pátio – do qual se ergue a escada de acesso ao andar superior. No cimo das escadas há uma pequena porta que leva ao corredor (Cruz, 1988).

É através do corredor que a casa se organiza, localizando-se no centro da casa, tendo em ambos os lados os quartos exíguos e interiores, sem qualquer relação com a sala e a cozinha, nos dois extremos opostos (Cruz, 1988).

A sala está direcionada para a rua, enquanto a cozinha se abre para um compartimento designado por galeria, fazendo a comunicação através da porta para o quintal.

O quintal é desenvolvido no sentido do comprimento da casa, e pode ser dotado de um espigueiro, sem qualquer relação com as exigências atuais (Cruz, 1988).

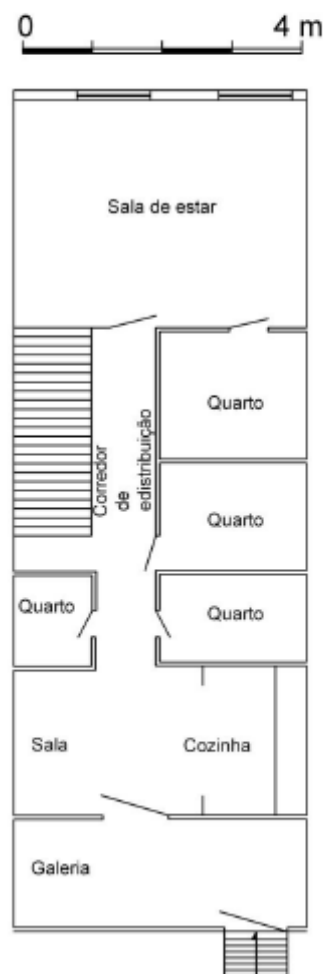


Fig.29 Planta Piso 1 da Casa Burguesa da Rua Direita - Cruz (1988)



Fig.30 Casa Burguesa na Rua Direita – Hélder Rodrigues (2010)

4.2.2.2 Outras tipologias

Embora a Rua Direita de Caminha seja uma rua que mantém uma certa unidade e homogeneidade na estrutura e imagem, são visíveis algumas dissonâncias que afetam a integridade do conjunto edificado, embora não desvirtuem a sua imagem completa.

Pode-se verificar que a ampliação da nova Biblioteca de Caminha é um caso claro de elemento dissonante. É possível verificar uma alteração do ritmo e proporção dos vãos existentes, sendo os vãos desta ampliação horizontais e de maiores dimensões. Torna-se visível uma relação informal e de composição desenquadrada, modificando desta forma o alinhamento e caracterização das fachadas existentes.



Fig.31 Alçado posterior da ampliação da nova Biblioteca de Caminha - S/ident. do autor



Fig.32 Alçado posterior da ampliação da nova Biblioteca de Caminha - S/ident. do autor

Outro elemento que veio alterar a fisionomia e a aparência do conjunto foi a obra que decorreu no edifício da Câmara Municipal de Caminha. Na fig.33 é possível ver o contraste que faz o edifício da Câmara Municipal com a Casa Burguesa, típica da Rua Direita. Há um contraste do dimensionamento da fachada, como nos materiais utilizados e dimensões dos vãos.



Fig. 33 Câmara Municipal vista da Rua Direita - S/ident. do autor



Fig.34 Parte do edifício da Câmara – S/ident. do autor

4.2.3 Número de pisos por edifício



Fig.35 Número de pisos por edifício da Rua Direita de Caminha – Informação atualizada e plano redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

A maioria das construções (79%) da Rua Direita de Caminha, apresentam dois pisos de altura com um pé direito reduzido e uma planta retangular. Alguns edifícios são compostos por um terceiro piso (3,5%) que geralmente surgiu pela necessidade de aumentar o espaço no interior das habitações para albergar mais pessoas num determinado período. É possível ver os acrescentos dos edifícios através da tipologia da fachada e através da alteração dos materiais utilizados. Verifica-se que os edifícios de dois pisos são construídos em granito, que surge por vezes à vista ou revestido com reboco ou azulejos. As ampliações normalmente são revestidas a chapa metálica ou parede rebocada e revestida a azulejo/pintura.

Existem dois edifícios com quatro pisos, sendo um deles a discoteca “Alfândega” e o outro a Torre do Relógio, o mais antigo deste conjunto histórico.

Em comparação com o centro histórico, predominam os edifícios com 2 pisos. Mas em relação aos edifícios de 3 pisos, o centro histórico é composto por mais 16% que a Rua Direita, sendo que estes se localizam na periferia deste conjunto edificado.

4.2.4 Tipologia de utilização



Fig.36 Tipologia de utilização dos edifícios da Rua Direita de Caminha – Informação atualizada e plano redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

4.2.4.1 Habitação e comércio

Na Rua Direita, a principal rua de todo o centro histórico, encontra-se um conjunto de edifícios adaptados à função de habitação, restauração, comércio e lazer. A tipologia de utilização dos edifícios está relacionada à tipologia da rua em que se inserem, bem como ao período em que surgiram. A utilização dos edifícios foi variando conforme as necessidades da época. Os edifícios foram obrigados a adaptar-se de forma a criar novas funções e usos.

A maior parte dos edifícios, 40,3% deles estão destinados a habitação, comércio e lazer. No que se refere aos edifícios que são exclusivamente habitação, observam-se apenas 31,5%. Já, ao comparar a Rua Direita com o centro histórico, verifica-se que neste predomina a utilização dos edifícios destinados unicamente a habitação, contrariamente à realidade da Rua Direita.

Tipologia de utilização por piso

Piso 0



Fig.37 Tipologia de utilização do piso 0 dos edifícios da Rua Direita de Caminha - Diana Correia (2021)

Piso 1

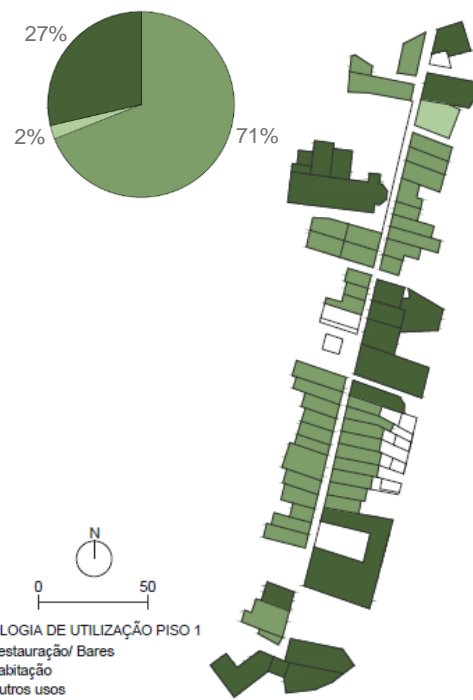


Fig.38 Tipologia de utilização do piso 1 dos edifícios da Rua Direita de Caminha - Diana Correia (2021)

Uma vez que predominam os edifícios com 2 pisos, considerou-se essencial analisar a tipologia de utilização de ambos os pisos. Verifica-se que a ocupação entre pisos varia bastante. Os equipamentos ocupam sempre o piso 0 e o piso 1. As habitações surgem essencialmente no piso 1, tendo por vezes no piso 0 outros usos, tais como restauração, bares ou comércio.

O uso residencial representa 26% da ocupação do piso 0, enquanto a ocupação para fins de restauração/ bares se refere a 30% do edificado. No respeitante a equipamentos ou comércio, estes observam-se em 44% dos edifícios.

No piso 1 confirma-se que 71% é ocupado por habitação, aumentando em relação ao piso 0. Relativamente ao setor da restauração/bares, em comparação com o piso 0, este baixa significativamente, apresentando um valor de 2%. Da mesma forma, os outros usos também reduzem, passando a representar 27% do total do edificado da Rua Direita.

4.2.4.2 Equipamentos e serviços

Na Rua Direita encontram-se as construções mais importantes da vila como a Torre do Relógio, a Igreja Matriz, a Câmara Municipal, a Biblioteca Municipal, a Casa do Turismo e o Teatro Valadares. Estes edifícios são caracterizados pelo seu grande valor histórico e arquitetónico que caracteriza várias fases de construção da vila. A Torre do Relógio representa a muralha e a época medieval, a Igreja Matriz representa a importância da religião no desenvolvimento da vila, e a Câmara como representação do poder político.

EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

- 1 Torre Relógio
- 2 Posto de Turismo
- 3 Edifício dos Paços do Concelho
- 4 Agência da Caixa Geral de Depósitos
- 5 Academia Sénior
- 6 Câmara Municipal
- 7 Restauração e Bebidas
- 8 Biblioteca Municipal
- 9 Rede Local de Intervenção
- 10 Igreja Matriz de Caminha
- 11 Teatro Valadares
- 12 Cabeleireiro



Fig.39 Localização dos equipamentos, serviços da Rua Direita de Caminha - Diana Correia (2021)

4.2.5 Estado de conservação dos edifícios

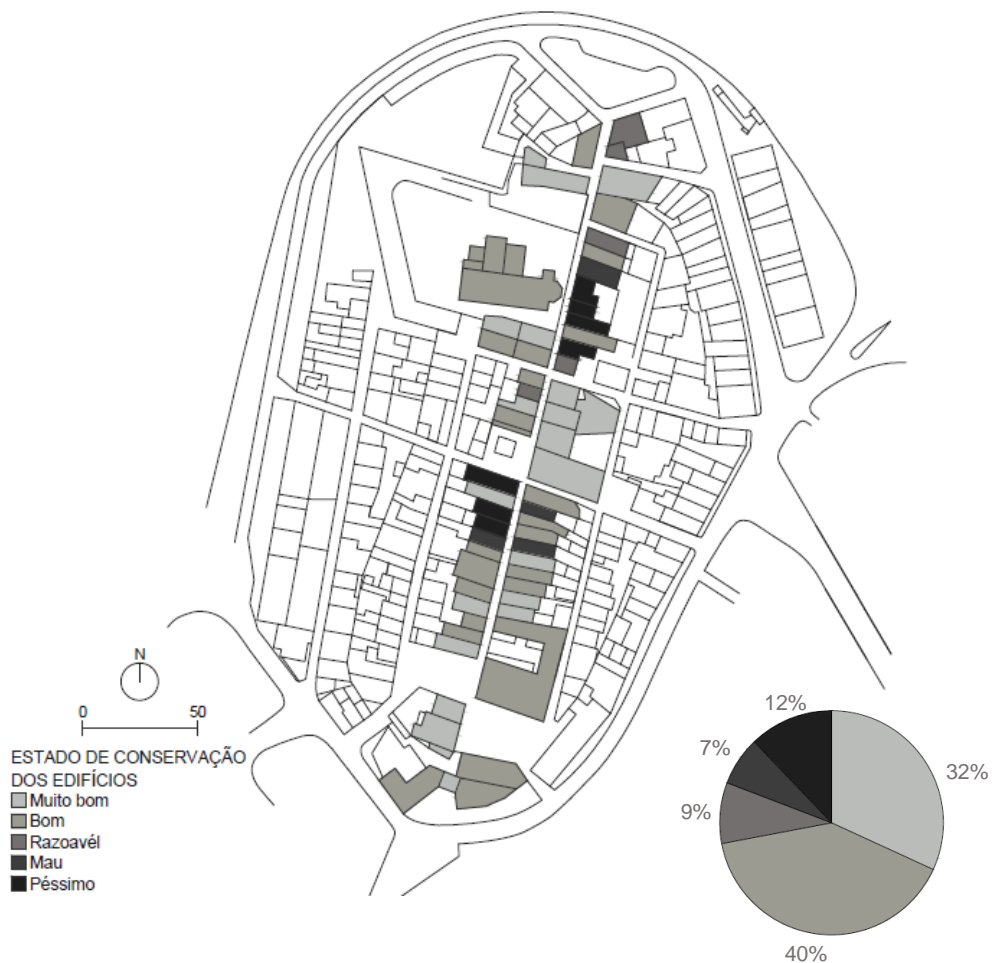


Fig.40 Estado de conservação dos edifícios da Rua Direita de Caminha – Informação atualizada e plano redesenhado por Diana Correia (2021), a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)

A partir da observação direta no local, verifica-se que na Rua Direita, 19% dos edifícios estão em muito bom estado de conservação. De referir igualmente que 40% dos edifícios se encontram em bom estado de conservação. Por outro lado, em estado razoável de conservação, apresentam-se apenas 9% dos edifícios. Já em mau estado de conservação observam-se 7% dos edifícios. Em péssimo estado de conservação, identificam-se 7 edifícios, os quais não têm qualquer uso, encontrando-se desocupados. Em relação ao centro histórico, verifica-se que este conjunto edificado apresenta mais edifícios em muito bom estado de conservação que a Rua Direita, sendo que a maioria dos edifícios em mau estado de conservação se localizam nesta Rua. De salientar, que o Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU) para a Rua Direita, apresenta várias propostas de intervenção para sua melhoria, nomeadamente a reabilitação do espaço público, tanto da via de circulação como da praça existente, e a reabilitação do edificado. Alguns equipamentos já foram reabilitados, como a Torre do Relógio, Edifício dos Paços do Concelho, Teatro Valadares, e a Biblioteca Municipal.

4.3 IDENTIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES NA RUA DIREITA

Intervir no edificado da Rua Direita, é uma oportunidade para reverter a situação de degradação e abandono do conjunto edificado do centro histórico de Caminha. Desta forma, considera-se pertinente analisar o edificado da Rua Direita, o qual foi intervencionado nos últimos anos, podendo assim dar-se resposta aos objetivos definidos na presente dissertação. Considera-se necessário analisar as intervenções ocorridas, tanto nos edifícios de domínio público como do privado. Uma vez que o domínio privado é um dos critérios de seleção para os casos de estudo, é essencial realizar a sua análise.

É possível observar na Rua Direita a existência de mais edifícios de domínio privado que de domínio público. A maioria dos edifícios de domínio público destina-se a equipamentos e serviços.

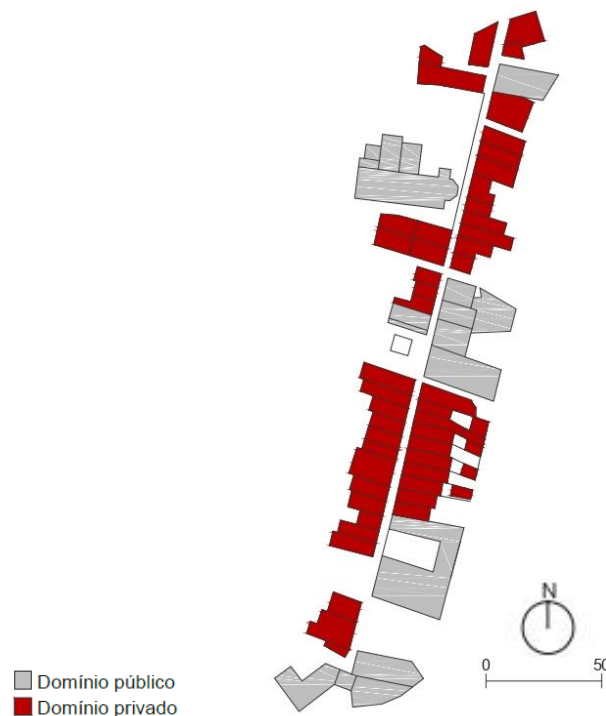


Fig.41 Localização dos edifícios de domínio público e privado - Diana Correia (2021)

4.3.1 Domínio público

Todos os edifícios de domínio público foram reabilitados. Parte desses edifícios, para além da reabilitação do edifício existente, derivou ainda uma ampliação geralmente desenvolvida pela desagregação de habitações anexas e assumindo uma linguagem nova, como são os casos do novo edifício da Câmara Municipal de Caminha e da Biblioteca Municipal de Caminha.

O projeto de recuperação do **Cine Teatro Valadares** do arquiteto Pedro Ramalho, diz respeito à candidatura aprovada pelo “Eixo prioritário III – Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial do Programa Operacional ON.2 – O Novo Norte”. O projeto de recuperação caracterizou-se pela recuperação das fachadas exteriores, e reconstrução total do espaço interior, tendo como objetivo a manutenção da configuração original. A caixa de palco passou a ter diferentes estruturas cénicas, possibilitando desta forma a realização de espetáculos diferentes. O projeto de recuperação também possibilitou a melhoria das condições térmicas, sendo colocados sistemas de aquecimento, ventilação e segurança.

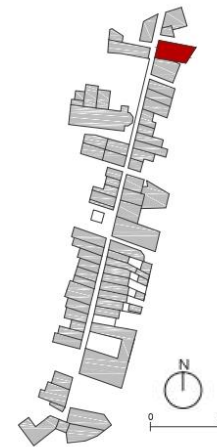


Fig.42 Localização do Teatro Valadares - Diana Correia (2021)

Na **Igreja Matriz** as principais intervenções de preservação decorreram nos anos de 1931-1937 e 1941-1943, devido a um ciclone que afetou os telhados e tetos. A intervenção que decorreu entre 2001-2007, foi realizada pelo Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (Bento, 2009). As obras consistiram na reabilitação das fachadas, recuperação da cobertura, reestruturação total do presbitério, recuperação das sacristias, colocação de um sistema de iluminação e sistema de ventilação interior e exterior, entre outros. Estes trabalhos foram realizados com a utilização de métodos de reabilitação pouco ou nada intrusivos (Câmara Municipal de Caminha).

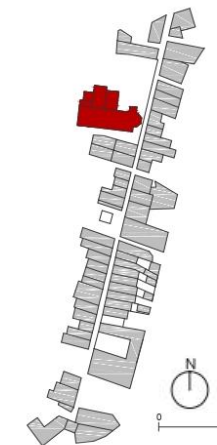


Fig.43 Localização da Igreja Matriz - Diana Correia (2021)

A **Biblioteca/Museu Municipal** abriu ao público em 1993, mas foi em 2016 que se concluíram as obras do processo de adjudicação da empreitada que teve início dia 8 de novembro de 2013 com abertura do anúncio do concurso publico pela entidade adjudicante. O projeto de arquitetura foi realizado pelo arquiteto Nuno Brandão Costa, estando este concluído desde 2009. A requalificação e construção pretendeu conservar o edifício tradicional existente em pedra de dois pisos, que foi ampliado com a construção de uma cave e de um corpo novo, edificado de raiz e integralmente em betão armado, composto por uma cave e dois pisos como o edifício existente. Desta forma o edifício passou a ser formado por dois blocos com traços arquitetónicos completamente distintos.

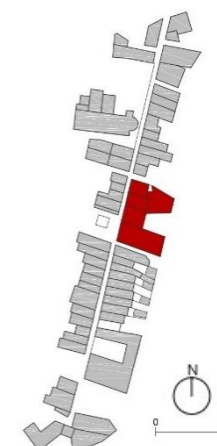


Fig.44 Localização da Biblioteca/Museu Municipal - Diana Correia (2021)

A ampliação apresenta uma arquitetura moderna e arrojada, diferenciando-se assim do contexto do centro histórico em que se insere. A principal finalidade do projeto é fornecer aos seus utilizadores um espaço onde promova o desenvolvimento da cultura, educação, e um espaço de lazer.

A **Câmara Municipal** situa-se neste edifício desde 2004-2005. Antigamente, estava sediado o Hospital de Nossa Senhora da Visitação, inaugurado em 1880 (Bento, 2009). Na sequência do 25 de Abril, o hospital foi alvo de intervenções pelo Estado, passando a funcionar como Centro Local do Serviço Nacional de Saúde em 1976. Esta intervenção implicou a demolição dos muros no quintal e de uma capela anexa. Mais tarde, realizaram-se obras de remodelação para nele se instalar a Câmara Municipal de Caminha. Esta intervenção implicou a construção de um edifício com o aproveitamento de algumas fachadas do edifício existente, traduzindo-se assim em ações de recuperação e beneficiação. A reabilitação manteve as fachadas consideradas com maior valor arquitetónico. A ampliação do edificado utilizou uma linguagem completamente distinta do edifício já existente. Em consequência disto, formaram-se dois blocos de edifícios com linguagens completamente distintas, marcando desta forma a época de construção de cada elemento.

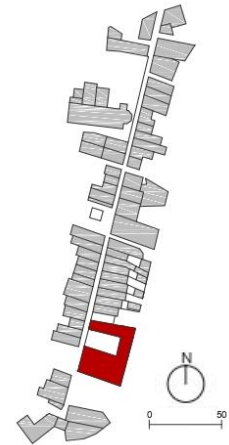


Fig.45 Localização da Câmara Municipal - Diana Correia (2021)

4.3.2 Domínio privado

No que se refere às intervenções em edifícios de domínio privado existentes na Rua Direita, verificou-se que desse conjunto edificado, 77% dos edifícios corresponde a esta categoria. Foram identificadas 97 intervenções realizadas em edifícios privados.

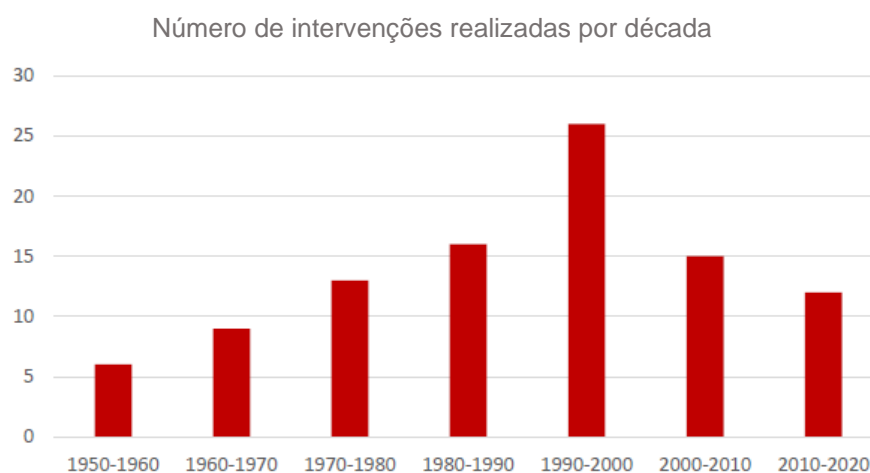


Fig.46 Número de intervenções realizadas na Rua Direita em Caminha - Diana Correia (2021)

homogeneidade na sua utilização. Cada um representa: remodelação, 11,3%; reparação 9%; conservação 9%; beneficiação 5,1%; construção 4,1%; alteração 4,1%; restauração 2%; recuperação 2%; reconversão 1%; adaptação 1%; e demolição 1%. Importa referir que com o decorrer dos anos foram surgindo novos termos para definir cada intervenção. É claro que quantas mais intervenções ocorrerem numa década, maior será o número de graus atribuídos. Assim, verifica-se que no período entre 1990 e 2000, foi onde houve uma maior diversidade dos graus utilizados, predominando neste período o “desconhecido”. Este último apresenta-se quase em todas as décadas, expeto em 2010 onde prevalece o grau alteração.

4.4 ALTERAÇÕES DE USOS NA RUA DIREITA



Fig.48 Intervenções realizadas que tiveram alteração de uso na Rua Direita de Caminha - Diana Correia (2021)

De todas as intervenções realizadas na Rua Direita entre os anos 1950 e 2020, verifica-se que em 13 dessas intervenções se associa um novo uso. A primeira alteração de uso, registou-se em 1989 que derivou de uma remodelação e ampliação. A alteração de uso mais recente foi em 2012, onde uma habitação passou para uso comercial. O maior número de alterações de uso verifica-se entre meados dos anos 1990 a 2000.



Fig.49 Identificação dos edifícios de domínio privado cuja intervenção implicou uma alteração de uso - Diana Correia (2021)

Em relação aos graus de intervenção atribuídos aos projetos cuja intervenção implicou uma alteração de uso, verifica-se que continuam a ser utilizados vários termos, tais como: adaptação; recuperação; ampliação; alteração; reconversão; transformação; reconstrução e remodelação.



Fig.50 Graus de intervenção atribuídos aos projetos cuja intervenção derivou uma alteração de uso no edifício - Diana Correia (2021)

Verifica-se que existem 3 intervenções nas quais o arquiteto responsável não definiu o grau de intervenção associado ao projeto.

A maior parte das intervenções com alteração de uso introduziram como novo uso a restauração/bar ao edificado.

Atualmente a maioria destes espaços estão a funcionar, à exceção de 3 edifícios.

5. CASOS DE ESTUDO

A seleção dos casos de estudo incidiu sobre o segundo objetivo desta dissertação: avaliar o impacto das intervenções com alteração de uso na preservação do conjunto edificado da Rua Direita de Caminha. Assim, tendo em consideração este objetivo, identificaram-se 13 intervenções na Rua Direita de Caminha, que implicaram um novo uso no edifício. Destas 13 intervenções, só 11 conseguiram responder aos seguintes critérios de seleção definidos:

1. **Localização:** edifícios localizados na Rua Direita do centro histórico de Caminha;
2. **Alteração de uso:** edifícios que sofreram intervenções que originaram um novo uso;
3. **Propriedade privada:** edifícios que são propriedade de indivíduos, sem qualquer relação com o Estado;
4. **Acessibilidade de informação:** intervenções que tenham informação suficiente para elaboração de uma análise detalhada. Este é um critério fundamental para alcançar o objetivo principal desta dissertação.

No mapa a seguir, será identificada a localização dos casos de estudo da Rua Direita de Caminha.

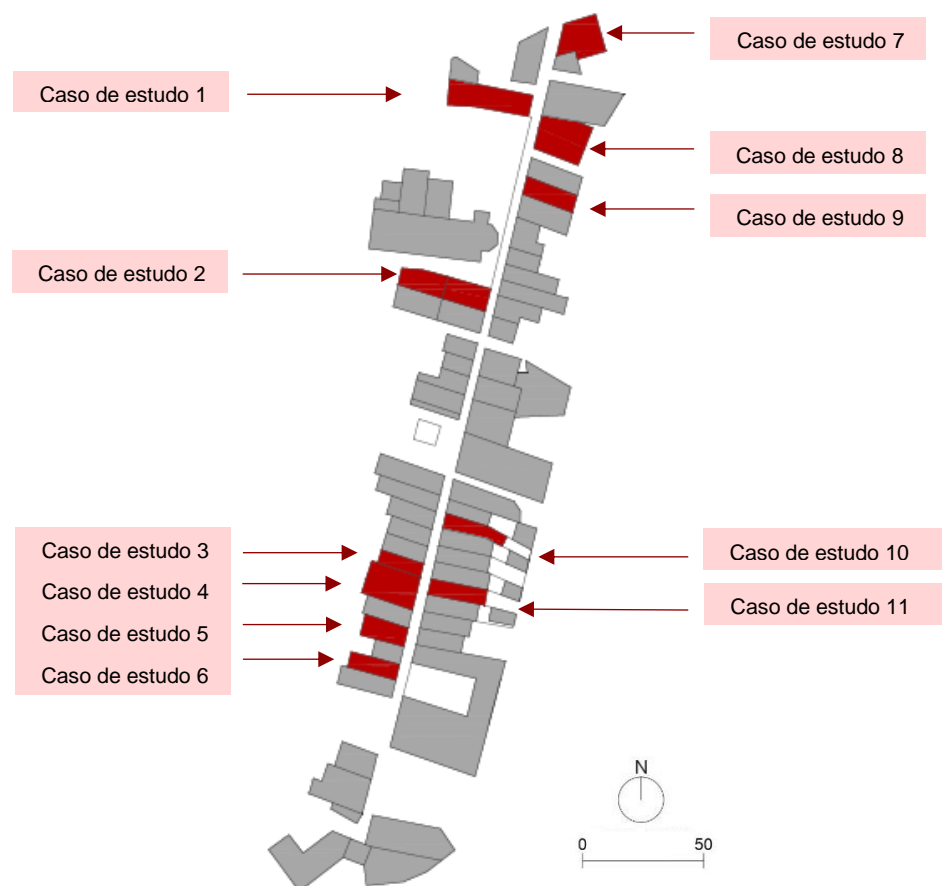


Fig.51 Localização dos casos de estudo - Diana Correia (2021)

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **1**

CASO DE ESTUDO 1

FICHA COLETA DE DADOS

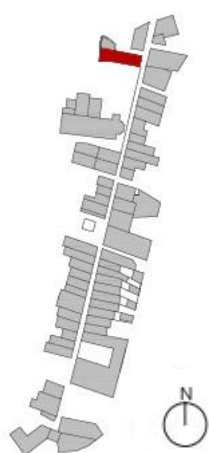


Fig.52 Planta de Localização
Esc. 1/4000 – Diana Correia (2021)

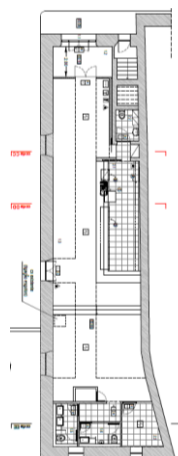


Fig.53 Planta da proposta – S/escala
Diana Correia (2021)



Fig.54 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1951
Uso:	Habitação/Loja de antiguidades
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Razoável

Breve apresentação da pré-existência:

O edifício foi construído em data anterior à publicação do PDM e ao ano de 1951. A pré-existência é composta por dois pisos. O piso térreo, destinava-se a atividades comerciais, sendo o piso 1 destinado à habitação do senhorio.



Fig.55 Alçado frontal - Joana Andrade (2007)



Fig.56 Alçado lateral - Joana Andrade (2007)



Fig.57 Espaço interior - Joana Andrade (2007)

CASO DE ESTUDO 1**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Joana Andrade
Ano:	2007
Novo uso:	Habitação/ Restauração
Graus de intervenção atribuídos:	Adaptação

Breve apresentação da intervenção:

A principal razão que motivou a intervenção foi o facto de o requerente, na qualidade de arrendatário, querer realizar pequenas obras de adaptação de um piso térreo, para instalação de um estabelecimento de bebidas – bar.

Fotos do resultado da intervenção:

Não se obtiveram fotos do edifício após a intervenção. De referir, que houve uma nova intervenção no edifício, em data recente. Esta intervenção foi realizada por outro arquiteto.

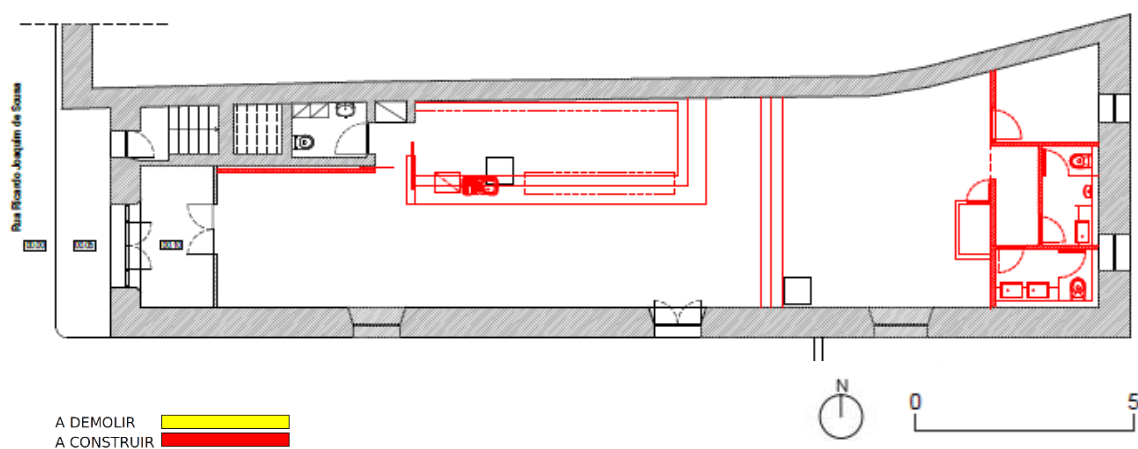
ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Fig.58 Planta vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 – Autora do projeto

CASO DE ESTUDO 1

FICHA COLETA DE DADOS

Proposta

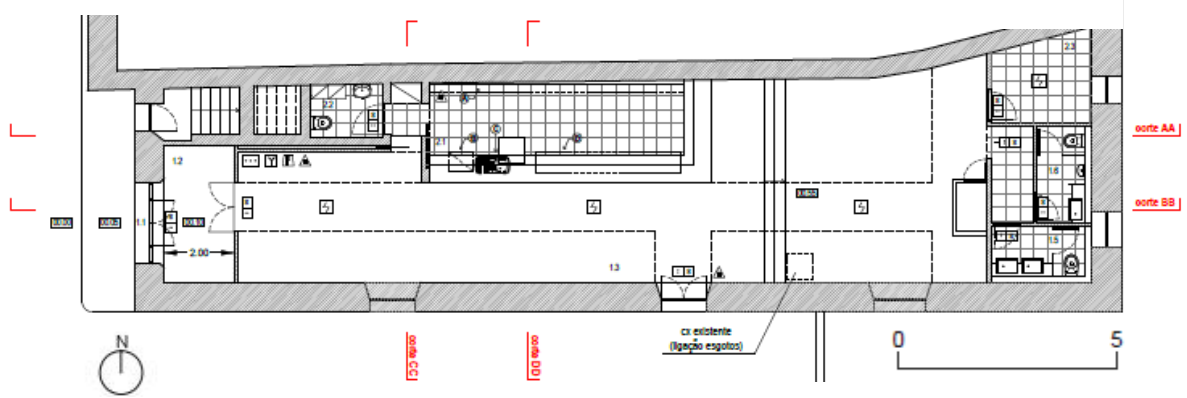


Fig.59 Planta da proposta - Esc. 1/200 – Autora do projeto

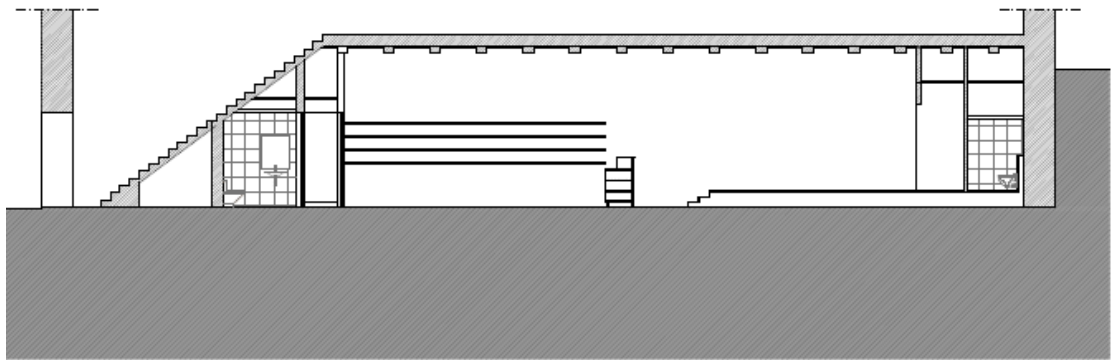


Fig.60 Corte AA - Esc. 1/200 – Autora do projeto

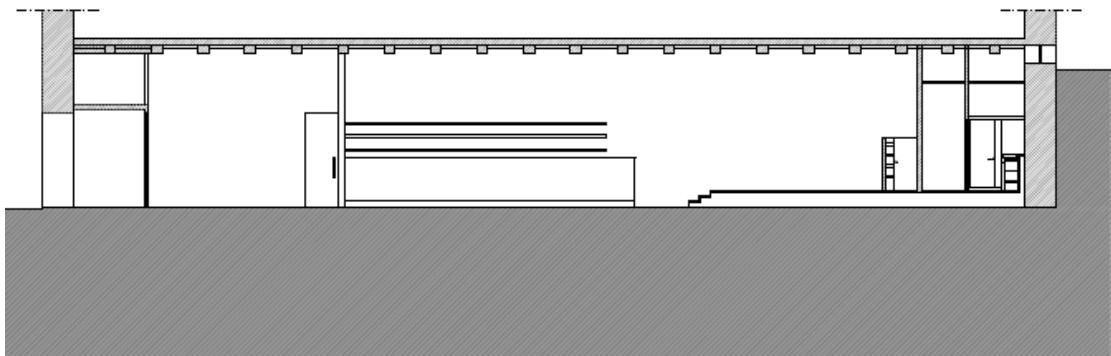


Fig.61 Corte BB - Esc. 1/200 – Autora do projeto

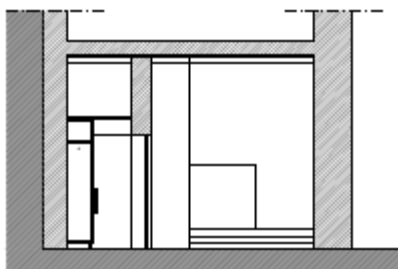


Fig.62 Corte CC – Esc. 1/200 – Autora do projeto

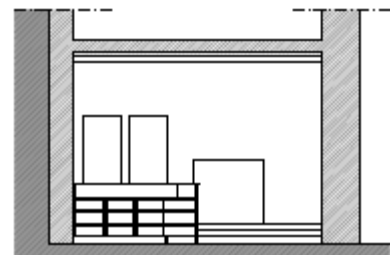


Fig.63 Corte DD – Esc. 1/200 – Autora do projeto

III. ANÁLISE

1.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

O caso de estudo situa-se na Rua Direita de Caminha, junto à Igreja Matriz. Segundo a autora do projeto, o edifício é composto por dois pisos com leituras diferentes. Antes da intervenção, no piso térreo, desenvolviam-se atividades comerciais, de venda de antiguidades, estando antes da intervenção em estado devoluto. O piso superior destinava-se à habitação do senhorio.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando desta forma a sua transmissão para as gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde um modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício está em desuso.

1.2 PROJETO

As obras ocorreram apenas no piso térreo.

As obras previstas, não alteraram a área de implantação, construção, volumetria ou fachadas. As características iconográficas do pré-existente mantiveram-se integralmente.

1.2.1 Interior

As obras consistiram na construção de divisões interiores em pladur, construção de sistema ativo de segurança contra o risco de incêndio, sistema de ventilação e instalação das instalações sanitárias. No teto aplicou-se isolamento em poliuretano expandido. Em relação à materialidade, a Arq.^a Joana Andrade manteve o pavimento em mosaico de barro e o teto em madeira, aplicando-lhe o isolamento acústico com poliuretano expandido, mantendo o travejamento à vista. A arquiteta manteve os acabamentos existentes do pavimento e teto.

1.2.2 Exterior

O exterior do edifício manteve as paredes exteriores em alvenaria de granito rejuntada em cimento e a caixilharia em madeira pintada a branco e envernizada. No alçado frontal manteve-se o revestimento em azulejo.

1.2.3 Programa

A nível de programa, a intervenção procurou manter os elementos já existentes, como a sua volumetria, fachadas e estrutura, sendo os elementos que segmentaram o espaço interior feitos em pladur. O programa é composto por hall de entrada, sala, casas de banho com separação e balcão de atendimento. As casas de banho dos funcionários são compostas por vestiário. A arrecadação geral e o balcão de serviço, estão situados na zona de frio. Para melhorar os aspetos acústicos a arquiteta manteve o hall de entrada fechado.

1.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção atribuído pela arquiteta à intervenção foi adaptação. Este surge pelo facto de o piso térreo adquirir um novo uso. Desta forma, a arquiteta adapta o espaço que se encontrava obsoleto, com características necessárias para exercer uma nova função.

Analisando a intervenção, o termo que seria utilizado para esta intervenção seria reabilitação. Este, possibilita ao edifício um novo uso, sempre que a intervenção assegure uma perda mínima de valores identificados na pré-existência. O novo uso do edifício, evita a sua degradação. Um edifício com uso, é um edifício de fácil manutenção.

1.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Os princípios de intervenção, são os principais orientadores a ter em conta na hora de se intervir no património. Os princípios que se identificaram nesta intervenção são: a autenticidade, pela manutenção das características originais do edifício; neutralidade por ser uma intervenção com o objetivo de preservar o máximo de valores da pré-existência e apesar da função original ser alterada, prevalece a continuidade do uso do edifício, utilizando materiais que contribuem para a harmonia entre o novo e o antigo; reversibilidade, pela utilização de pladur nas divisões interiores, sendo este um material pouco intrusivo, que possibilita a futura remoção no edifício. O princípio de unidade, pelo facto de a arquiteta realizar uma intervenção em que garante a leitura original do edifício por inteiro, não colocando em causa a veracidade artística e histórica do edifício.

CASO DE ESTUDO 1**FICHA DE ANÁLISE****1.5 VALORES PATRIMONIAIS**

Com base na análise da informação relativa ao projeto, verifica-se que a intervenção conseguiu manter os valores que estavam associados ao edifício antes da intervenção. A arquiteta Joana Andrade conseguiu manter o valor histórico e arquitetónico, uma vez que manteve as características físicas e emocionais do edifício, não deixando que este deixasse de ser uma evidência física do passado, desempenhando um papel fundamental na história do conjunto edificado da Rua Direita. O valor de identidade mantém-se, porque a arquiteta utilizou soluções de projeto consistentes que preservam, tanto a imagem original como as técnicas construtivas do edifício. A compatibilidade dos aspetos formais e estilísticos entre a pré-existência e a intervenção, contribuiu para o valor de continuidade. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, uma vez que se atribuiu uma utilidade, mesmo não sendo a original. A atribuição do novo uso, possibilitou o desenvolvimento económico e social da Rua Direita, sendo que o edifício passou a prestar serviços à sociedade, funcionando como lugar de encontros de indivíduos. O facto de o edifício ter uma utilidade, faz com que sejam transmitidas tanto características da época de construção, como técnicas de construção do passado para as gerações futuras. O valor de paisagem urbana mantém-se porque a intervenção garantiu a continuidade da imagem exterior do edifício, garantindo assim a leitura do conjunto edificado da Rua Direita como um todo. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Sim
Continuidade	Sim	Sim
Arquitetónico	Sim	Sim
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Sim
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.64 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

1.6 NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção não foram identificados elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	X	—

Y - SIM

X - NÃO

Fig.65 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção não pôs em causa nenhum dos valores. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais/uso perdidos após o abandono da pré-existência. Verificou-se que este novo uso foi compatível com a pré-existência, porque implicou um mínimo de alterações no edifício, de modo a adaptar-se a uma nova função e necessidades do homem atual. Assim, a intervenção respeitou a pré-existência, ao conservar a sua identidade e ao revelar o passado do edifício, garantindo um diálogo entre o novo e o antigo. Este continua a desempenhar um papel fundamental na transmissão de testemunhos do passado para as gerações futuras.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi baixo.



Fig.66 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

- . Realizou-se uma intervenção posterior a esta, a qual alterou a materialidade exterior do edifício.
- . Como referido, não se obtiveram fotos do pós-intervenção. Desta forma, a análise foi realizada exclusivamente com os desenhos técnicos e a memória descritiva do projeto.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **2**

CASO DE ESTUDO 2

FICHA COLETA DE DADOS

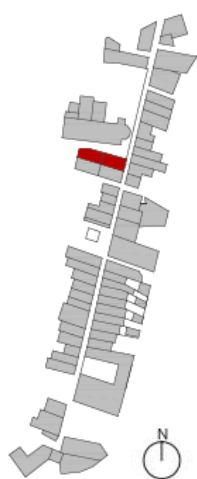


Fig.67 Planta de Localização
Esc.1/4000 - Diana Correia (2021)

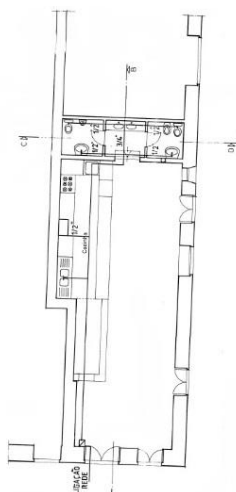


Fig.68 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig.69 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação/Loja Singer
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Bom

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência é composta por rés do chão e primeiro piso. Numa fase inicial, o rés do chão destinava-se a uma loja onde se vendiam e reparavam máquinas de costura. Já, o piso superior sempre foi destinado à habitação.



Fig.70 Alçado lateral – Calvão (1993)



Fig.71 Alçado principal – Calvão (1993)

CASO DE ESTUDO 2**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	António Calvão
Ano:	1993
Novo uso:	Habitação/ Restauração
Graus de intervenção atribuídos:	Remodelação

Breve apresentação da intervenção:

A presente intervenção refere-se à remodelação de um espaço comercial, para restaurante no piso térreo, mantendo a habitação existente no piso superior do edifício.

Fotos do resultado da intervenção:

*Fig.72 Exterior do edifício depois da intervenção
S/ident. do autor*



*Fig.73 Interior do edifício depois da intervenção
S/ident. do autor*

ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Não existem plantas nem alçados dos vermelhos e amarelos, porque o arquiteto não realizou nenhuma demolição ou construção nova no edifício.

CASO DE ESTUDO 2

FICHA COLETA DE DADOS

Proposta

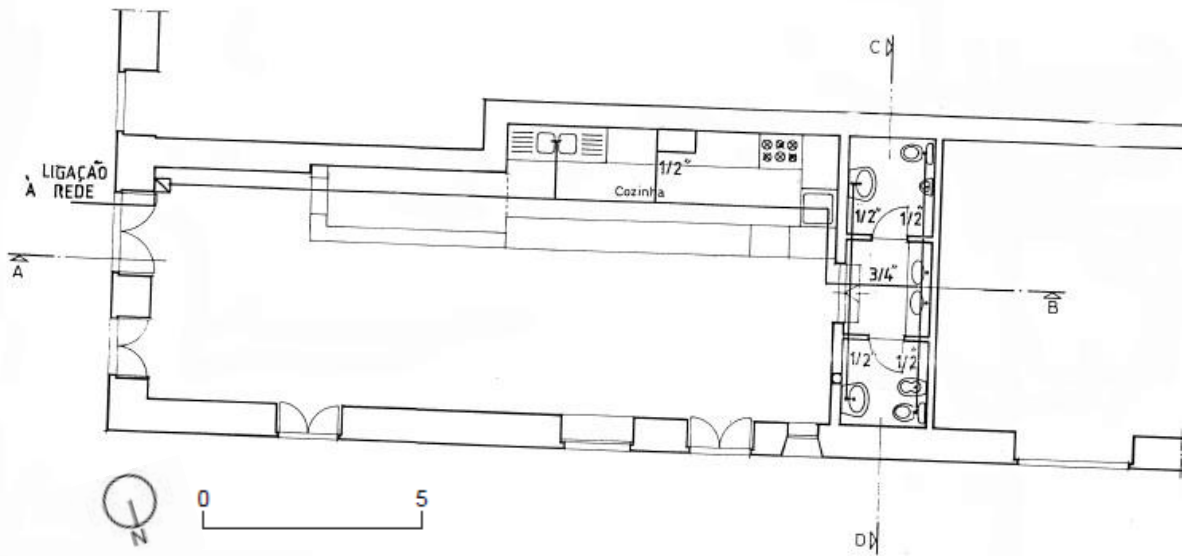


Fig.74 Planta da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

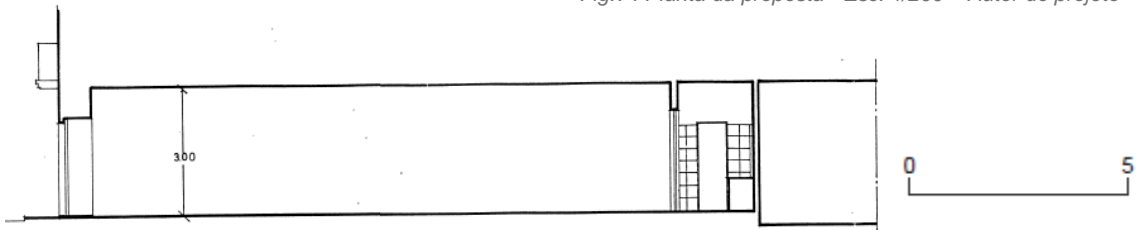


Fig.75 Corte AB - Esc. 1/200 – Autor do projeto

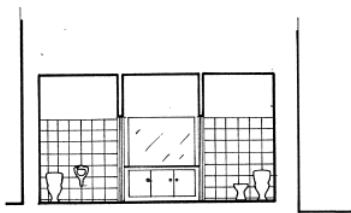


Fig.76 Corte CD - Esc. 1/200 – Autor do projeto



Fig.77 Alçado frontal da proposta- Esc. 1/200 – Autor do projeto



Fig.78 Alçado lateral da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

III. ANÁLISE

2.1. PRÉ-EXISTÊNCIA

O caso de estudo situa-se na Rua Direita de Caminha junto à Igreja Matriz. Como já foi referido, o edifício é composto por rés do chão e 1º piso. O 1º piso sempre desempenhou o papel de habitação. Já o rés do chão, destinou-se a comércio, variando o seu uso conforme os anos.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício ao longo do tempo manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando desta forma a sua transmissão para as gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificaram-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

2.2. PROJETO

As obras ocorreram apenas no piso térreo. Estas visam atribuir ao piso térreo as condições de conforto necessárias à sua utilização como restaurante. Desta forma, o arquiteto realizou uma intervenção com o objetivo de manter o máximo de elementos existentes na pré-existência.

2.2.1. Interior

No interior do edifício, aproveitaram-se as infraestruturas existentes da água e saneamento. Projetaram-se dois blocos de sanitários complementados por lavatório na zona de acesso. O arquiteto valorizou as pré-existências, sendo o pavimento da sala do restaurante, o soalho existente, devidamente tratado. Nas instalações sanitárias, o pavimento foi em lajetas de granito da região. Na zona da cozinha, o pavimento foi em grês cerâmico antiderrapante, sendo a parede revestida em azulejo branco vidrado de primeira qualidade. O balcão foi conjugado em madeira e cobre, sendo a chaminé interior em cobre. Os tetos valorizaram as vigas de madeira existentes devidamente tratadas, sendo os espaços intermédios ocupados com placas de gesso cartonado e posteriormente pintado a branco.

2.2.2. Exterior

A intervenção no exterior resumiu-se à reposição das caixilharias originais em madeira pintada de branco, com orla exterior em verde escuro, com contras interiores, uniformizando a imagem dos vãos do prédio. As chaminés de exaustão de fumos foram colocadas de forma a não serem perceptíveis no exterior do edifício.

2.2.3. Programa

A nível de programa, a intervenção procurou manter os elementos já existentes, como a sua volumetria, fachadas e estrutura. O espaço destinado a balcão/cozinha ficou definido pela parede existente. O programa é definido por um bar, cozinha, sala e instalações sanitárias unissexo.

2.3. GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção atribuído pelo arquiteto à intervenção, foi remodelação. Analisando a intervenção, o grau que se aplica a esta é a reabilitação. O grau de reabilitação possibilita ao edifício um novo uso, sempre que este assegure uma perda mínima de valores. O arquiteto optou por realizar uma intervenção onde manteve a imagem original do edifício e o seu interior.

2.4. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Os princípios de intervenção são os principais orientadores a ter em conta na hora de se intervir no património. Apesar do arquiteto não referir os princípios utilizados na intervenção, é possível a partir da análise da intervenção, identificar o princípio de autenticidade, pelo facto de a intervenção ter conservado os elementos significativos do edifício como as suas fachadas, caixilharias, compartimentação interior e alguns dos acabamentos presentes no seu interior; o princípio de neutralidade, pela utilização de materiais que respeitam e criam uma harmonia entre o existente e o novo; integridade, pela preservação da fábrica significativa como fachadas, organização espacial, técnicas de construção e materiais; o princípio de unidade, pelo fato do arquiteto realizar uma intervenção em que garante a leitura original do edifício por inteiro, refletindo-se por exemplo na forma como o arquiteto ocultou as chaminés de exaustão de fumos, de modo a não serem perceptíveis no exterior do edifício, garantindo assim a continuidade da imagem original do edifício.

CASO DE ESTUDO 2**FICHA DE ANÁLISE****2.5. VALORES PATRIMONIAIS**

A intervenção conseguiu manter os valores que estavam associados ao edifício antes da intervenção. O arquiteto Calvão conseguiu manter o valor histórico e arquitetónico, uma vez que manteve as características físicas e emocionais do edifício, não deixando que este deixasse de ser uma evidência física do passado, desempenhando um papel fundamental na história do conjunto edificado da Rua Direita. Este, aproveitou as infraestruturas existentes para definir um novo uso, tais como a manutenção de alguns dos materiais, como o soalho do pavimento. Uma vez que tinham sido alteradas as caixilharias noutra intervenção anterior a esta, o arquiteto reposicionou as mesmas, definindo o seu desenho e características originais. O valor de identidade mantém-se porque o arquiteto utilizou soluções de projeto consistentes que preservam, tanto a imagem original como as técnicas construtivas do edifício. A compatibilidade dos aspetos formais e estilísticos entre a pré-existência e a intervenção, contribui para o valor de continuidade. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, porque se introduziu uma utilidade ao edifício, mesmo não sendo a original. O facto de o edifício ter uma utilidade, faz com que sejam transmitidas às gerações futuras, características da época de construção, tais como técnicas de construção do passado. O valor de paisagem urbana mantém-se, porque a intervenção garantiu a continuidade da imagem exterior do edifício, garantindo assim a leitura do conjunto edificado da Rua Direita como um todo. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício, antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Sim
Continuidade	Sim	Sim
Arquitetónico	Sim	Sim
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Sim
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.79 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

2.6. NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção não foram identificados elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	X	—

Y - SIM

X - NÃO

Fig.80 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção não pôs em causa nenhum dos valores. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais/uso que tinham sido perdidos pela falta de uso. Verificou-se que este novo uso foi compatível com a pré-existência, porque implicou um mínimo de alterações no edifício, de modo a adaptar-se a uma nova função e necessidades do homem atual. Assim, a intervenção respeitou a pré-existência, ao conservar a sua identidade e ao revelar o passado do edifício, garantindo um diálogo entre o novo e o antigo. Este continua a desempenhar um papel fundamental na transmissão de testemunhos do passado para as gerações futuras.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi baixo.



Fig.81 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não existem plantas nem alçados dos vermelhos e amarelos.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **3**

CASO DE ESTUDO 3

FICHA COLETA DE DADOS

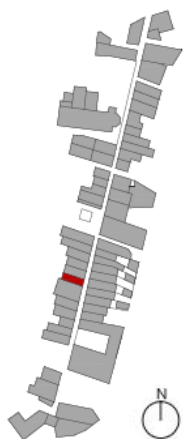


Fig.82 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

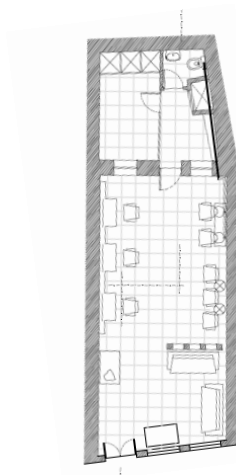


Fig.83 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig.84 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Sapataria
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de Interesse público
Estado de conservação:	Bom

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência é constituída por um edifício de um só piso, em granito da região, com apenas uma frente. O edifício assumiu anteriormente a função de sapataria, pelo que já se encontra dotado das infraestruturas básicas. A pré-existência encontrava-se em razoável estado de conservação, pelo facto de terem sido realizadas obras não há muito tempo.



Fig.85 Alçado frontal antes da intervenção – Azero (2002)

CASO DE ESTUDO 3**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Sandra Rego - Azero Lda.
Ano:	2002
Novo uso:	Salão de cabeleireiro
Graus de intervenção atribuídos:	Não definido

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção diz respeito à instalação de um salão de cabeleireiro num edifício localizado na Rua Direita. A proposta da intervenção implicou apenas a substituição de revestimento e a organização do espaço em causa, em função da atividade que se pretendia instalar.

Fotos do resultado da intervenção:

Não existem fotos do resultado da intervenção.

ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Não existem plantas nem alçados dos vermelhos e amarelos porque o arquiteto não realizou nenhuma demolição ou construção nova no edifício.

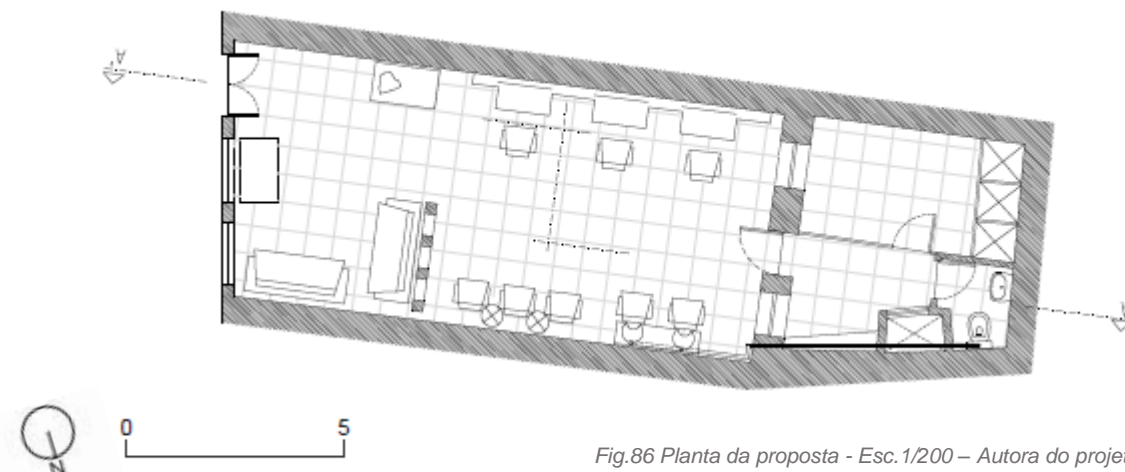
Proposta

Fig.86 Planta da proposta - Esc. 1/200 – Autora do projeto

CASO DE ESTUDO 3

FICHA COLETA DE DADOS



Fig.87 Alçado frontal da proposta - Esc. 1/200 – Autora do projeto

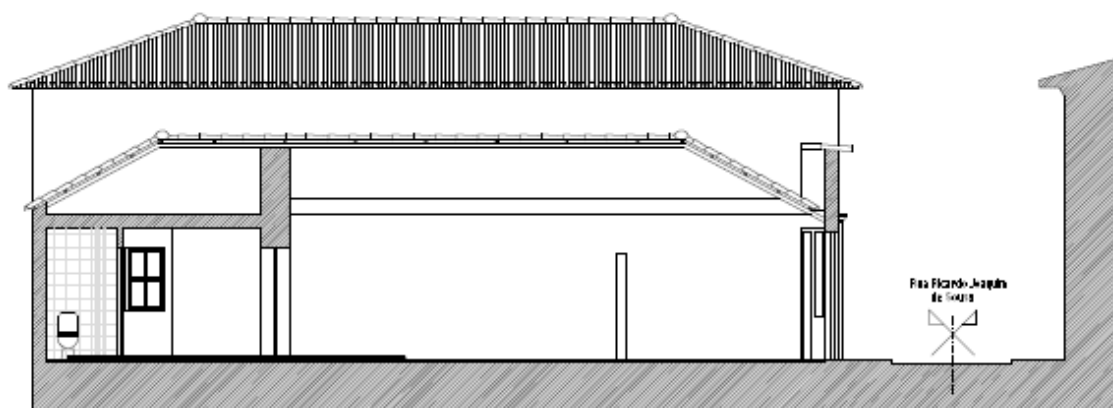


Fig.88 Corte AA' – Esc. 1/200 – Autora do projeto

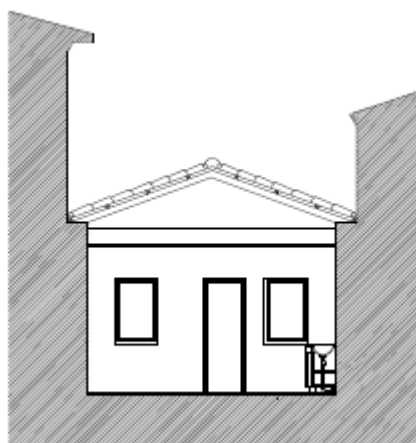


Fig.89 Corte BB' - Esc. 1/200 – Autora do projeto

III. ANÁLISE

3.1. PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência é composta apenas por piso térreo. É dos poucos edifícios da Rua Direita com esta característica. Anteriormente, o edifício exercia a função de sapataria. A pré-existência era em granito da região, com apenas uma frente; cobertura inclinada em telha de canudo, ocultada por uma platibanda ligeiramente elevada; as caixilharias eram em alumínio.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

3.2. PROJETO

A intervenção diz respeito à instalação de um salão de cabeleireiro. Antes da intervenção, o edifício já apresentava as infraestruturas básicas para exercer o novo uso.

3.2.1. Interior

Em relação ao interior do edifício, a arquiteta realizou apenas a substituição de revestimentos e a organização do espaço em causa em função da nova atividade. Foi inserido no espaço interior uma parede amovível para realizar a separação da zona pública da zona de arrumos e vestiários. O pavimento foi em cerâmica e as paredes interiores esbrançadas e pintadas com tinta plástica. As paredes da instalação sanitária foram em azulejo e os tetos estucados e caiados.

3.2.2. Exterior

Em relação ao exterior do edifício, realizou-se unicamente a substituição da caixilharia, deixando de ser em alumínio, passando a ser em madeira de câmbala com vidro duplo,

pintada a cor verde. Manteve-se o beiral em telha de canudo, a parede em granito da região e a soleira em pedra de chão existente.

3.2.3. Programa

A entrada no edifício faz-se pela Rua Direita. A zona dedicada ao salão de cabeleireiro, compreende a totalidade do espaço, sendo a restante área destinada a arrumos, vestiários e instalação sanitária.

3.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

A arquiteta responsável pela intervenção em análise, não atribuiu nenhum grau de intervenção.

Analisando a intervenção, o grau que se enquadra nesta é a reabilitação. O grau de intervenção reabilitação, tem como objetivo o uso do edifício, possibilitando um uso próximo da função original. O novo uso atribuído a esta intervenção garante a permanência dos valores patrimoniais associados à pré-existência. Estando o edifício em uso, não há uma perda mínima de valores culturais, o que ajuda a que a obra arquitetónica não caia em desuso.

3.4. PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pela autora do projeto. A partir da análise realizada à intervenção, identifica-se o princípio de autenticidade, neutralidade, integridade, reversibilidade, mínima intervenção e unidade. A arquiteta realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. Assim, é possível identificar o princípio de autenticidade, pelo facto de a intervenção ter conservado os elementos significativos do edifício como as suas fachadas, caixilharias, compartimentação interior e alguns dos acabamentos presentes no seu interior; o princípio de neutralidade, pela utilização de materiais que respeitam e criam uma harmonia entre o existente e o novo; integridade, pela preservação da fábrica significativa como fachadas, organização espacial, técnicas de construção e materiais. O princípio de unidade, pelo facto de a arquiteta realizar uma intervenção em que garante a leitura original do edifício por inteiro, garantindo assim a continuidade da imagem original do edifício. Identifica-se o princípio de reversibilidade pela utilização da parede amovível, inserida no interior do espaço, com o objetivo de separar as várias zonas do edifício, podendo um dia mais tarde voltar à sua compartimentação original.

CASO DE ESTUDO 3**FICHA DE ANÁLISE****3.5. VALORES PATRIMONIAIS**

A presente intervenção conseguiu manter os valores que estavam associados ao edifício antes da intervenção. A arquiteta Sandra manteve as características físicas e emocionais do edifício, não deixando de ser uma evidência física do passado, desempenhando um papel fundamental na história do conjunto edificado da Rua Direita, garantindo assim o valor histórico e arquitetónico do edifício. O valor de identidade mantém-se, porque a arquiteta utilizou soluções de projeto consistentes, que preservam tanto a imagem original como as técnicas construtivas do edifício. A compatibilidade dos aspetos formais e estilísticos entre a pré-existência e a intervenção contribui para o valor de continuidade. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, porque se introduziu uma utilidade ao edifício mesmo não sendo a original. O facto de o edifício ter uma utilidade, faz com que sejam transmitidas às gerações futuras, características da época de construção, tais como técnicas de construção do passado. O valor de paisagem urbana mantém-se e realça-se pela alteração da caixilharia de alumínio, pela de madeira, visto que este material era antigamente utilizado nas caixilharias. Desta forma, garantiu a continuidade da imagem original exterior do edifício, que por consequência garante a leitura do conjunto edificado da Rua Direita como um todo. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Sim
Continuidade	Sim	Sim
Arquitetónico	Sim	Sim
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Sim
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.90 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

3.6 NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quantos mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção não foram identificados elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	X	—

Y - SIM **X** - NÃO *Fig.91 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)*

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção não pôs em causa nenhum dos valores. A atribuição de um novo uso ao edifício fez com que este readquirisse os valores funcionais/uso perdidos após o abandono da pré-existência. Verificou-se que este novo uso foi compatível com a pré-existência, porque implicou um mínimo de alterações no edifício, de modo a adaptar-se a uma nova função e necessidades do homem atual. Assim, a intervenção respeitou a pré-existência, ao conservar a sua identidade e ao revelar o passado do edifício, garantindo um diálogo entre o novo e o antigo. Este continua a desempenhar um papel fundamental na transmissão de testemunhos do passado às gerações futuras.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi baixo.



Fig.92 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Atualmente o edifício está em desuso.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **4**

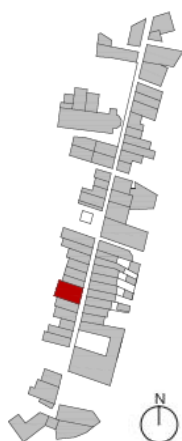


Fig.93 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

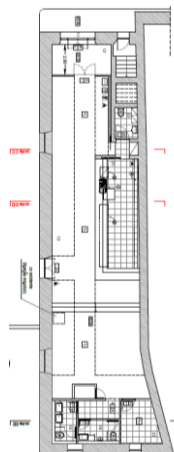


Fig.94 Planta da proposta – S/escala
Diana Correia (2021)



Fig.95 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Mau

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência foi construída para ser uma habitação unifamiliar. O facto de o edifício ter estado abandonado por vários anos, levou a que os indícios de degradação fossem perceptíveis.

Fotos da pré-existência:

Não foram encontradas fotos da pré-existência.

CASO DE ESTUDO 4**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Mário Sá e Pita Guerreiro - Triplano Lda.
Ano:	1993
Novo uso:	Habitação/Bar
Graus de intervenção atribuídos:	Remodelação

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção propôs a reconstrução total do edifício sem alterar a sua imagem exterior, adaptando o piso térreo às exigências de um novo uso. As obras ocorreram em todo o edifício, mas o novo uso inseriu-se apenas na planta do piso térreo. Desta forma, a análise da intervenção abrangerá unicamente a planta que sofreu um novo uso.

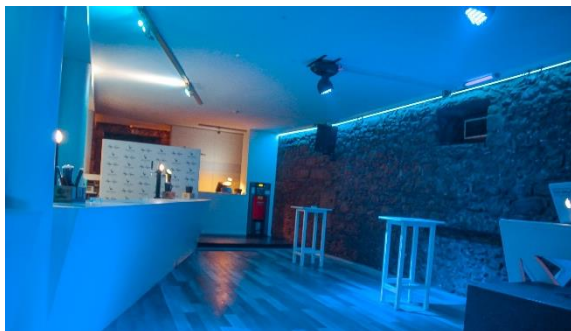
Fotos do resultado da intervenção:

Fig.96 Interior do bar (S/ident. autor)



Fig.97 Interior do bar (S/ident. autor)

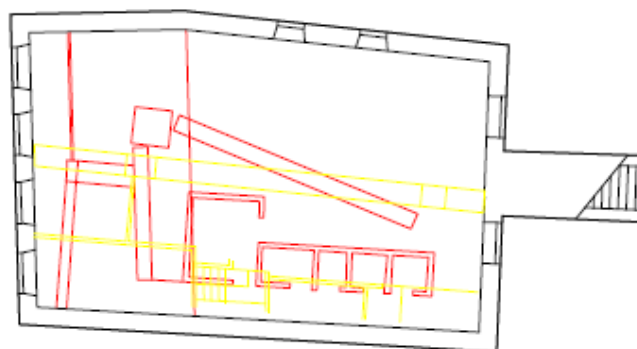
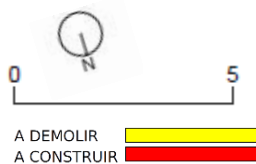
ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Fig.98 Planta vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 – Autor do projeto

Proposta

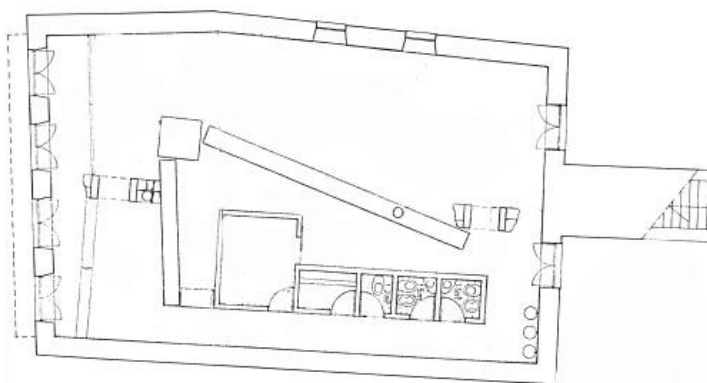


Fig.99 Planta da proposta -Esc. 1/200 – Autor do projeto

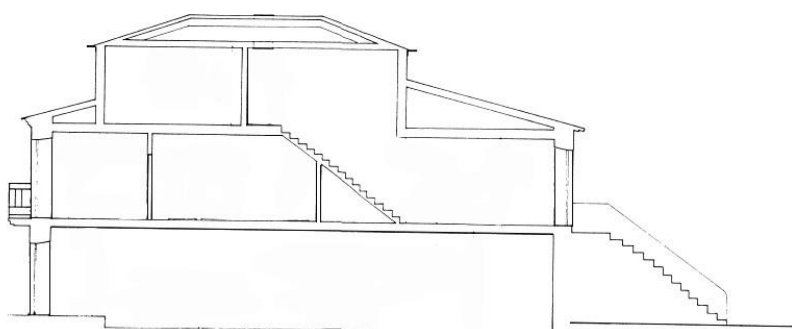


Fig.100 Corte AA' – Esc. 1/200 – Autor do projeto



Fig.101 Alçado frontal da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

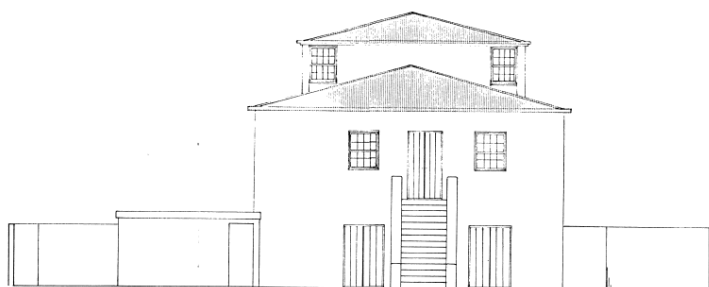


Fig.102 Alçado posterior da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

III. ANÁLISE

4.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

O edifício foi construído para ser uma habitação. Após muitos anos ao abandono e já com indícios de degradação, decidiram atribuir-lhe um uso.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

4.2 PROJETO

A intervenção refere-se à reabilitação do edifício, adaptando o piso térreo a um novo uso. Os pisos superiores também sofreram obras, mas continuam a ter as mesmas funções de habitação.

4.2.1 Interior

No interior do edifício, o “móvel principal” que organiza o espaço foi construído com uma estrutura mista de ferro, alvenaria de tijolo e contraplacado marítimo. As portas interiores são pré-fabricadas e esmaltadas na cor casca de ovo. Os rodapés, aros e guarnições em madeira exótica, esmaltada a cor casca de ovo. As paredes interiores foram construídas em tijolo e rebocadas e pintadas a tinta plástica na cor branca. Nas instalações sanitárias foi executado um lambril até 2,10 m revestido a mosaico cerâmico. Os tetos foram estucados.

4.2.2 Exterior

Em relação ao exterior do edifício, as paredes foram rebocadas e pintadas a tinta plástica de cor branca, tal como no existente. As paredes em granito foram mantidas. As caixilharias foram colocadas em madeira e esmaltadas na cor branca e verde garrafa,

de acordo com o tradicionalmente utilizado no centro histórico de Caminha. A cobertura manteve-se em telha de barro vermelha, tipo aba e canudo.

4.2.3 Programa

O móvel do interior, define a organização espacial da planta. É através deste que estão articulados os balcões de atendimento, copa, arrumos e instalações sanitárias. Da sua localização resultou o espaço da entrada e recepção do bar, os espaços de estar e um longo percurso de serviço que dá acesso às instalações sanitárias.

4.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção utilizado pelos arquitetos responsáveis foi remodelação. Os autores não justificaram o grau de intervenção utilizado. Em virtude da referida intervenção ter sido muito invasiva para o edifício, e uma vez que implicou a perda de valores associados à pré-existência, considera-se que o grau de intervenção adequado é reconstrução.

4.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Não se identificou nenhum princípio de intervenção. Os arquitetos não preservaram a autenticidade do edifício, uma vez que não mantiveram as características interiores originais do mesmo. Também não realizaram uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A intervenção não só desrespeitou as características técnicas, materiais e organização da pré-existência, como também não utilizou materiais facilmente removíveis, impossibilitando assim ao edifício voltar à sua imagem original. A intervenção não seguiu a mesma linguagem dos vários elementos decorativos da pré-existência.

4.5 VALORES PATRIMONIAIS

Os arquitetos apenas mantiveram as características exteriores originais do edifício. Já no seu interior não se verificou o mesmo. As alterações construtivas interiores fizeram com que o valor histórico e cultural deixasse de ser associado a este edifício. Os arquitetos podiam ter optado por uma intervenção que mantivesse a compartimentação e decoração características da época de construção, utilizando técnicas construtivas tradicionais. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, porque se introduziu uma utilidade, mesmo não sendo a original. Como foi referido anteriormente, o edifício manteve as suas características exteriores, dando desta forma continuidade ao valor de paisagem urbana que lhe estava associado antes da intervenção. Não se

CASO DE ESTUDO 4**FICHA DE ANÁLISE**

identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Não
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.103 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

4.6 NÍVEL DE IMPACTO

Quando se intervém num edifício, provoca-se sempre algum impacto. Este pode ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção verifica-se a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?	Quais?
Elementos dissonantes	<p>y</p> <ul style="list-style-type: none"> . Utilização de uma nova decoração, não característica da época de construção do edifício. . Utilização de materiais não reversíveis. . Demolição de elementos estruturais interiores. . Construção de uma nova organização espacial interior

y - SIM

X - NÃO

Fig.104 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa todos os valores identificados na pré-existência, à exceção do valor funcional/uso, económico/turístico, social e paisagem urbana. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais perdidos após o abandono da pré-existência. Verificou-se que este novo uso, não foi compatível com a pré-existência porque implicou demolições no interior do edifício.

Os arquitetos não realizaram uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A alteração do seu interior, fez com que se perdessem as características físicas, deixando assim de representar a época de construção.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi alto.



Fig.105 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não foi possível obter fotos do interior e exterior do edifício antes da intervenção.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **5**

CASO DE ESTUDO 5

FICHA COLETA DE DADOS

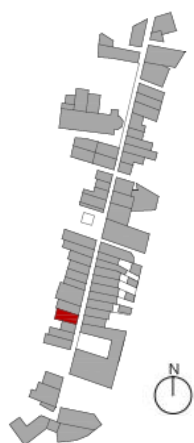


Fig. 106 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

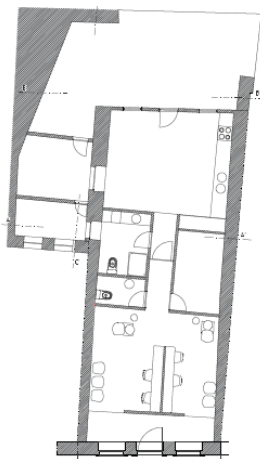


Fig. 107 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig. 108 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de Interesse público
Estado de conservação:	Razoável

Breve apresentação da pré-existência:

O edifício encontrava-se em razoável estado de conservação, pelo facto de ter sido sujeito a obras há relativamente pouco tempo. A última intervenção realizada foi na cobertura. Apesar destas obras, o edifício encontrava-se inabitado.



Fig. 109 Alçado frontal – Consultores
(2002)



Fig. 110 Alçado frontal – Consultores
(2002)



Fig. 111 Interior durante as obras
Consultores (2002)

CASO DE ESTUDO 5**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Pita Guerreiro - Consultores Lda.
Ano:	2002
Novo uso:	Salão de cabeleireiro
Graus de intervenção atribuídos:	Reconstrução

Breve apresentação da intervenção:

A requerente decidiu converter a habitação em análise, num espaço comercial destinado a salão de cabeleireiro. A principal razão que motivou a intervenção, foi a requerente pretender realizar uma valorização do alçado frontal e atribuir ao edifício um novo uso.

Fotos do resultado da intervenção:

Fig.112 Receção - Teresa (2016)



Fig.113 Interior do salão - Teresa (2016)

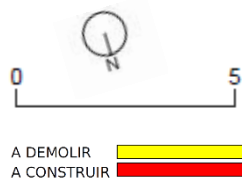
ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Fig.114 Planta vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 - Autor do projeto

CASO DE ESTUDO 5

FICHA COLETA DE DADOS

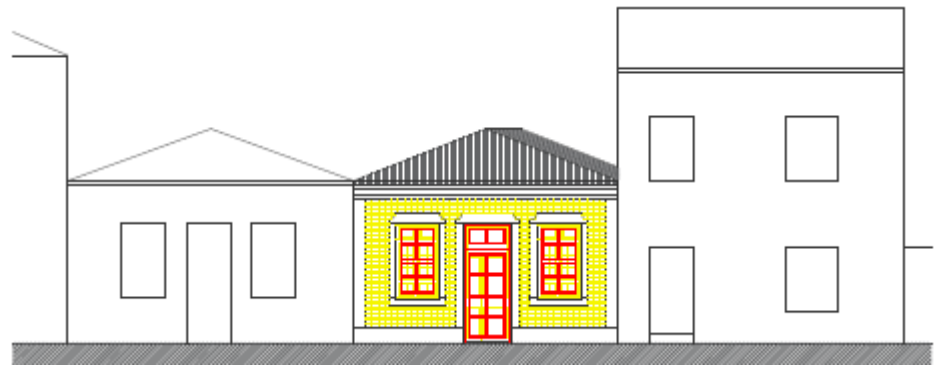


Fig.115 Alçado frontal vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 – Autor do projeto

Proposta

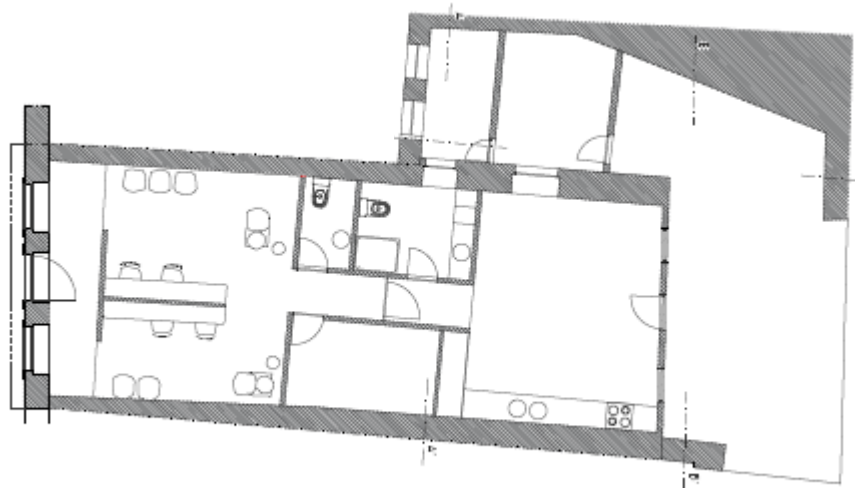
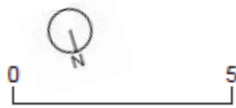


Fig.116 Planta da proposta - Esc.1/200 – Autor do projeto

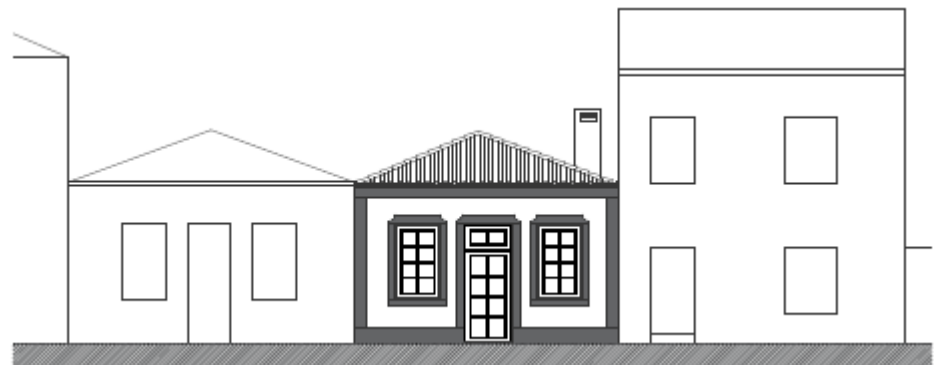


Fig.117 Alçado frontal da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

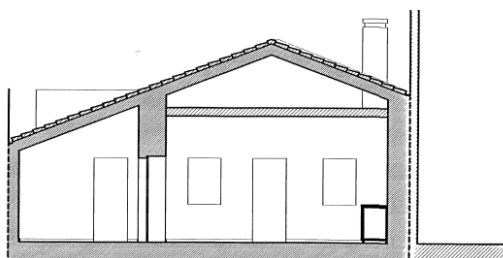


Fig.118 Corte AA' - Esc. 1/200 - Autor do projeto

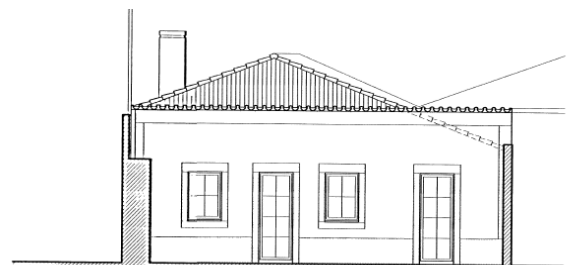


Fig.119 Corte BB' – Esc. 1/200 - Autor do projeto

III. ANÁLISE

5.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência é dos poucos edifícios da Rua Direita, composto unicamente por piso térreo. Embora numa fase inicial se destinasse a habitação, já há alguns anos que não era habitado. A requerente decidiu comprar o edifício para o transformar em salão de cabeleireiro, uma vez que já desempenhava este ofício noutro edifício da Rua Direita. O edifício em análise encontrava-se em razoável estado de conservação. Antes desta intervenção, a cobertura sofreu obras de conservação.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

5.2 PROJETO

A intervenção limitou-se a obras de reorganização do espaço interior, de forma a adaptá-lo à nova função comercial – salão de cabeleireiro. A intervenção pretendeu “requalificar” o desenho da cobertura do anexo destinado a arrumos.

5.2.1 Interior

Em relação ao interior do edifício, as paredes foram construídas em alvenaria de tijolo, rebocadas e pintadas a tinta plástica na cor branca e, conforme as zonas, colocou-se um lambril até à altura de 2m, revestido a mosaico cerâmico de cor branca ou cinza. Na memória, o arquiteto referiu que pretendia a “conservação e recuperação das paredes interiores existentes”. Mas, comparando as fotos da pré-existência com as fotos do pós-intervenção, verifica-se que essa intenção não se concretizou. Os pavimentos foram realizados em tijoleira cerâmica nas zonas húmidas, e soalho de madeira ou revestimento similar no restante pavimento. Os tetos foram estucados e pintados

a tinta plástica de cor branca, e os tetos falsos executados em placas de gesso cartonado a cor branca.

5.2.2 Exterior

Em relação ao exterior do edifício, foi retirada da fachada frontal a estrutura de azulejos existente, sendo as restantes paredes exteriores pintadas a tinta plástica na cor branca. A caixilharia foi substituída por madeira maciça e pintada nas cores branca e verde monumento. Apesar da memória descritiva do projeto não referir, verifica-se que também foi removida a caixa de estores da fachada principal.

5.2.3 Programa

O programa é definido por um hall que dá acesso ao cabeleireiro. Todo o espaço destinado ao atendimento é organizado em função de uma estrutura central (móvel) que, para além de definir o hall de entrada, organiza a zona de trabalho em duas áreas funcionais. Uma delas destina-se ao atendimento e a todo o trabalho “técnico” ligado à atividade. A outra destina-se a trabalhos finais, como secagem e penteado. O programa é composto ainda por uma instalação sanitária para utilização dos clientes e por um gabinete de estética onde se realizam depilações. Este compartimento é iluminado por uma claraboia e ventilado. Voltado para o logradouro, existe a sala polivalente onde se pretendem instalar os equipamentos necessários para o funcionamento da lavandaria/arrumos e instalação da caldeira para aquecimento de águas. No compartimento exterior (anexo), existe um pequeno escritório de apoio técnico à atividade económica.

5.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção utilizado pelo arquiteto responsável foi reconstrução, embora não o tenha justificado. É de salientar, que este grau é utilizado excecionalmente em circunstâncias históricas determinadas como guerras, catástrofes, etc., não devendo ser usado quando envolve a falsificação da natureza histórica. Perante a análise da intervenção em causa, considera-se que o grau utilizado pelo arquiteto foi atribuído corretamente, pelo facto de a intervenção ter implicado a perda dos valores associados à pré-existência.

5.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pelo autor do projeto, nem identificados na análise realizada. O arquiteto não preservou a autenticidade do edifício, uma vez que não manteve as suas características originais.

CASO DE ESTUDO 5**FICHA DE ANÁLISE**

Também não realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A intervenção não só desrespeitou as características técnicas, materiais e organização da pré-existência, como também não utilizou materiais facilmente removíveis, impossibilitando assim ao edifício voltar à sua imagem original.

5.5 VALORES PATRIMONIAIS

A intervenção não teve em consideração os valores do edifício. Na memória descritiva verifica-se a intenção do arquiteto em conservar e recuperar as paredes interiores existentes, mas na prática não foi isso que resultou. O mesmo acontece com o exterior do edifício, quando o arquiteto retira a estrutura de azulejos do alçado frontal, dando-lhe uma nova imagem. Desta forma, verifica-se que estas ações alteraram as características originais do edifício, perdendo assim os valores que estavam associados à pré-existência. O arquiteto podia ter optado por uma intervenção onde utilizasse as técnicas construtivas tradicionais originárias do edifício, como também poderia ter mantido a decoração característica da época de construção. Desta forma, o edifício continuaria a desempenhar um papel de testemunho do passado. O facto de a intervenção atribuir um novo uso ao edifício fez com que lhe fossem associados os valores funcionais, tais como o valor social, económico/turístico e uso/funcional. Os edifícios só podem ser mantidos se tiverem uma função, facilitando desta forma a sua manutenção. Como foi referido anteriormente, o edifício não manteve as suas características exteriores, prejudicando a continuidade do valor de paisagem urbana que lhe estava associado antes da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Não
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Não

Fig. 120 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

CASO DE ESTUDO 5

FICHA DE ANÁLISE

5.6 NÍVEL DE IMPACTO

Quantas mais alterações forem realizadas no edifício, maior será o nível de impacto. Este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção verifica-se a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	y	<ul style="list-style-type: none"> . Utilização de uma nova decoração, não característica da época de construção do edifício. . Utilização de materiais não reversíveis. . Demolição de elementos estruturais. . Construção de uma nova organização espacial interior . Construção de uma nova imagem exterior

y - SIM **X** - NÃO

Fig.121 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa os valores associados à pré-existência. A alteração dos elementos decorativos da fachada frontal e a alteração do interior do edifício, atribuiu-lhe uma nova imagem, não característica da sua época de construção. Esta ação foi realizada sem qualquer fundamento.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi alto.



Fig.122 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não foi possível obter fotos do interior e exterior do edifício após a conclusão da intervenção.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **6**

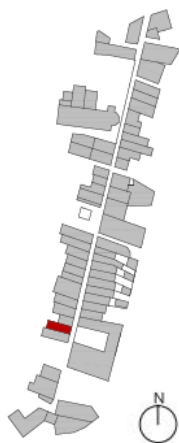


Fig. 123 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

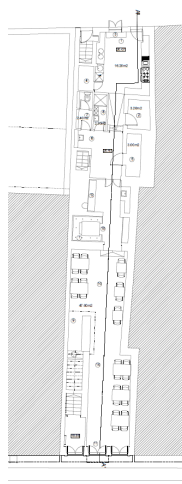


Fig. 124 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig. 125 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação/Drogaria
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Bom

Breve apresentação da pré-existência:

O edifício é composto por 2 andares. No 1º estava situada a habitação e no piso térreo o comércio. Na parte traseira, situava-se uma outra habitação de funcionamento independente, embora fisicamente fosse possível a comunicação entre ambas.

Fotos da pré-existência:

Não foram encontradas fotos da pré-existência.

CASO DE ESTUDO 6**FICHA COLETA DE DADOS****III. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Sandra Rego
Ano:	2011
Novo uso:	Habitação/Restauração
Graus de intervenção atribuídos:	Não definido

Breve apresentação da intervenção:

A presente intervenção diz respeito à intenção do proprietário de manter as habitações, e criar um estabelecimento de restauração no piso térreo, tendo a sua entrada principal pela Rua Direita e os serviços pela Rua Condestável Nuno Álvares.

Fotos do resultado da intervenção:

Fig.126 Interior do restaurante – Olimpia (2013)



Fig.127 Interior do restaurante – Olimpia (2013)



Fig.128 Interior restaurante – Olimpia (2013)



Fig.129 Fachada do restaurante – Olimpia (2013)

ELEMENTOS GRÁFICOS

Vermelhos e amarelos

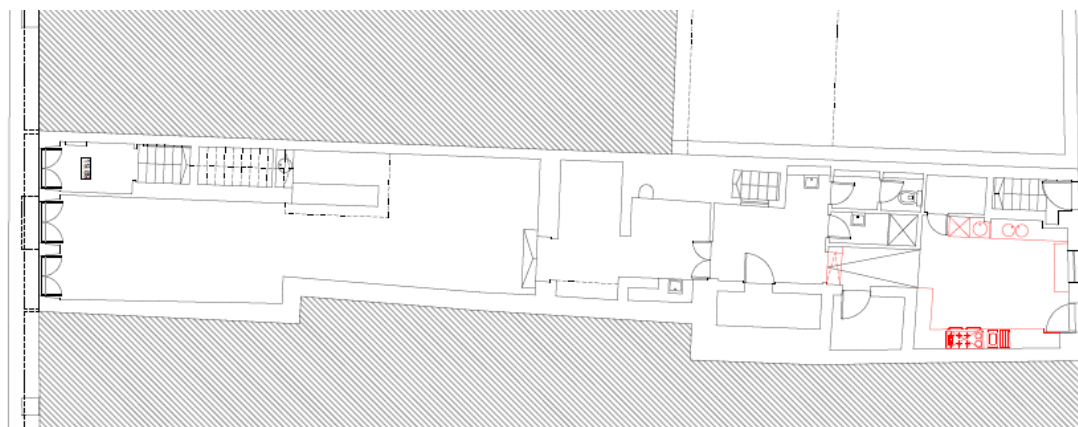
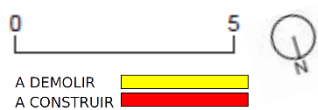


Fig.130 Planta vermelhos e amarelos – Esc. 1/200 – Autora do projeto



Fig.131 Corte AA' vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 – Autora do projeto



Fig.132 Alçado vermelhos e amarelos frente à Rua Condestável Nuno Álvares – Esc.1/200 – Autora do projeto

CASO DE ESTUDO 6

FICHA COLETA DE DADOS

III. ANÁLISE

Proposta

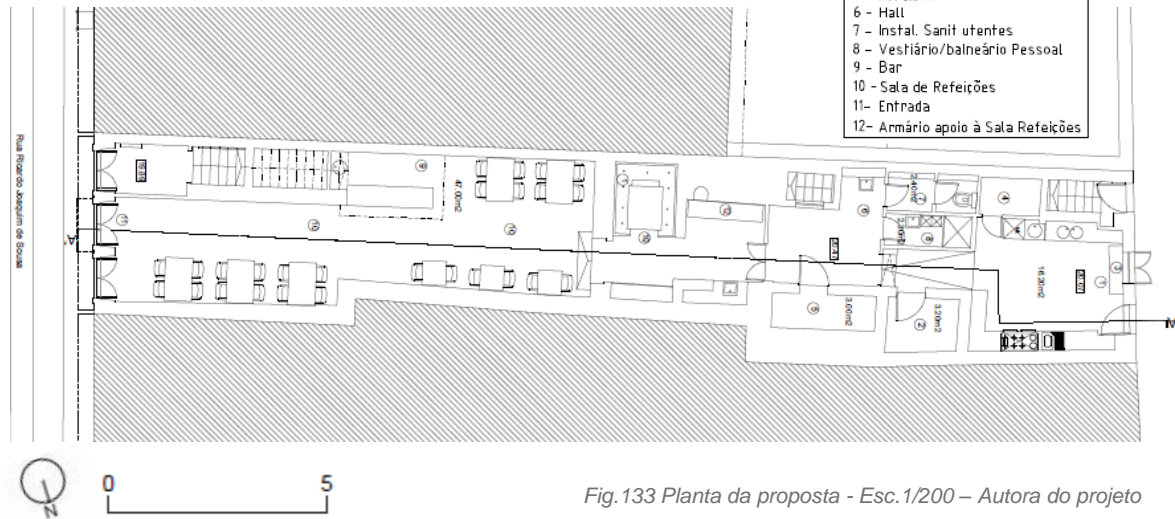


Fig.133 Planta da proposta - Esc.1/200 – Autora do projeto



Fig.134 Corte AA' da proposta - Esc.1/200 – Autora do projeto



Fig.135 Alçado proposto frente à Rua Condestável Nuno Álvares – Esc.1/200 – Autora do projeto

6.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência é composta por piso térreo e 1º piso. No piso térreo, existia uma loja e no 1º piso uma habitação que, nos dias de hoje, tem o mesmo uso. O piso térreo, tinha comunicação para as duas frentes que lhe conferem acesso à Rua Direita e à Rua Condestável Nuno Álvares. A pré-existência encontrava-se em bom estado de conservação.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

6.2 PROJETO

Segundo a autora do projeto, devido às características da pré-existência e uma vez que não era a intenção do requerente proceder a obras interiores de grande relevância, realizou-se apenas a adaptação do espaço existente a um novo uso. Este uso era compatível com o uso que já existia anteriormente. Desta forma, o requerente pretendeu a manutenção da habitação situada no 1º piso e a criação de um estabelecimento de restauração no piso térreo. A intervenção implicou obras no rés do chão e na cobertura. Não se realizaram alterações na volumetria e linguagem.

6.2.1 Interior

Em relação ao interior do edifício, a arquiteta manteve a estrutura existente e as divisões que a compõem. Foram realizadas reparações no interior, nomeadamente o melhoramento dos pavimentos e a pintura de paredes, como também a substituição de louças sanitárias. Foram colocados nos vãos, caixilharias em madeira para posteriormente serem pintadas ou envernizadas. Os tetos interiores foram em gesso projetado ou falso, em gesso cartonado tipo “pladur”, sendo este hidrófugo nas zonas

CASO DE ESTUDO 6**FICHA DE ANÁLISE**

sujeitas a maior grau de humidade. Os pés-direitos dos pisos são regulamentares e todos os compartimentos são iluminados e ventilados através de aberturas praticadas nas superfícies dos alçados, ou por meio de um sistema eficaz de ventilação forçada. O teto do rés do chão foi revestido com lã de rocha e roofmate, com acabamento em pladur.

6.2.2 Exterior

Em relação ao exterior do edifício, foram mantidos todos os materiais já existentes. A fachada que sofreu algumas alterações foi a poente, que se situa face à Rua Condestável Nuno Álvares, onde se realizou a abertura de um vão e uma alteração à porta de acesso da mesma fachada. Na cobertura foram realizados trabalhos de limpeza e conservação.

6.2.3 Programa

O programa adaptou-se aos compartimentos já existentes. Este é composto por uma cozinha que tem acesso à instalação frigorífica, à instalação do gás e ao armazém. É ainda composto por um vestiário/balneário pessoal, arrumos, um hall que se situa no meio do edifício, instalação sanitária para utentes, bar e sala de refeições. A entrada pela Rua Direita é destinada aos clientes, enquanto a entrada pela Rua Condestável Nuno Álvares se destina aos funcionários.

6.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

A arquiteta responsável pela intervenção não atribuiu nenhum grau de intervenção. O grau de intervenção que justifica esta intervenção é reabilitação. Este grau procura adaptar o edifício às necessidades atuais, possibilitando o uso do edifício mais próximo da função original. O novo uso possibilita ao edifício a sua preservação.

6.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pela autora do projeto. A partir da análise realizada à intervenção, identifica-se o princípio de autenticidade, neutralidade, integridade e unidade. A arquiteta realizou uma intervenção onde poderia ter optado por manter os vãos da fachada posterior com as suas dimensões originais. Apesar disso, é possível identificar o princípio de autenticidade, pelo facto de a intervenção ter conservado os elementos significativos do edifício, como a fachada da Rua Direita, compartimentação interior e alguns dos acabamentos presentes no seu interior; o princípio de neutralidade, pela utilização de materiais que respeitam e criam uma harmonia entre o existente e o novo; e integridade, pela

preservação da fábrica significativa como fachadas, organização espacial, técnicas de construção e materiais. O princípio de unidade, pelo fato da arquiteta realizar uma intervenção em que garante a leitura original do edifício por inteiro, garantindo assim a continuidade da sua imagem original. A autora do projeto manteve o interior com as características e organização espacial existentes na pré-existência. A separação das várias zonas do edifício foi feita a partir de uma parede amovível inserida no interior. Esta parede podia ser identificada como princípio de reversibilidade. Mas, uma vez que a autora do projeto alterou o dimensionamento dos vãos, não se considerou este princípio.

6.5 VALORES PATRIMONIAIS

Apesar da autora do projeto ter alterado as dimensões dos vãos poentes, é possível identificar que a sua intenção era realizar uma intervenção com o objetivo de intervir o menos possível no edifício, mantendo as suas características originais. A arquiteta Sandra manteve as características físicas e emocionais do edifício, não deixando que este deixasse de ser uma evidência física do passado, desempenhando um papel fundamental na história do conjunto edificado da Rua Direita, garantindo assim o valor histórico e arquitetónico do edifício. O valor de identidade mantém-se, porque a arquiteta utilizou soluções de projeto consistentes que preservam, tanto a imagem original da fachada principal, como as técnicas construtivas do edifício. A compatibilidade dos aspetos formais e estilísticos entre a pré-existência e a intervenção, contribui para o valor de continuidade. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, porque se introduziu uma utilidade ao edifício mesmo não sendo a original. O facto de o edifício ter uma utilidade, faz com que sejam transmitidas às gerações futuras as características e técnicas de construção do passado. O valor de paisagem urbana mantém-se, garantindo a continuidade da imagem original exterior do edifício. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício, antes e depois da intervenção.

CASO DE ESTUDO 6**FICHA DE ANÁLISE**

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Sim
Continuidade	Sim	Sim
Arquitetónico	Sim	Sim
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Sim
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.136 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

6.6 NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção foram identificados a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	y	. Construção e alteração de dimensionamento de vãos no alçado poente

y - SIM **X - NÃO**

Fig.137 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção não pôs em causa nenhum dos valores. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais/uso perdidos após o abandono da pré-existência. A alteração do dimensionamento dos vãos da fachada poente não foi a melhor decisão, porque põe em causa a imagem original do edifício.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi médio.



Fig. 138 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não foi possível obter fotos do edifício antes da intervenção.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **7**

CASO DE ESTUDO 7

FICHA COLETA DE DADOS

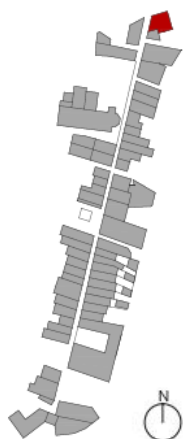


Fig. 139 *Planta de Localização*
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

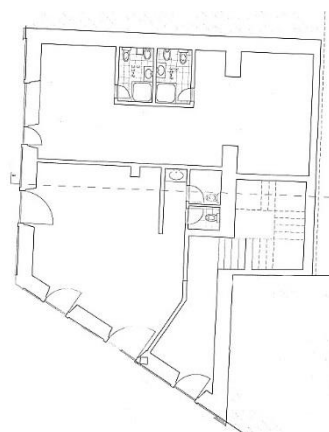


Fig. 140 *Planta da proposta*
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig. 141 *Fachada principal atual*
Diana Correia (2021)

II. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	De 1981 até 1990
Uso:	Habitação/Arrecadação
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Mau

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência tratava-se de um edifício devoluto, com características arquitetonicamente interessantes e cujo estado de conservação justificava uma intervenção.



Fig. 142 *Exterior do edifício antes da intervenção*
Triplano (1997)



Fig. 143 *Estado da pré-existência antes da intervenção*
Triplano (1997)

CASO DE ESTUDO 7**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Mário Sá e Pita Guerreiro - Triplano
Ano:	1997
Novo uso:	Habitação/Mercearia
Graus de intervenção atribuídos:	Recuperação

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção propunha a atribuição de um novo uso ao piso térreo, que anteriormente, se destinava a mercearia. A presente intervenção consistiu na divisão deste piso em duas áreas comerciais. O piso superior manteve o seu uso como habitação T3.

Fotos do resultado da intervenção:

Não existem fotos do resultado da intervenção.

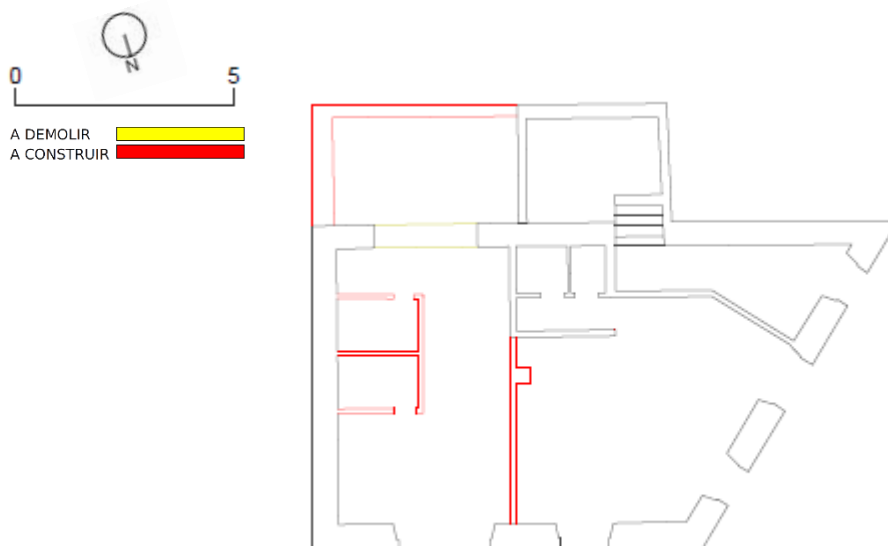
ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Fig.144 Planta rés do chão vermelhos e amarelos – Esc. 1/200 – Autor do projeto

CASO DE ESTUDO 7

FICHA COLETA DE DADOS

Proposta

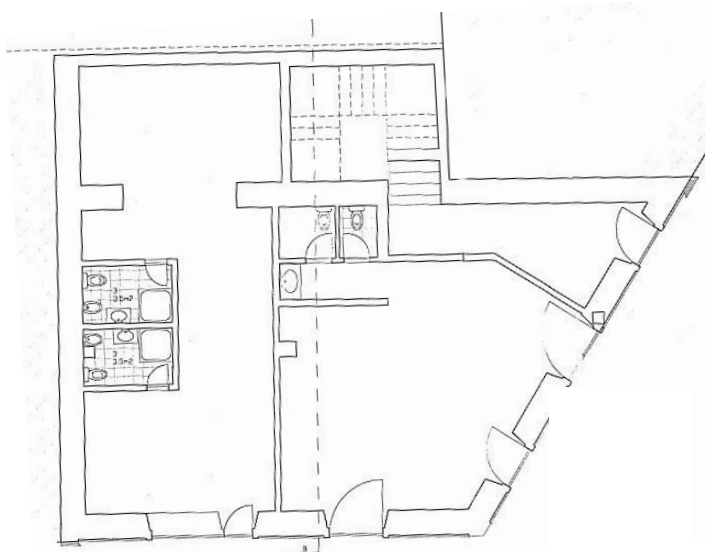


Fig.145 Planta rés do chão da proposta - Esc.1/200 – Autor do projeto

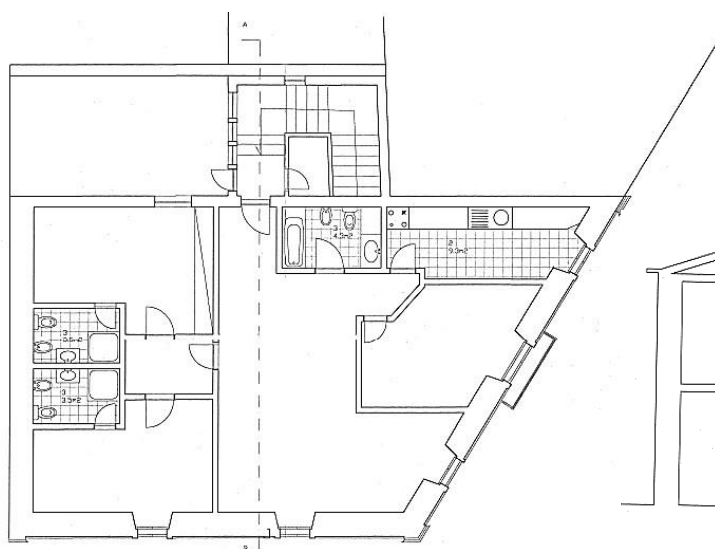


Fig.146 Planta do Piso 1 da proposta - Esc.1/200
Autor do projeto

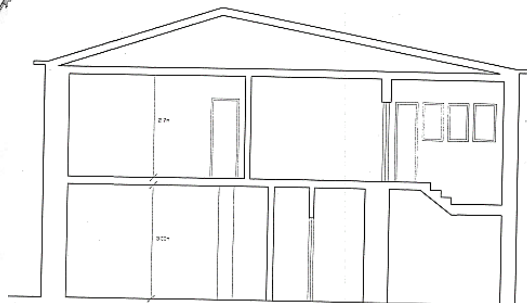


Fig.147 Corte AB da proposta - Esc.1/200
Autor do projeto

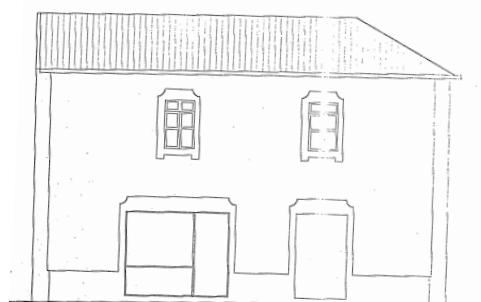


Fig.148 Alçado principal - Esc.1/200
Autor do projeto



Fig.149 Alçado lateral direito – Esc.1/200
Autor do projeto

III. ANÁLISE

7.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência tratava-se de um edifício devoluto com características arquitetónicas interessantes. O edifício é composto por piso térreo e 1º piso.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

7.2 PROJETO

A intervenção consistiu em obras no interior do edifício e na manutenção das fachadas com ligeiras alterações ao nível dos vãos.

7.2.1 Interior

Em relação ao interior do edifício, os arquitetos mantiveram a estrutura existente e alteraram parte das divisões que o compõem. A intervenção rebaixou o piso térreo para o adequar à legislação, passando o pé direito a medir 3m. Os tetos interiores foram em gesso projetado ou falsos, em gesso cartonado tipo pladur. As instalações sanitárias sofreram uma alteração de localização. Foram realizadas reparações no interior, nomeadamente melhoramento dos pavimentos, pintura de paredes, e substituição de louças sanitárias.

7.2.2 Exterior

As fachadas foram rebocadas e pintadas de cor branca e as caixilharias substituídas por madeira envernizada.

7.2.3 Programa

No piso térreo, inseriram-se duas áreas comerciais, tendo cada uma delas instalação sanitária própria. Encontra-se ainda neste piso o hall de entrada que dá acesso ao piso superior. No 1º piso, o programa é definido por três quartos, dois dos quais com instalações sanitárias próprias, uma sala, cozinha e uma instalação sanitária comum à habitação.

7.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção utilizado segundo os arquitetos responsáveis, foi recuperação. Este, refere-se à revalorização de um edifício que se encontrava temporariamente abandonado, degradado, e privado da sua funcionalidade. A intervenção implicou a perda de valores associados à pré-existência, uma vez que se demoliram e construíram elementos estruturais interiores. Por isso, atribui-se a esta intervenção o grau reconstrução. Este grau, é considerado absolutamente excepcional por muitos autores, por ser muito invasivo para o edifício.

7.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pelos autores do projeto, nem identificados na análise realizada. Os arquitetos não preservaram a autenticidade do edifício, uma vez que apenas mantiveram as características exteriores, alterando significativamente o interior do edifício. A intervenção não só desrespeitou as características técnicas, materiais e organização da pré-existência, como também não utilizou materiais facilmente removíveis, impossibilitando assim ao edifício voltar à sua imagem original.

7.5 VALORES PATRIMONIAIS

A intervenção alterou a organização espacial interior, demolindo os elementos da pré-existência e construindo novos elementos. Verificou-se que a intervenção não manteve as características originais do edifício. Apesar da intervenção ter mantido a fachada, o facto de ter alterado significativamente o seu interior, fez com que os valores associados ao edifício fossem perdidos. As alterações construtivas interiores fizeram com que o valor histórico e cultural deixasse de ser associado a este edifício. Os arquitetos podiam ter optado por uma intervenção onde fossem utilizadas técnicas construtivas tradicionais do edifício, como também poderiam ter mantido a decoração característica da época de construção. Desta forma, o edifício continuaria a desempenhar um papel de testemunho do passado. O facto de a intervenção atribuir um novo uso ao edifício, faz com que este adquira os valores funcionais, tais como o valor económico/turístico, social e

CASO DE ESTUDO 7**FICHA DE ANÁLISE**

uso/funcional. Os edifícios só podem ser mantidos se tiverem uma função, facilitando desta forma a sua manutenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Não
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig. 150 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

7.6 NÍVEL DE IMPACTO

Quantas mais alterações forem realizadas no edifício, maior será o nível de impacto. Este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção verifica-se a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?	Quais?
Elementos dissonantes	<p>Y</p> <ul style="list-style-type: none"> . Utilização de técnicas construtivas não tradicionais. . Utilização de uma nova decoração, não característica da época de construção do edifício. . Utilização de materiais não reversíveis. . Construção de uma nova organização espacial interior

✓ - SIM

X - NÃO

Fig. 151 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa os valores associados à pré-existência. A alteração dos elementos interiores do edifício provocou uma perda de valores identificados na pré-existência. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais perdidos após o abandono da pré-existência. Verificou-se que este novo uso não foi compatível com a pré-existência, porque implicou demolições no interior do edifício.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi alto.



Fig.152 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

- . Não foi possível obter fotos do resultado da intervenção.
- . Atualmente o edifício está em desuso.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO 8

CASO DE ESTUDO 8

FICHA COLETA DE DADOS

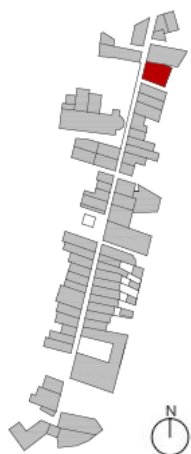


Fig.153 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

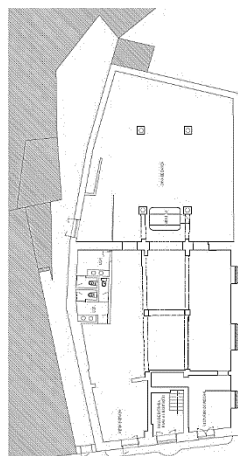


Fig.154 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig.155 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação/Alfândega
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Razoável

Breve apresentação da pré-existência:

O presente edifício é um elemento altamente marcante da silhueta de Caminha, pelo seu volume. O piso térreo e o 1º piso do edifício funcionaram como alfândega e os pisos superiores como habitação.

Fotos da pré-existência:

Não se obtiveram fotos da pré-existência.

CASO DE ESTUDO 8**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

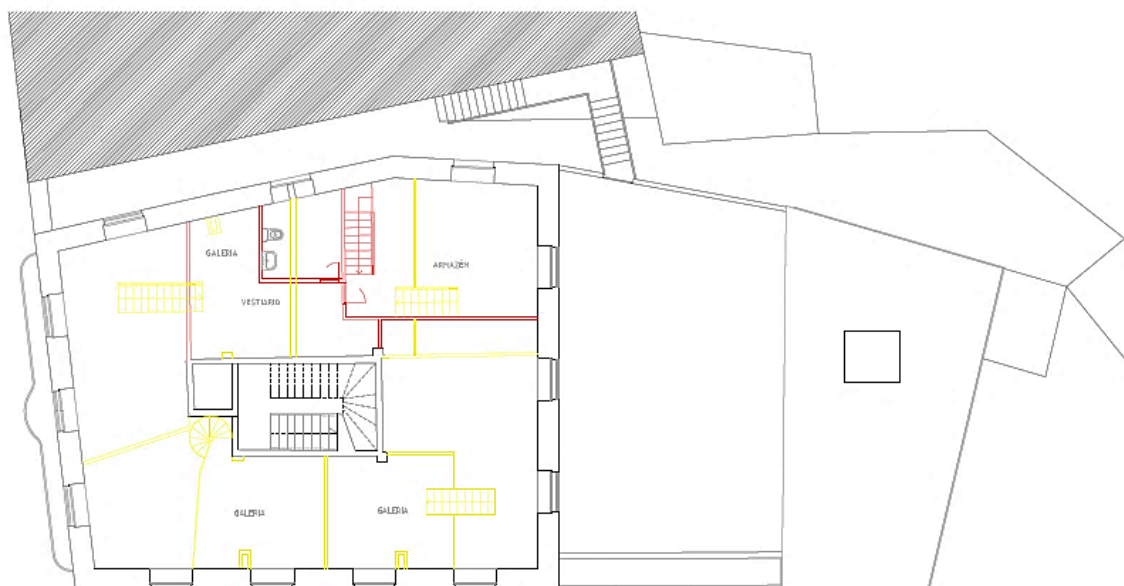
Arquiteto(a):	Maria Jesuína Leite
Ano:	1989
Novo uso:	Habitação/Discooteca
Graus de intervenção atribuídos:	Remodelação

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção pretende remodelar o piso térreo e o 1º piso, para aí instalar um clube musical.

Fotos do resultado da intervenção:

Não se obtiveram fotos do resultado da intervenção.

ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

A DEMOLIR 
A CONSTRUIR 



0 5

Fig. 156 Planta 2 cota dos arrumos vermelhos e amarelos – Esc. 1/200 – Autora do projeto

CASO DE ESTUDO 8

FICHA COLETA DE DADOS

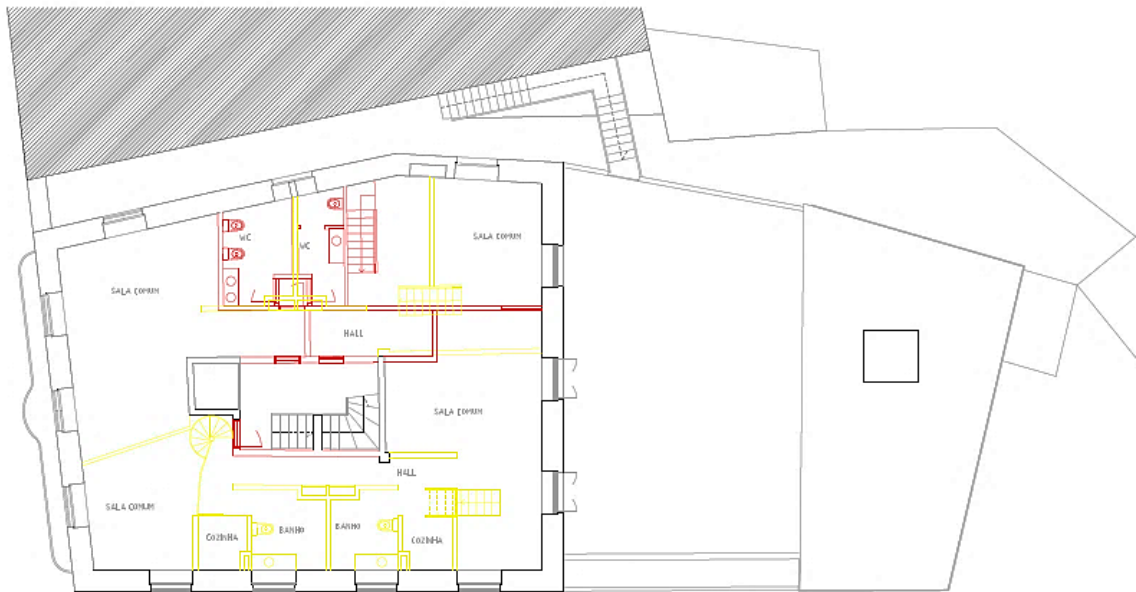


Fig.157 Planta 2 cota do balcão vermelhos e amarelos – Esc. 1/200 – Autora do projeto

Proposta

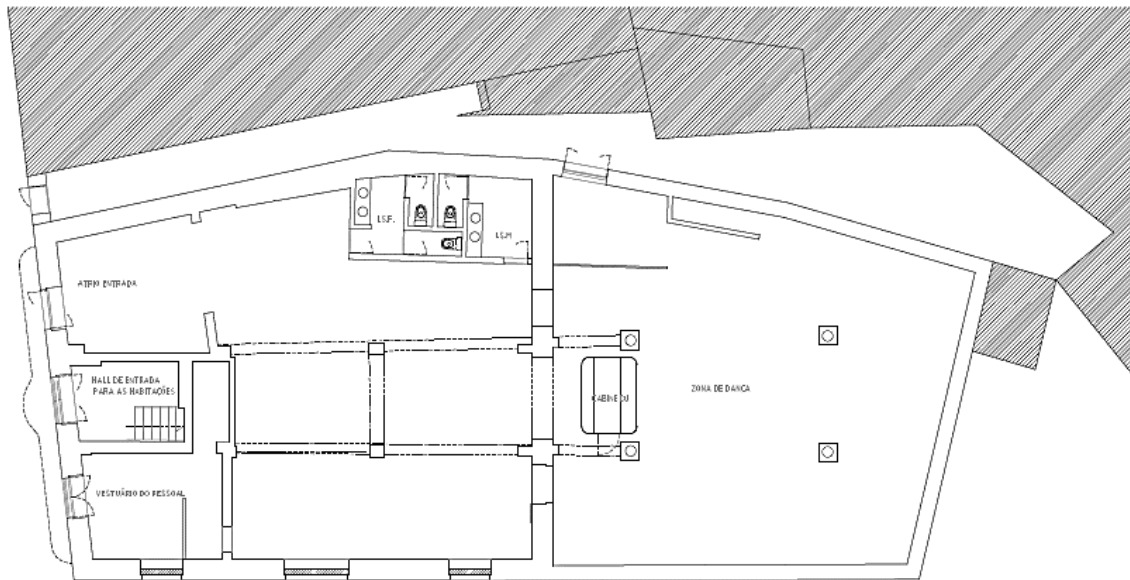


Fig.158 Planta 1 à cota do balcão – Esc.1/200 – Autora do projeto

CASO DE ESTUDO 8 **FICHA COLETA DE DADOS**

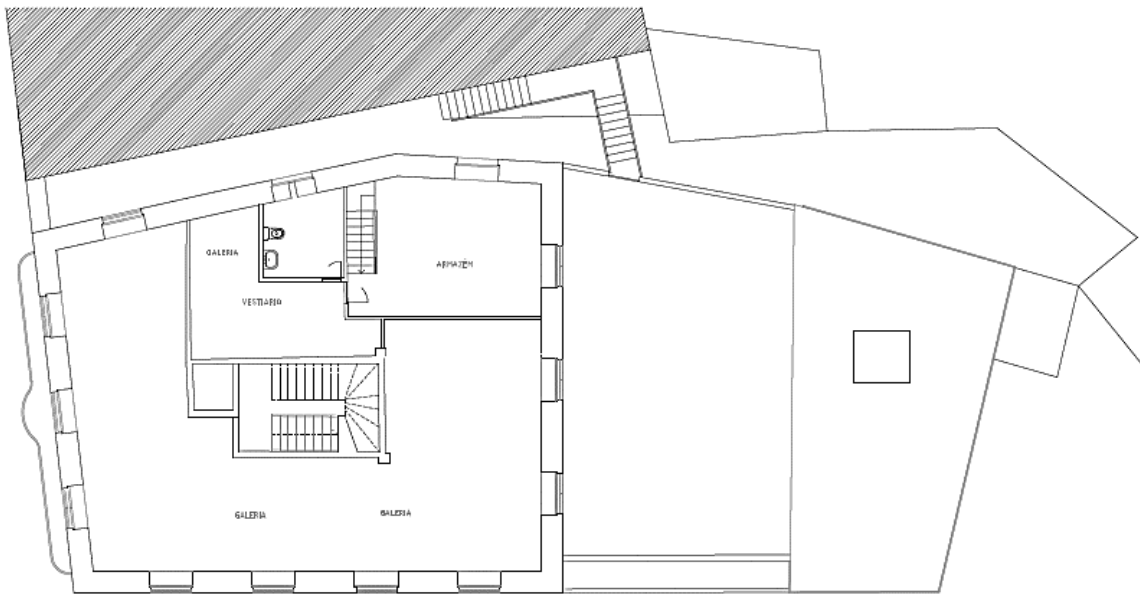


Fig.159 Planta 2 à cota dos arrumos - Esc. 1/200 – Autora do projeto

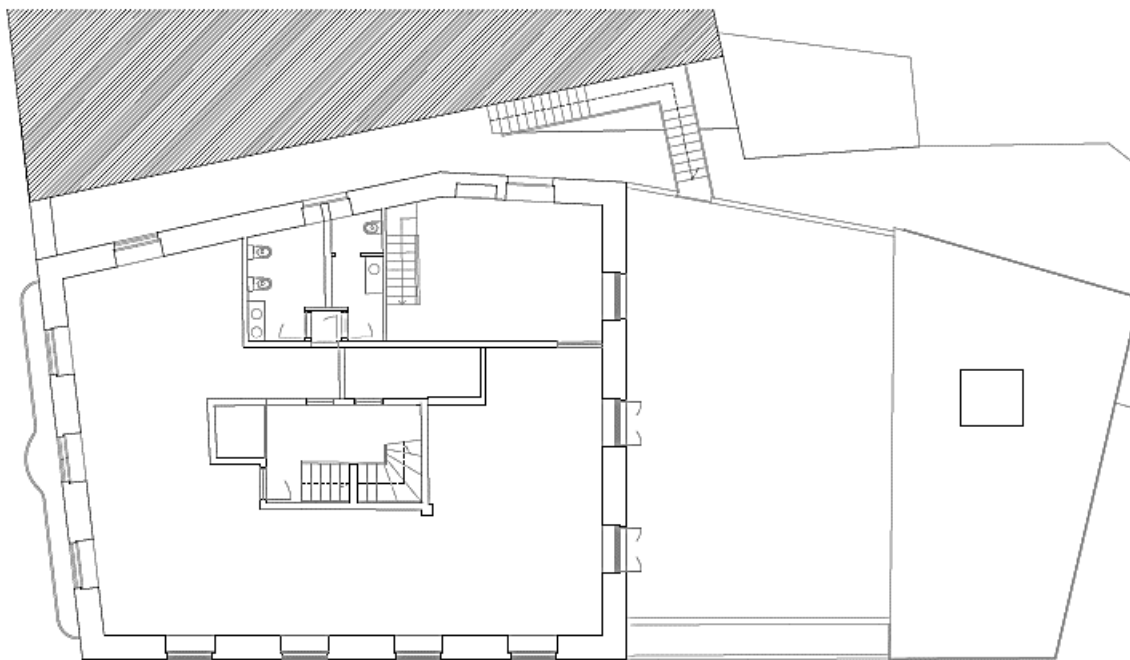


Fig.160 Planta 2 à cota do balcão – Esc. 1/200- Esc. 1/200 – Autora do projeto



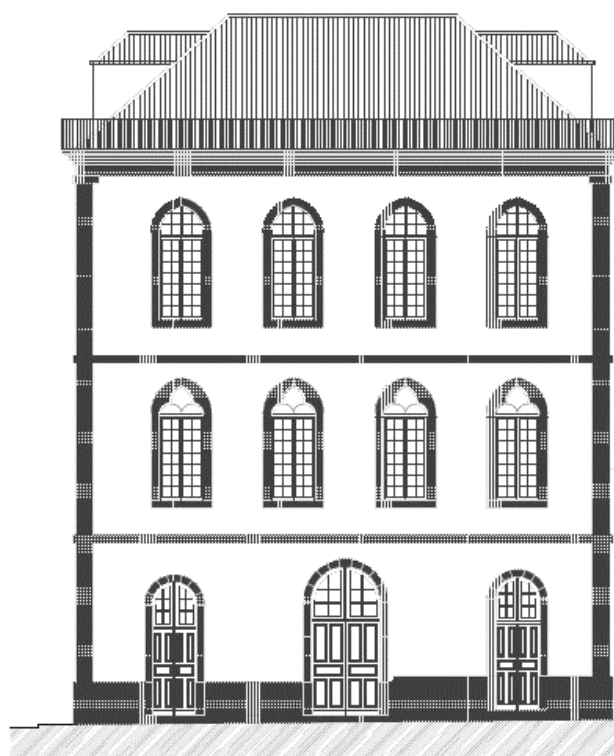


Fig.161 Alçado principal proposto – Esc. 1/200 – Autora do projeto

III. ANÁLISE

8.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência é composta por piso térreo e dois pisos superiores. O piso térreo e o 1º piso funcionavam como uma alfândega e o 2º piso como habitação. Os pisos inferiores já não eram utilizados há vários anos. O 2º piso, composto por duas habitações diferentes, sempre esteve ocupado.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

8.2 PROJETO

A intervenção consistiu em obras no piso térreo e no 1º piso, de forma a atribuir um novo uso destinado a clube musical (discoteca). O 2º piso não sofreu nenhuma alteração na organização espacial.

8.2.1 Interior

Em relação ao interior do edifício, a arquiteta refere que os acabamentos foram característicos da época de construção, tendo-se selecionado materiais de grande resistência. Na entrada principal do clube, o pavimento usado foi lajedo de granito. As instalações sanitárias e áreas de serviço foram pavimentadas em mosaico e a restante área em betonilha pintada. As paredes das instalações sanitárias, bar e copa foram revestidas em azulejo até às vergas das portas.

8.2.2 Exterior

Em relação ao exterior do edifício, foram mantidos todos os materiais já existentes. Realizou-se apenas a substituição das caixilharias dos vãos.

8.2.3 Programa

O piso térreo é composto por dois acessos diferentes: um destinado às habitações e outro ao clube de música. Este piso é ainda composto por uma zona de vestuário destinado aos funcionários; instalação sanitária para o público; cabine de DJ e pista de dança. O 1º piso é composto por galerias, instalações sanitárias e um armazém.

8.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção utilizado segundo a arquiteta responsável, foi remodelação. A autora justifica este grau, pelo facto de se ter atribuído um novo uso ao edifício.

A maioria dos autores de referência patrimonial, considera o grau reconstrução o nível mais alto das intervenções, sendo considerado um procedimento de carácter absolutamente excepcional. Em virtude da referida intervenção ter sido muito invasiva para o edifício, e uma vez que implicou a perda de valores associados à pré-existência, considera-se que o grau de intervenção adequado é reconstrução.

8.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, não foram referidos pela autora do projeto, nem identificados na análise realizada. A intervenção não respeitou as características, técnicas, materiais e organização da pré-existência. A arquiteta não preservou a autenticidade do edifício, uma vez que não manteve as suas características originais. Também não realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A intervenção não só desrespeitou as características técnicas, materiais e organização da pré-existência, como também não utilizou materiais facilmente removíveis, impossibilitando assim ao edifício voltar à sua imagem original.

8.5 VALORES PATRIMONIAIS

A intervenção não teve em consideração os valores patrimoniais. As alterações construtivas interiores, fizeram com que os valores deixassem de ser associados a este edifício. Desta forma, o edifício perdeu muita informação essencial sobre a sua história, sendo esta fundamental como testemunho do passado. O edifício manteve as suas características exteriores, substituindo apenas as caixilharias, dando assim continuidade ao valor de paisagem urbana que lhe estava associado antes da intervenção. O facto de a intervenção atribuir um novo uso ao edifício fez com que lhe sejam associados os valores funcionais, tais como o valor económico/turístico, social e uso/funcional. De acordo com a comunidade científica, os edifícios só podem ser mantidos, se tiverem

CASO DE ESTUDO 8**FICHA DE ANÁLISE**

uma função, facilitando desta forma a sua manutenção. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Não
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.162 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

8.6 NÍVEL DE IMPACTO

Quantas mais alterações forem realizadas no edifício, maior será o nível de impacto. Este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção verifica-se a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?	Quais?
Elementos dissonantes	<p>y</p> <ul style="list-style-type: none"> . Utilização de uma nova decoração, não característica da época de construção do edifício. . Utilização de materiais não reversíveis. . Demolição de elementos estruturais interiores. . Construção de uma nova organização espacial interior

y - SIM

X - NÃO

Fig.163 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

CASO DE ESTUDO 8**FICHA DE ANÁLISE**

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa todos os valores identificados na pré-existência, à exceção do valor funcional/uso, económico/turístico, social e paisagem urbana. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse o valor funcional/uso, perdidos após o abandono da pré-existência. Verificou-se que este novo uso não foi compatível com a pré-existência, porque implicou demolições no interior do edifício.

A arquiteta não realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A alteração do seu interior, fez com que se perdessem as características físicas, deixando assim de representar a época de construção do edifício.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi alto.



Fig.164 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não foi possível obter fotos da pré-existência e do resultado da intervenção.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **9**

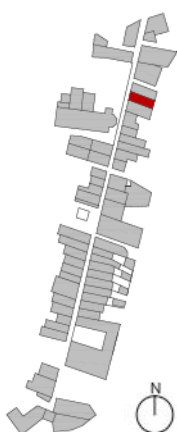


Fig. 165 Planta de Localização
Esc. 1/4000 - Diana Correia (2021)

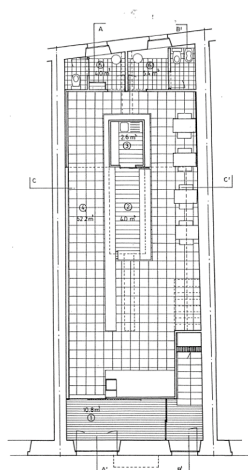


Fig. 166 Planta da proposta
S/escala - Diana Correia (2021)



Fig. 167 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Péssimo

Breve apresentação da pré-existência:

O edifício foi em tempos local de partida de diligências. Utilizado mais tarde como habitação, foi posteriormente abandonado pelo proprietário, devido às deficientes condições de habitabilidade.

Fotos da pré-existência:

Não se obtiveram fotos da pré-existência.

CASO DE ESTUDO 9**FICHA COLETA DE DADOS****II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO**

Arquiteto(a):	Pita Guerreiro - Consultores Lda.
Ano:	1994
Novo uso:	Restauração/ Bar
Graus de intervenção atribuídos:	Reconstrução

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção consiste na instalação de um similar de hotelaria, funcionando como bar no piso térreo e restaurante no 1º piso.

Fotos do resultado da intervenção:

Não se obtiveram fotos do resultado da intervenção.

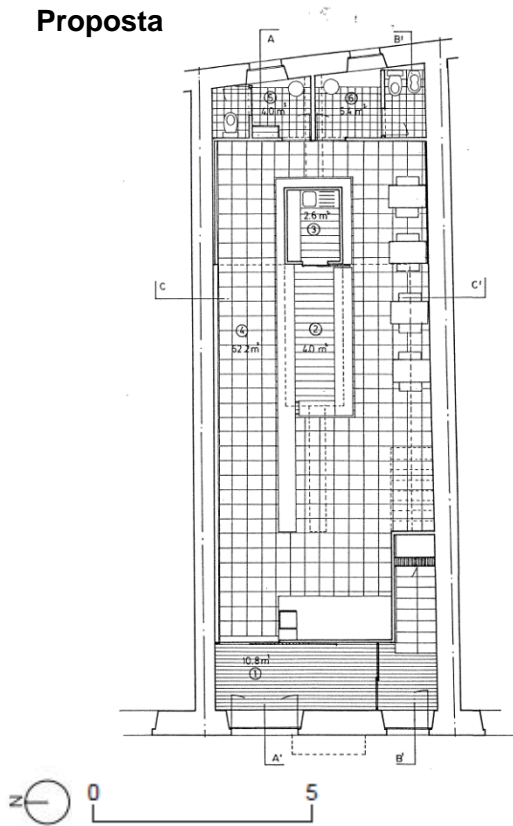
ELEMENTOS GRÁFICOS**Vermelhos e amarelos**

Uma vez que o interior do edifício estava em ruínas, não foi possível ao arquiteto da intervenção elaborar um registo sobre a pré-existência e por consequência as plantas dos vermelhos e amarelos.

CASO DE ESTUDO 9

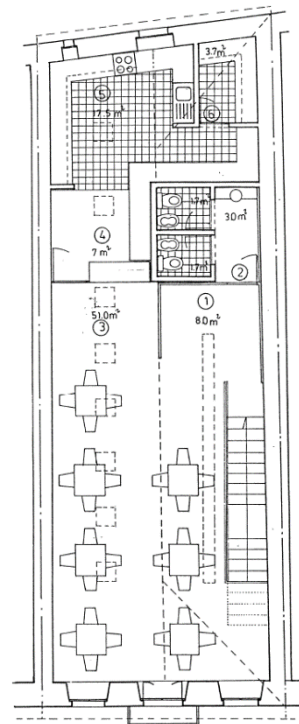
FICHA COLETA DE DADOS

Proposta



- 1_ ANTE-CÂMARA 2_ÁREA DE SERVIÇO 3_COPA
- 4_ÁREA DO PÚBLICO 5_ I.S. Homens 6_ I.S. Mulheres
- ▨ GRANITO

Fig.168 Planta rés do chão da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto



- 1_HALL 2_I.S. 3_ÁREA DO PÚBLICO
- 4_COPA LIMPA 5_COZINHA E COPA SUJA
- 6_DESPENSA

Fig.169 Planta do 1º piso da proposta - Esc. 1/200 Autor do projeto

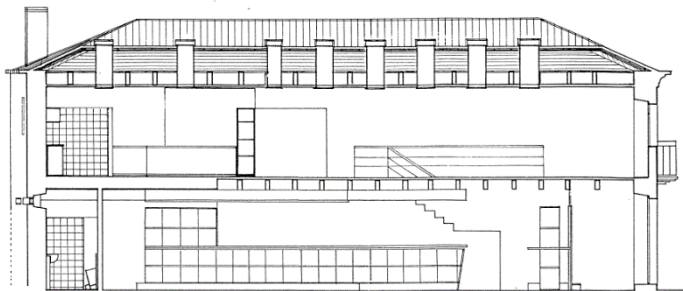


Fig.170 Corte AA - Esc. 1/200 – Autor do projeto

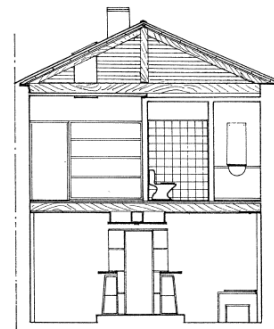


Fig.171 Corte BB- Esc. 1/200 Autor do projeto

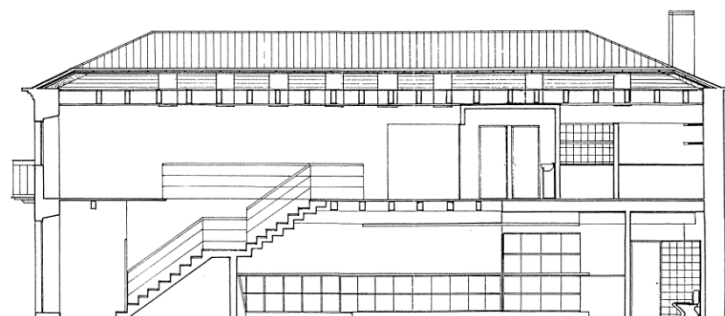


Fig.172 Corte BB - Esc. 1/200 – Autor do projeto

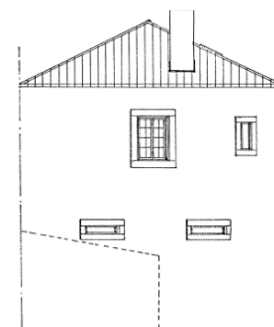


Fig.173 Alçado posterior - Esc. 1/200 Autor do projeto

CASO DE ESTUDO 9**FICHA DE ANÁLISE**

Fig.174 Alçado principal da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

III. ANÁLISE**9.1 PRÉ-EXISTÊNCIA**

A pré-existência era a habitação do seu proprietário que, devido às deficientes condições de habitabilidade, foi obrigado a mudar-se para outro edifício. A pré-existência encontrava-se parcialmente em ruínas, pela derrocada de parte do piso superior e parte do telhado. Desta forma foi essencial realizar obras, de modo a possibilitar a sua utilização.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

9.2 PROJETO

O edifício sofreu obras no exterior, sem qualquer alteração na fachada, tanto a nível dos materiais como a nível de cores e desenho. Em relação à estrutura, a intervenção recuperou as estruturas em madeira. A intervenção propôs uma reformulação funcional no edifício de forma a dar-lhe um novo uso.

9.2.1 Interior

A antecâmara foi pavimentada a lajedo de granito, dando ao edifício uma continuidade do pavimento da via pública. O balcão foi executado em mármore, ou material similar, com cobertura em madeira. Em relação ao piso térreo, o pavimento foi em tijoleira cerâmica de barro, rústica, sendo as zonas de serviço e instalações sanitárias em tijoleira idêntica. As paredes foram em granito e em reboco. Em relação ao 1º piso, o pavimento foi em soalho de madeira, exceto na zona da cozinha e instalações sanitárias, onde foi executada uma lage aligeirada e pavimentada a tijoleira cerâmica. Nas instalações sanitárias colocou-se um lambril de azulejo cerâmico até à altura de 2m. As guardas e corrimões foram realizados em madeira exótica, assim como as escadas. O teto e a cobertura foram em madeira, recuperando grande parte do travejamento existente e os tetos falsos e claraboias em pladur.

9.2.2 Exterior

Nas paredes exteriores foram recuperados todos os elementos, inclusive a cor das portas e janelas. As caixilharias foram substituídas por madeira, mantendo as características já existentes. A cobertura foi em telha de barro, do tipo aba canudo, sendo o beiral executado em telha meia cana, de acordo com o tradicionalmente executado no centro histórico de Caminha. As claraboias propostas, foram executadas em ferro no seu exterior. Foram instalados projetores junto a estas claraboias, de forma a iluminar a sala de jantar durante as horas de menos iluminação natural.

9.2.3 Programa

No piso térreo definiu-se uma antecâmara comum de acesso ao bar e ao restaurante. O bar organiza-se a partir da localização do balcão e copa, que simetricamente organizam à sua volta a zona de estar dos clientes. Ao fundo, situam-se as instalações sanitárias de apoio ao bar. O desenho do teto, concilia o estuque com o madeiramento existente, ajudando na caracterização organizacional do espaço. No 1º piso, onde se situava o restaurante, conjugou-se o estuque, a pedra, o ferro e a madeira. A copa, cozinha e despensa organizam-se funcionalmente ao fundo deste espaço. A estrutura e cobertura em madeira à vista, permite observar os métodos construtivos tradicionais. Este piso conjuga um teto falso em estuque com 6 claraboias.

CASO DE ESTUDO 9**FICHA DE ANÁLISE****9.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO**

O grau de intervenção atribuído pelo arquiteto foi reconstrução. É dos graus de intervenção mais invasivos para o edifício. Analisando a intervenção, e uma vez que o edifício estava em ruína, não sendo possível aproveitar o seu interior, atribuiu-se a esta intervenção o grau reabilitação. Ao atribuir ao edifício um novo uso, é garantido o aproveitamento dos poucos elementos originais ainda existentes, tais como as técnicas, os materiais e a sua imagem unitária.

9.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pelo autor do projeto. A partir da análise realizada à intervenção, identifica-se o princípio de neutralidade. O autor do projeto realizou uma intervenção em que garantiu a preservação de todos os componentes do edifício, podendo este continuar vivo, como um testemunho das gerações passadas. Assim, apesar da função original ser alterada, prevalece a continuidade do uso do edifício, utilizando materiais que contribuem para a harmonia entre o novo e o antigo.

9.5 VALORES PATRIMONIAIS

A intervenção teve em consideração a manutenção da imagem histórica do exterior do edifício, ao utilizar nos vãos a cor original, para que este continuasse a desempenhar um papel de testemunho de uma cultura decorativa. O arquiteto tentou recuperar alguns elementos, como grande parte do travejamento existente. É possível identificar que o arquiteto utilizou na cobertura, uma técnica construtiva tradicional, utilizada anteriormente. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, uma vez que se introduziu uma utilidade, mesmo não sendo a original. A atribuição do novo uso possibilitou o desenvolvimento económico e social da Rua Direita, sendo que o edifício passou a prestar serviços à sociedade, funcionando como lugar de encontros de indivíduos. O facto de o edifício ter uma utilidade, faz com que sejam transmitidas às gerações futuras, características da época de construção, tais como técnicas de construção do passado. O valor de paisagem urbana mantém-se, porque a intervenção garantiu a continuidade da imagem exterior do edifício, garantindo assim a leitura do conjunto edificado da Rua Direita como um todo. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

CASO DE ESTUDO 9**FICHA DE ANÁLISE**

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Sim	Sim
Social	Sim	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Sim	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig. 175 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

9.6 NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quantos mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção foram identificados elementos dissonantes.

Foram identificados?	Quais?
Elementos dissonantes	<p>y</p> <ul style="list-style-type: none"> . Utilização de materiais não reversíveis. . Construção de novos elementos na cobertura.

y - SIM**X** - NÃO

Fig. 176 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa alguns dos valores identificados na pré-existência, à exceção do valor funcional/uso, económico/turístico, social, educacional e paisagem urbana. A atribuição de um novo uso ao edifício fez com que este readquirisse os valores funcionais/uso perdidos após o abandono da pré-existência. A intervenção implicou a utilização de

materiais não reversíveis, fazendo que futuramente não seja possível a sua remoção. A intervenção manteve as características físicas da fachada, mas alterou a cobertura.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi médio.



Fig. 177 Identificação do nível de impacto - Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

- . Não existem desenhos relativos aos vermelhos e amarelos.
- . Como já foi referido, não se obtiveram fotos da pré-existência e do pós-intervenção. Desta forma, a análise foi realizada exclusivamente com os desenhos técnicos e a memória descritiva do projeto

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **10**

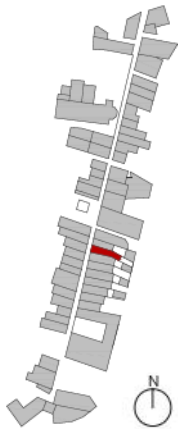
CASO DE ESTUDO 10**FICHA COLETA DE DADOS**

Fig.178 Planta de Localização
Esc. 1/4000 – Diana Correia (2021)

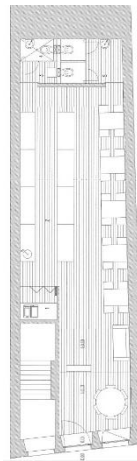


Fig. 179 Planta da proposta
S/escala- Diana Correia (2021)



Fig.180 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação/Armazém
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Bom

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência é composta por dois pisos. O piso térreo destinava-se a armazém e o 1º piso a habitação. Segundo o Plano de Reabilitação e Revitalização do centro histórico de Caminha, a fachada principal apresenta elementos dissonantes negativos que deverão ser resolvidos.



Fig. 181 Alçado frontal pré-existência - Vítor Silva (2000)

II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Arquiteto(a):	Vítor Silva
Ano:	2000
Novo uso:	Habitação/ Bar
Graus de intervenção atribuídos:	Reconversão

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção destinou-se à reconversão de um piso térreo de uma habitação unifamiliar, utilizado como armazém, em bar. A intervenção é o resultado da composição de vários elementos funcionais necessários para o novo uso, sem entrar em conflito com a estrutura existente no edifício.

Fotos do resultado da intervenção:

Não se obtiveram fotos do edifício após a intervenção.

ELEMENTOS GRÁFICOS

Vermelhos e amarelos

Não existem plantas nem alçados dos vermelhos e amarelos, apesar de haver uma alteração geométrica num dos vãos do alçado frontal.

CASO DE ESTUDO 10

FICHA COLETA DE DADOS

Proposta

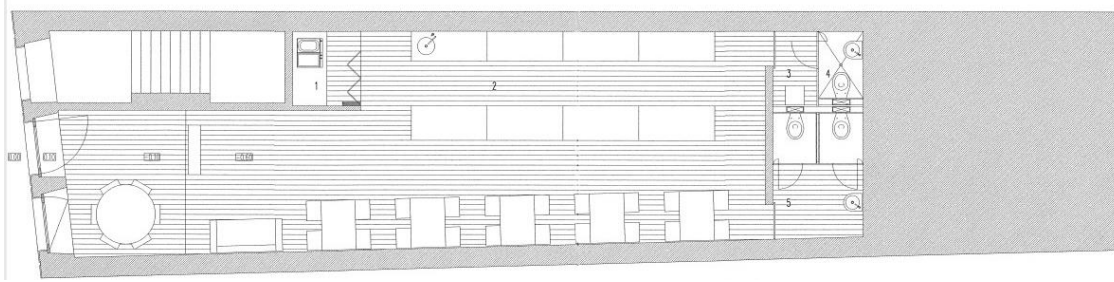


Fig.182 Planta da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

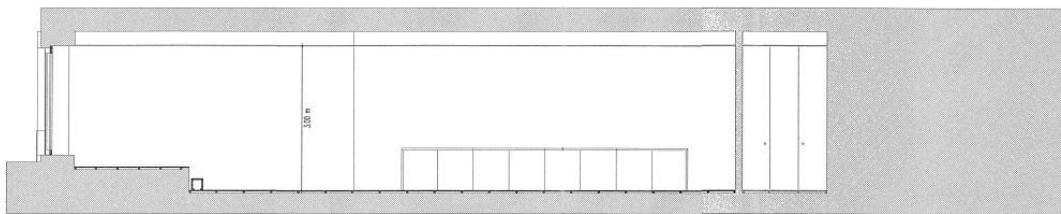


Fig.183 Corte AA - Esc. 1/200 – Autor do projeto

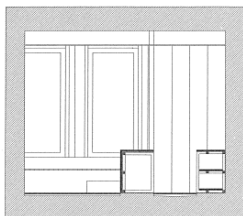


Fig.184 Corte BB - Esc. 1/200
Autor do projeto

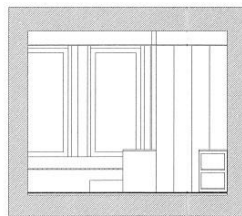


Fig.185 Corte CC - Esc. 1/200
Autor do projeto

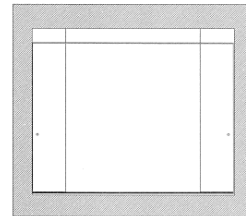


Fig.186 Corte DD - Esc. 1/200
Autor do projeto

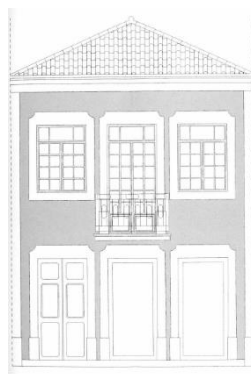


Fig.187 Alçado principal - Esc. 1/200 – Autor do projeto

III. ANÁLISE

10.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

A pré-existência é composta por piso térreo e 1º piso. No piso térreo existia um armazém que servia a habitação situada no piso superior. Como o armazém não desempenhava um papel fundamental, o proprietário decidiu arrendá-lo, de forma a ser explorado.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

10.2 PROJETO

As obras ocorreram apenas no piso térreo. Foram realizadas com o objetivo de atribuir um novo uso ao espaço, não comprometendo a estrutura do edifício já existente.

10.2.1 Interior

As paredes laterais do interior, foram revestidas a reboco areado com areia de saibro, com acabamento à cor natural, assim como na parede de fundo, atrás da qual se encontram as instalações sanitárias de serviço de apoio aos funcionários e aos utilizadores do bar, cujo pavimento foi em ardósia. As portas interiores foram executadas em madeira e pintadas posteriormente. O espaço foi insonorizado através da colocação de aglomerado negro de cortiça no teto e a utilização de vidro duplo nos caixilhos dos vãos da fachada. Os pavimentos das zonas de trabalho eram quartelados amovíveis, facilitando desta forma a limpeza e manutenção.

CASO DE ESTUDO 10**FICHA DE ANÁLISE****10.2.2 Exterior**

A fachada principal foi rebocada e pintada. O vão, transformado em janela, foi novamente aberto, devolvendo-lhe assim a sua geometria original. As caixilharias foram colocadas em madeira e posteriormente pintadas.

10.2.3 Programa

No interior, o balcão funciona como elemento organizador do espaço. Em qualquer ponto, o balcão assume a sua presença através da sua materialidade, revestido em ardósia, da sua posição e longitudinalidade reforçada pelo pavimento em tábua corrida de madeira de sucupira. Existe um primeiro patamar (mais alto) na zona da entrada, que faz a transição entre exterior e interior. O alinhamento da parede do vão de escadas de acesso ao primeiro andar, dá origem à zona de trabalho, com um espaço destinado à confeção de refeições ligeiras, onde está instalado um extrator de fumos e que pode ser encerrado.

10.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção atribuído pelo arquiteto foi reconversão. Este grau, surge pelo facto do piso térreo que se destinava a armazém, adquirir um novo uso. O arquiteto Vítor refere que reconverter é, antes de mais, reconhecer o espaço onde se intervém – a identidade tipológica, morfológica e construtiva do edifício – e com disciplina e rigor, tendo em atenção todos os pormenores construir a ideia de arquitetura que dá forma ao projeto.

Analisando a intervenção, o grau que se enquadra nesta, é restauro e reabilitação. Restauro, pelo facto de o arquiteto devolver ao edifício um estado anteriormente conhecido. Isto acontece quando o vão que foi alterado volta a ter a geometria com que foi construído, retomando desta forma o seu desenho original. O termo restauro está associado à obtenção do estado original da obra. Reabilitação, pelo facto de atribuir ao edifício um novo uso, garantindo a permanência dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

10.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pelo autor do projeto. Os princípios que se identificam nesta intervenção são: autenticidade, neutralidade, integridade e unidade. O princípio de autenticidade, pelo facto de a intervenção ter conservado os elementos significativos do edifício, como as suas fachadas, caixilharias, compartimentação interior; o princípio de neutralidade, pela utilização de materiais que respeitam e criam uma harmonia entre o existente e o novo;

CASO DE ESTUDO 10**FICHA DE ANÁLISE**

integridade, pela preservação da fábrica significativa como fachadas, organização espacial, técnicas de construção, por ser uma intervenção com o objetivo de preservar o máximo de valores da pré-existência. O princípio de unidade, pelo fato do arquiteto realizar uma intervenção em que garante a leitura original do edifício por inteiro, não colocando em causa a veracidade artística e histórica do edifício.

10.5 VALORES PATRIMONIAIS

A presente intervenção conseguiu manter os valores que estavam associados ao edifício antes da intervenção. O arquiteto Vítor, introduziu ao edifício a sua imagem antiga, ao colocar o vão que foi alterado noutra intervenção, com a sua geometria original. Esta atitude fez com que o edifício conseguisse manter as suas características de construção originais, não perdendo a sua evidência física do passado, desempenhando um papel fundamental na história do edifício. O valor de identidade mantém-se, porque o arquiteto utilizou soluções de projeto consistentes que preservam, tanto a imagem original como as técnicas construtivas do edifício. A compatibilidade dos aspetos formais e estilísticos entre a pré-existência e a intervenção, contribuiu para o valor de continuidade. A intervenção acrescentou ao edifício os valores funcionais, porque se introduziu uma utilidade ao edifício, mesmo não sendo a original. O facto de o edifício ter uma utilidade, fez com que sejam transmitidas às gerações futuras, características da época de construção, tais como técnicas de construção do passado. O valor de paisagem urbana mantém-se, garantindo a continuidade da imagem original exterior do edifício, que por consequência garante a leitura do conjunto edificado da Rua Direita como um todo. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Sim
Continuidade	Sim	Sim
Arquitetónico	Sim	Sim
Económico/Turístico	Não	Sim
Social	Não	Sim
Identidade	Sim	Sim
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Não	Sim
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig. 188 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

10.6 NÍVEL DE IMPACTO

Existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício, após a realização da intervenção. Quanto mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

Na presente intervenção não foram identificados elementos dissonantes.

Foram identificados?	Quais?	
Elementos dissonantes	X	—

Y - SIM **X** - NÃO

Fig. 189 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção não pôs em causa nenhum dos valores. A atribuição de um novo uso ao edifício fez com que este readquirisse os valores funcionais, tais como o valor económico/turístico, social e uso/funcional. Verificou-se que este novo uso foi compatível com a pré-existência, porque implicou um mínimo de alterações no edifício, de modo a adaptar-se a uma nova função e necessidades do homem atual. O arquiteto retomou o desenho da fachada principal. Não foi possível identificar, se a base deste restauro, foi fundamentada com documentos autênticos, evitando assim um “falso histórico”.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi baixo.



Fig. 190 Identificação do nível de impacto – Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

- . Não existem desenhos relativos aos vermelhos e amarelos, mesmo sabendo que houve uma alteração dimensional no vão da fachada principal.
- . Como já foi referido, não se obtiveram fotos do resultado da intervenção.

APRESENTAÇÃO DO CASO DE ESTUDO **11**

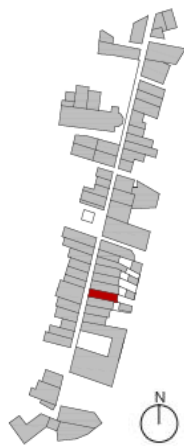
CASO DE ESTUDO 11**FICHA COLETA DE DADOS**

Fig. 191 Planta de Localização
Esc. 1/4000 – Diana Correia (2021)

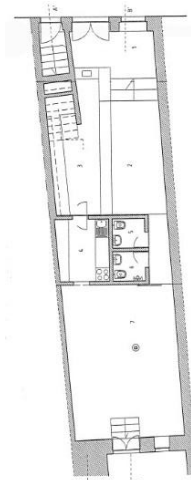


Fig. 192 Planta da proposta
S/escala – Diana Correia (2021)



Fig. 193 Fachada principal atual
Diana Correia (2021)

I. DESCRIÇÃO DA PRÉ-EXISTÊNCIA

Arquiteto:	Sem informação
Época de construção:	Até 1980
Uso:	Habitação/Arrecadação
Nível de interesse atribuído:	Imóvel de interesse público
Estado de conservação:	Razoável

Breve apresentação da pré-existência:

A pré-existência é composta por dois pisos. O 1º piso destinava-se a habitação e o piso térreo a arrecadação. Os seus proprietários, residentes no edifício, decidiram transformar a arrecadação em bar, de forma a potencializar o espaço e a manter a habitação no piso superior.



Fig. 194 Alçado frontal pré-existência – GISA

II. DESCRIÇÃO DA INTERVENÇÃO

Arquiteto(a):	Pita Guerreiro - Consultores, Lda.
Ano:	1997
Novo uso:	Habitação/ Bar
Graus de intervenção atribuídos:	Transformação

Breve apresentação da intervenção:

A intervenção consistiu em adaptar o piso térreo a um novo uso. Relativamente ao 1º piso, onde se situava a habitação, não sofreu alterações de construção.

Fotos do resultado da intervenção:

Não se obtiveram fotos do resultado da intervenção.

ELEMENTOS GRÁFICOS

Vermelhos e amarelos

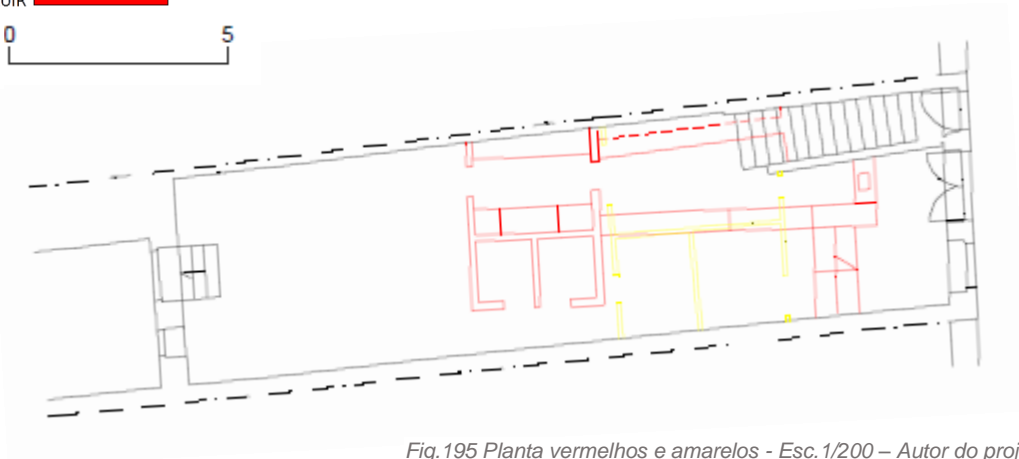


Fig.195 Planta vermelhos e amarelos - Esc. 1/200 – Autor do projeto

CASO DE ESTUDO 11

FICHA COLETA DE DADOS

Proposta

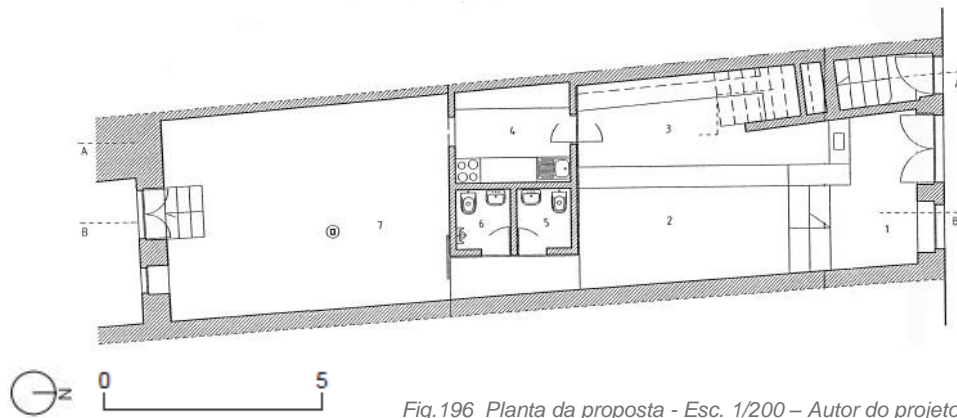


Fig.196 Planta da proposta - Esc. 1/200 – Autor do projeto

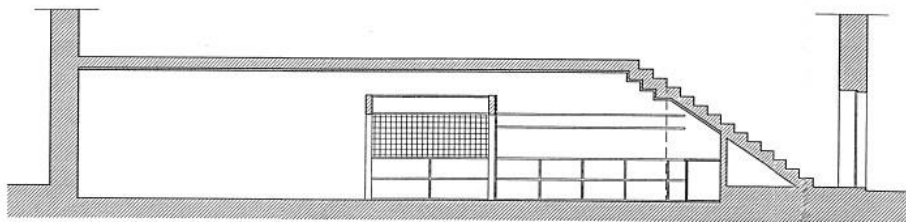


Fig.197 Corte AA - Esc. 1/200 – Autor do projeto

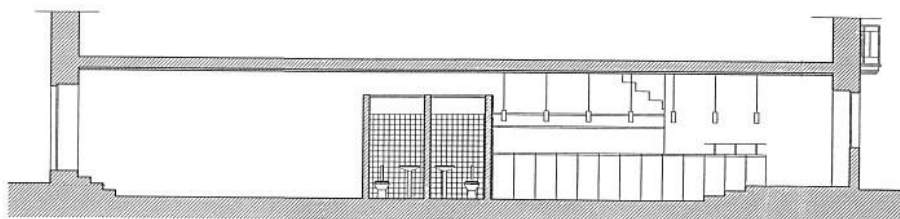


Fig.198 Corte BB - Esc. 1/200 – Autor do projeto



Fig.199 Alçado principal - Esc. 1/200 – Autor do projeto

III. ANÁLISE

11.1 PRÉ-EXISTÊNCIA

No piso térreo existia uma arrecadação que servia à habitação situada no piso superior. Os proprietários, residentes no 1º piso, decidiram tornar a arrecadação num estabelecimento de bebidas.

O edifício insere-se num conjunto edificado com valor patrimonial. É possível identificar na pré-existência os valores de continuidade e identidade. O edifício, ao longo do tempo, manteve as suas características históricas e artísticas, dando assim continuidade ao significado cultural do local, possibilitando a sua transmissão às gerações futuras. Em relação aos valores culturais, identificam-se na pré-existência o valor histórico, arquitetónico e paisagem urbana. Estes valores são observados nos distintos períodos históricos do edifício, desde o modo de vida até ao uso de materiais e técnicas de construção. O facto de o edifício ser um testemunho do passado, possibilita à sociedade atual adquirir conhecimentos e reflexões sobre a forma como se vivia e construía antigamente. Em relação aos valores funcionais, não se identificaram na pré-existência, uma vez que o edifício estava em desuso.

11.2 PROJETO

As obras ocorreram apenas no piso térreo. No exterior do edifício, apenas se realizou a pintura das caixilharias de madeira e limpeza das cantarias. O piso térreo foi rebaixado de forma a conseguir o pé direito de 3m, estabelecido legalmente. Realizou-se também um pequeno patamar de entrada. Este tinha como função, articular a rua com o interior do edifício. É a partir deste patamar, que se inicia o balcão que caracteriza e define a organização do espaço interior.

11.2.1 Interior

Os pisos foram executados em betão afagado na cor ocre. As paredes interiores foram rebocadas e pintadas a cor branca, inserindo-se ainda um lambril até à altura de 2m nas zonas de serviço, revestidas a mosaico cerâmico de cor cinza. Foram aplicados tetos falsos em placas de gesso cartonado, posteriormente pintado a cor branca. A copa foi pavimentada em betão afagado na cor ocre, revestindo as paredes com um lambril até à altura de 2m de mosaico cerâmico na cor cinza. As instalações sanitárias também foram pavimentadas a betão afagado de cor ocre, e as paredes revestidas até 2m com um lambril em mosaico cerâmico na cor cinza. O balcão de atendimento foi executado

CASO DE ESTUDO 11**FICHA DE ANÁLISE**

em mármore branco e o balcão de serviço em madeira maciça envernizado na cor natural.

11.2.2 Exterior

O exterior do edifício não sofreu alterações construtivas. Foram apenas realizados trabalhos nas caixilharias e cantarias. As caixilharias foram substituídas e pintadas em cor branca e verde e as cantarias limpas.

11.2.3 Programa

Em relação ao programa do edifício, o estabelecimento de bebidas é composto por um balcão que organiza o espaço interior do estabelecimento. A cozinha e as instalações sanitárias situam-se no meio da planta. Ao fundo do espaço, encontra-se o armazém/arrumos. As instalações sanitárias com separação de sexos, são também utilizadas pelos funcionários.

11.3 GRAUS DE INTERVENÇÃO

O grau de intervenção utilizado segundo o arquiteto responsável foi transformação. O autor não justificou o grau de intervenção utilizado. Uma vez que a intervenção foi muito invasiva para o edifício, considera-se que o grau que se enquadra nesta intervenção, é reconstrução. Este, é considerado por muitos autores, o grau mais invasivo, sendo utilizado apenas com carácter absolutamente excepcional.

11.4 PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO

Em relação aos princípios de intervenção, os mesmos não foram referidos pelo autor do projeto, nem identificados na análise realizada. O arquiteto não realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer um novo uso. Este, não preservou a autenticidade do edifício, uma vez que não manteve as suas características interiores originais. A intervenção não só desrespeitou as características técnicas, materiais e organização da pré-existência, como também não utilizou materiais facilmente removíveis, impossibilitando assim ao edifício voltar à sua imagem original. A intervenção não seguiu a mesma linguagem dos vários elementos decorativos da pré-existência.

11.5 VALORES PATRIMONIAIS

A presente intervenção não teve em consideração os valores patrimoniais. O arquiteto só manteve as características exteriores do edifício. A demolição de elementos da pré-existência e a construção de novos elementos no seu interior, fizeram com que este

CASO DE ESTUDO 11**FICHA DE ANÁLISE**

perdesse as suas características de construção originais, deixando de ser uma evidência física do passado. O arquiteto poderia ter optado por uma intervenção onde utilizasse as técnicas construtivas tradicionais originárias do edifício, como também poderia ter mantido a decoração característica da época de construção. O facto de a intervenção atribuir um novo uso ao edifício, fez com que lhe fossem associados os valores funcionais, tais como o valor social, económico/turístico e uso/funcional. Os edifícios só podem ser mantidos se tiverem uma função, facilitando desta forma a sua manutenção. Como foi referido anteriormente, o edifício manteve as suas características exteriores, dando desta forma continuidade ao valor de paisagem urbana que lhe estava associado antes da intervenção. Não se identificaram os valores simbólico/espiritual, político e arqueológico no edifício antes e depois da intervenção.

Valores identificados	Antes da intervenção	Depois da intervenção
Histórico	Sim	Não
Continuidade	Sim	Não
Arquitetónico	Sim	Não
Económico/Turístico	Sim	Sim
Social	Sim	Sim
Identidade	Sim	Não
Simbólico/espiritual	Não	Não
Político	Não	Não
Educacional	Sim	Não
Arqueológico	Não	Não
Uso/Funcional	Não	Sim
Paisagem Urbana	Sim	Sim

Fig.200 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção - Diana Correia (2021)

11.6 NÍVEL DE IMPACTO

Quantas mais alterações forem realizadas no edifício, maior será o nível de impacto. Este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício após a realização da intervenção. Quantos mais elementos dissonantes forem identificados, maior a probabilidade da perda dos valores associados ao edifício antes da intervenção.

CASO DE ESTUDO 11**FICHA DE ANÁLISE**

Na presente intervenção verifica-se a introdução de elementos dissonantes.

Foram identificados?		Quais?
Elementos dissonantes	y	<ul style="list-style-type: none"> . Utilização de uma nova decoração, não característica da época de construção do edifício. . Utilização de materiais não reversíveis. . Demolição de elementos estruturais interiores. . Construção de uma nova organização espacial.

y - SIM **X** - NÃO

Fig.201 Identificação de elementos dissonantes - Diana Correia (2021)

Assim, em relação aos valores patrimoniais, verificou-se que a intervenção pôs em causa todos os valores identificados na pré-existência, à exceção do valor funcional/uso, económico/turístico, social e paisagem urbana. A atribuição de um novo uso ao edifício, fez com que este readquirisse os valores funcionais perdidos pela falta de uso. Verificou-se que este novo uso, não foi compatível com a pré-existência, porque implicou demolições no interior do edifício. O arquiteto não realizou uma intervenção com o mínimo indispensável para o edifício exercer uma nova função. A alteração do seu interior, fez com que se perdessem as características, deixando assim de representar a época de construção.

Considera-se que o nível de impacto que a intervenção teve no edifício foi alto.



Fig.202 Identificação do nível de impacto – Diana Correia (2021)

OBSERVAÇÕES

. Não foi possível obter fotos do resultado da intervenção.

6. SISTEMATIZAÇÃO

Neste capítulo pretende-se relacionar todos os conteúdos abordados anteriormente. Será elaborada uma análise comparativa entre as intervenções que tiveram alterações de usos, articulando-a com os conteúdos desenvolvidos na fundamentação teórica. Posteriormente, identificar-se-á o impacto destas intervenções na preservação do conjunto edificado da Rua Direita.

Uso do edifício

Os usos que respeitam o carácter histórico e artístico do edifício, asseguram a continuidade da sua vida (ICOMOS, 1931). Os edifícios da Rua Direita, foram sofrendo alterações ao longo dos anos, daí a importância de se analisarem as intervenções realizadas até ao momento. Foram identificados onze casos de estudo, que correspondiam aos critérios de seleção definidos. A alteração de uso foi, na maioria dos casos, no piso térreo sem intervir nos pisos superiores do edifício.

Alteração de uso	Piso térreo	Pisos superiores
Caso de estudo 1	Sim	Não
Caso de estudo 2	Sim	Não
Caso de estudo 3	Sim	-
Caso de estudo 4	Sim	Não
Caso de estudo 5	Sim	-
Caso de estudo 6	Sim	Não
Caso de estudo 7	Sim	Não
Caso de estudo 8	Sim	Sim
Caso de estudo 9	Sim	Sim
Caso de estudo 10	Sim	Não
Caso de estudo 11	Sim	Não

Fig.203 Tabela de verificação da alteração de uso por pisos - Diana Correia (2021)

Muitos dos edifícios desempenhavam a função de lojas e habitações, antes das intervenções estudadas. Sendo a Rua Direita uma das mais antigas de Caminha, não é possível identificar, em alguns dos edifícios, qual o uso original, uma vez que não há informação suficiente. É de referir que os usos impróprios, ampliações inconvenientes e transformações abusivas ou desprovidas de sensibilidade, prejudicam a autenticidade e identidade, sendo por isso imprescindível protegê-los de todo o tipo de deteriorações (UNESCO, 1976).

A preservação do uso original do edifício, é a opção que implica menos alterações. Um edifício sem uso é de difícil manutenção. Por isso, a melhor solução, é adaptá-lo a um novo uso, desde que não implique muitas alterações (ICOMOS, 1964). Os novos usos

nos edifícios, devem respeitar e manter o caráter do lugar e os seus valores, assegurando uma manutenção regular que prolonga a vida do bem patrimonial (ICOMOS, 2018). Dos onze casos estudados, o 4, 5, 8, e 11, introduziram no edifício um uso incompatível com o original, uma vez que as intervenções realizadas, provocaram a perda de alguns dos valores identificados na pré-existência. É de notar que o próprio autor da intervenção, é quem define o impacto a ter no edifício. Em património, é importante adaptar o edifício a novos usos, mas sem comprometer os seus valores patrimoniais identificados.

Casos de estudo	O novo uso foi compatível com a pré-existência
Caso de estudo 1	Sim
Caso de estudo 2	Sim
Caso de estudo 3	Sim
Caso de estudo 4	Não
Caso de estudo 5	Não
Caso de estudo 6	Sim
Caso de estudo 7	Sim
Caso de estudo 8	Não
Caso de estudo 9	Sim
Caso de estudo 10	Sim
Caso de estudo 11	Não

Fig.204 Tabela de verificação dos usos compatíveis - Diana Correia (2021)

Em Caminha, a ARU poderia ser mais exigente em relação aos usos recomendados para os edifícios do seu centro histórico. Assim, seria possível adaptar os edifícios aos seus usos originais, garantindo desta forma uma preservação não só dos edifícios, mas também dos conjuntos patrimoniais, uma vez que estes constituem um valor cultural que deve ser preservado (ICOMOS, 1975).

Graus de intervenção

Após a análise dos casos de estudo, verifica-se que, muitos dos arquitetos têm uma interpretação distinta dos vários termos e conceitos em relação aos graus de intervenção. Por vezes, são atribuídos termos que não correspondem à intervenção realizada. A cada grau está associado um nível de uma escala operativa, que aumenta conforme a complexidade da intervenção (Stubbs, 2009). Quanto maior for a intervenção, maior é o risco para a preservação da identidade e menor a probabilidade da reversibilidade. A Carta de Cracóvia (2000) define os diferentes níveis de participação, dependendo do objeto patrimonial, e apresenta diferentes graus de intervenção. Estes são determinados pelo impacto que o arquiteto quer ter ao intervir no

edifício, pelo que se torna fundamental determinar parâmetros físicos de atuação (Orbasli, 2008). Desta forma, cada intervenção deve guiar-se por um planeamento prévio e pormenorizado, respeitando a pré-existência e garantindo a compatibilidade dos materiais, estruturas e valores existentes (ICOMOS, 2000).

No caso de estudo 1, a arquiteta definiu adaptação como grau de intervenção, pelo facto do piso térreo adquirir um novo uso. Já, nos casos de estudo 2, 4 e 8, o grau atribuído foi remodelação, também pelo facto da intervenção implicar no edifício a aquisição de um novo uso. Nos casos de estudo 3 e 6, cuja autora do projeto é a mesma, não se definiu nenhum grau de intervenção. Nos casos de estudo 5 e 9, os arquitetos definiram reconstrução como grau de intervenção. No caso de estudo 7, a recuperação foi definida como grau, mas sem qualquer justificação. No caso de estudo 10, a reconversão foi o grau atribuído, justificando-o perante o novo uso dado ao piso térreo. Por fim, no caso de estudo 11, o arquiteto definiu transformação como grau desta intervenção, sem qualquer justificação.

Após análise das intervenções, concluiu-se que seis dos onze casos de estudo, realizaram uma intervenção de reabilitação, uma vez que os edifícios recuperaram a sua habitabilidade, devido ao conjunto de melhorias físicas que proporcionaram uma utilização adequada a uma estrutura vazia ou inutilizada.

Graus de intervenção	Identificação do grau de intervenção
Caso de estudo 1	Reabilitação
Caso de estudo 2	Reabilitação
Caso de estudo 3	Reabilitação
Caso de estudo 4	Reconstrução
Caso de estudo 5	Reconstrução
Caso de estudo 6	Reabilitação
Caso de estudo 7	Reconstrução
Caso de estudo 8	Reconstrução
Caso de estudo 9	Reabilitação
Caso de estudo 10	Restauro e Reabilitação
Caso de estudo 11	Reconstrução

Fig.205 Tabela de verificação dos graus de intervenção após análise das intervenções - Diana Correia (2021)

Um edifício apesar de restaurado, se não tiver uso, é de difícil manutenção, ficando por isso condenado a novos processos patológicos, que aumentam a sua deterioração. É fundamental abrir a reabilitação a outros usos integrativos, respeitando os espaços originais e a estrutura (Correia, 2009).

No caso de estudo 10, identifica-se o grau de restauro, porque o arquiteto optou por uma intervenção onde recriou a imagem original do edifício. De acordo com isto, importa referir a opinião de Correia (2018), que define restauro como a restituição de elementos que permitem reviver a unidade formal. O restauro deve ser utilizado com caráter excecional e deve revelar o valor histórico e estético do edifício, devendo fazer-se acompanhar por estudos históricos e arqueológicos (ICOMOS, 1964).

Os restantes cinco casos de estudo, realizaram uma reconstrução do interior do edifício. Este grau é muito invasivo, por isso só deve ser utilizado excecionalmente, em situações extremas, como guerras ou catástrofes, pelo ato de reerguer uma estrutura que se encontrava parcial ou completamente em colapso, utilizando na sua maioria materiais originais (Stubbs, 2009),

Princípios de intervenção

Apesar dos autores não mencionarem os princípios de intervenção, é possível identificá-los através da análise às intervenções. O princípio de autenticidade, neutralidade e integridade, aplicou-se em todas as intervenções que não realizaram demolições no interior do edifício. O princípio de unidade está presente em todas as intervenções, expeto nos casos de estudo 4, 5, 7, 8, 9 e 11. Considerou-se o princípio de reversibilidade e mínima intervenção nos casos de estudo 1 e 3.

Princípios de intervenção	Casos de estudo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Autenticidade	•	•	•			•				•	
Reversibilidade	•		•								
Mínima intervenção	•		•								
Unidade	•	•	•			•				•	
Neutralidade	•	•	•			•			•	•	
Integridade	•	•	•			•				•	

Fig.206 Tabela de verificação dos princípios de intervenção - Diana Correia (2021)

O somatório das características historicamente provadas e as várias transformações que ocorreram no tempo, desde o estado original até aos dias de hoje, define o princípio

de autenticidade. Atualmente, esta definição está desatualizada, uma vez que se dá mais importância ao estado, à forma ou ao uso da estrutura original do edifício. É difícil remeter o edifício apenas a uma época ou a uma tipologia em relação à qual seja autêntico, uma vez que os edifícios são modificados com a repetição de soluções que funcionaram em edifícios semelhantes, sobrepondo-se às soluções das épocas anteriores (Giacomi e Póvoas, 2011). É um dever manter a autenticidade e integridade em qualquer intervenção, como forma de garantir o acesso às características originais e os seus valores às gerações futuras (ICOMOS, 2018). A conservação dos elementos significativos das pré-existências, como a tipologia original, quer das fachadas quer do interior, garantiu o princípio de autenticidade. Os casos de estudo 1, 2, 3, 6 e 10, conservaram as caixilharias exteriores, bem como outros elementos, tanto estruturais como revestimentos. Nos restantes casos de estudo, não se verificou este princípio, porque os autores dos projetos realizaram demolições no interior.

Em relação ao princípio de integridade, considerou-se que este foi especialmente conservado nos casos de estudo 1, 2, 3, 6, e 10, pelo facto destas intervenções terem preservado a fábrica significativa das pré-existências, como as fachadas, a organização espacial, as técnicas de construção e os materiais.

O princípio de reversibilidade, reflete-se nos casos de estudo 1 e 3, porque as intervenções conservaram os elementos construtivos originais e utilizaram materiais e técnicas com características próximas às da pré-existência, de forma a criar uma harmonia entre o existente e o novo. Utilizaram-se ainda materiais facilmente reversíveis, de forma a dar oportunidade a que estes possam futuramente ser removidos, dando ao edifício a sua imagem anteriormente conhecida. Este é um dos princípios mais difíceis de ser utilizado.

Apesar do princípio de mínima intervenção ser difícil de aplicar em intervenções com alteração de uso, devido à complexidade de adaptar o edifício a um novo programa, verificou-se que os casos de estudo 1 e 3, conseguiram realizar uma intervenção que respeitou ao máximo todas as características, fazendo com que o novo uso fosse compatível com a pré-existência. Uma mínima intervenção baseia-se em fazer o máximo necessário e o mínimo possível (ICOMOS, 2018). Segundo Correia (2009), este princípio facilita a reversibilidade da intervenção, bem como a preservação da sua autenticidade.

O princípio de unidade manifestou-se nos casos de estudo 1, 2, 3, 6, e 10, em virtude de as intervenções terem garantido a leitura original do edifício por inteiro, dando assim continuidade à sua imagem original.

Em relação ao princípio de neutralidade, verificou-se que os casos de estudo 1, 2, 3, 6, e 10, realizaram uma intervenção com o objetivo de preservar o máximo de valores da pré-existência, que apesar de alterar a sua função original, prevaleceu a continuidade do uso do edifício, utilizando materiais que contribuem para a harmonia entre o novo e o antigo.

Dos onze casos de estudo, não foi possível identificar os princípios de intervenção em cinco deles. Sempre que há uma reconstrução integral do interior do edifício, não há uma definição dos princípios de intervenção na hora de intervir.

Valores e significados

A presente análise dos valores, consistiu em comparar os valores identificados antes e depois da intervenção, a qual atribuiu ao edifício um novo uso. Assim, irá comprovar-se de que forma os novos usos podem pôr em causa os valores identificados na pré-existência, podendo estes ser mantidos, perdidos ou adicionados. Estabelece-se também neste capítulo, uma análise comparativa em relação aos valores dos vários casos de estudo, antes e depois das intervenções estudadas no capítulo 5. Os valores emocionais e culturais estão geralmente associados à pré-existência. O facto de os casos de estudo estarem localizados no centro histórico de Caminha e representarem uma comunidade à qual se deve garantir a permanência da memória do lugar ao longo dos anos, são-lhes atribuídos valores culturais, tais como: histórico, arquitetónico, identidade e continuidade. Assim, é possível identificar o valor do conjunto do edificado da Rua Direita. Cada edifício que caracteriza este conjunto, possui valores que devem ser preservados como um testemunho do passado, que deve chegar às gerações futuras. Observa-se que todos os casos de estudo, antes da intervenção, não possuíam valores funcionais/uso, pelo facto de estarem numa situação de abandono ou inutilizados. Assim, estes edifícios, além de não representarem o valor funcional/uso, também não representam o valor económico/turístico, social e educativo, uma vez que a falta de uso no edifício, faz com que este não tenha uma utilidade na sociedade.

A seguir será apresentada uma tabela, onde se expõem os valores mantidos e adicionados, após a intervenção que implicou um novo uso no edifício.

Valores	Casos de estudo										
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Identidade	•	•	•			•				•	
Continuidade	•	•	•			•				•	
Simbólico/espiritual											
Histórico	•	•	•			•				•	
Arquitetónico	•	•	•			•				•	
Arqueológico											
Uso/funcional	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Económico/turístico	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Social	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•	•
Educacional	•	•	•			•			•	•	
Paisagem urbana	•	•	•	•		•	•	•	•	•	•

Fig.207 Tabela de verificação dos valores mantidos após intervenção - Diana Correia (2021)

Ao analisar os onze casos de estudo, verificou-se que cinco das intervenções provocaram uma perda de valores que caracterizavam o edifício antes da intervenção. Esta perda surge pela reconstrução integral do interior. Destes cinco, apenas um não manteve as características físicas da fachada. Embora os restantes quatro tenham mantido essas características, isso não garante que os valores associados à pré-existência sejam preservados.

Em todos os casos de estudo, os autores dos projetos não referem que valores pretendem que sejam preservados. Para que a intervenção em património seja um sucesso, é necessário que numa fase inicial, seja realizada uma avaliação dos significados e valores, tanto da pré-existência como do conjunto edificado. Apesar dos arquitetos não terem referido os valores patrimoniais do edifício, foi possível a partir do tipo de intervenção realizada, identificar o que cada um quis preservar no edifício.

Em relação ao valor de identidade, observa-se que este permanece nas intervenções que conservam os elementos significativos da pré-existência. Desta forma, considera-se que os elementos que dão uma identidade ao edifício, são aqueles que possuem valores históricos e arquitetónicos na pré-existência. Assim, a relação entre o valor de identidade com a memória histórica, dá lugar ao valor de continuidade, estabelecendo-

se assim a permanência dos elementos construtivos de valor arquitetónico que define o edifício, garantindo a preservação tanto da identidade como do conjunto edificado. Por vezes, considera-se que o valor de identidade está presente nos edifícios em que apenas se mantêm as suas fachadas. Na presente análise, o valor de identidade está presente em todo o edifício, desde o interior até ao exterior, porque se considera que o mais correto é realizar uma análise que engloba o conjunto do edifício. Desta forma, os casos de estudo 4, 7, 8, 9 e 11, mantiveram as fachadas, mas demoliram parte ou a totalidade do interior do edifício, perdendo assim o valor de identidade. O caso de estudo 5, não só demoliu o interior do edifício, como alterou significativamente a fachada principal. O valor de continuidade é identificado sempre que a intervenção garante a permanência da forma e estilo dos diferentes elementos construtivos que caracterizam o edifício. Assim sendo, todos os casos de estudo que mantiveram os edifícios com as suas características originais, possuem este valor de continuidade.

Entende-se que o valor histórico e arquitetónico está presente nas intervenções dos casos de estudo 1, 2, 3, 6 e 10, porque os arquitetos preservaram todos os elementos das fachadas e interiores, mantendo o edifício como um testemunho do passado para as gerações futuras.

Em relação ao valor de uso/funcional, não foi identificado nas pré-existências dos casos de estudo, uma vez que estas se encontravam abandonadas ou inutilizadas. Com a atribuição de um novo uso ao edifício, foi possível identificar o valor económico, educacional e social. Os valores simbólicos/espirituais, políticos e arqueológicos não foram identificados nas pré-existências, nem após a realização das intervenções.

Atualmente, dos onze casos de estudo, apenas o 3 e 7 se encontram em desuso. O caso de estudo 3, sofreu a intervenção em 2002 e o caso de estudo 7, em 1997. Conclui-se que por vezes, o facto de se alterar o uso do edifício, não garante que o mesmo seja utilizado para sempre. Desta forma, antes de se intervir, é importante analisar vários fatores, de modo a não comprometer os valores da pré-existência.

Nível de impacto

O nível de impacto das intervenções é definido a partir do tipo de intervenção que foi realizada no edifício. Considera-se que existe impacto sempre que se intervém no edifício, podendo este ser qualificado como baixo, médio ou alto. Quantas mais alterações forem efetuadas, maior será o nível de impacto. Por isso, este é definido pelos elementos dissonantes identificados no interior, exterior e estrutura do edifício após a realização da intervenção

Interior

Em relação ao interior do edifício, verifica-se que dos 11 casos de estudo, 7 deles só alteraram minimamente a compartimentação interior. Os outros 5, demoliram todo o interior ou partes do mesmo, para posterior reconstrução. O caso de estudo 1, inserido no conjunto dos 7, foi o que implicou uma maior intervenção na compartimentação, pelo facto de a pré-existência não possuir nenhuma organização espacial. As paredes interiores foram construídas em pladur, para que o impacto no edifício fosse o menor possível. No conjunto dos 5 casos que demoliram todo o interior ou parte dele, 4 desses utilizaram materiais reversíveis, não influenciando a estrutura do edifício. Nenhum caso de estudo utilizou os materiais existentes.

Verifica-se que muitas das intervenções alteraram os revestimentos interiores, tais como a substituição das portas. Apesar dos casos de estudo referirem nas memórias descritivas que aplicaram novos revestimentos, desconhece-se se a compatibilidade dos novos materiais foi assegurada, de forma a que não entrassem em conflito com os materiais já existentes. É de salientar, que as novas intervenções devem preservar todas as que foram realizadas anteriormente. Quando se utilizam novos materiais, a sua aplicação deve ser cientificamente testada, de modo a não entrar em conflito com os materiais existentes (ICOMOS, 1964).

Compartimentação interior	Mantém a compartimentação interior	Utiliza materiais compatíveis
Caso de estudo 1	Não	Sim
Caso de estudo 2	Sim	-
Caso de estudo 3	Sim	-
Caso de estudo 4	Não	Não
Caso de estudo 5	Não	Não
Caso de estudo 6	Sim	Sim
Caso de estudo 7	Não	Sim
Caso de estudo 8	Não	Não
Caso de estudo 9	Não	Não
Caso de estudo 10	Sim	Sim
Caso de estudo 11	Não	Não

Fig.208 Tabela de verificação da compartimentação mantida e utilização de materiais compatíveis - Diana Correia (2021)

Exterior

Em relação ao exterior dos edifícios, todos os casos de estudo mantiveram as paredes portantes, materiais e métricas. Através dos vermelhos e amarelos e das fotos do antes e depois da intervenção, observa-se que um caso de estudo alterou a fachada. Este

removeu a estrutura de azulejo existente, alterando desta forma a imagem original do edifício. Esta intervenção originou um alto impacto, quer pela remoção do material, quer pela imagem que o edifício deixou de transmitir como identidade do conjunto edificado.

O caso de estudo 10, também interveio no exterior do edifício, com o objetivo de repor a um dos vãos as suas dimensões originais, visto que tinham sido alteradas numa intervenção anterior. O arquiteto restituiu ao edifício a sua imagem original. No caso de estudo 6, a arquiteta alterou a dimensão de um vão, justificando-a pela atribuição do novo uso ao edifício. É importante salientar que, quando se altera o uso do edifício, devem ser garantidas as características das fachadas existentes.

Nos casos de estudo 1, 6, e 11, as caixilharias foram mantidas. Embora os casos 2, 3, 4, 7, 8, 9 e 10, não tenham mencionado a substituição das caixilharias nos desenhos dos vermelhos e amarelos, verificou-se através da memória descritiva do projeto e das fotos do antes e depois da intervenção, que as mesmas foram substituídas.

O caso de estudo 5 foi o único que referiu em desenho a substituição das caixilharias. Uma vez que é difícil recuperar as caixilharias de madeira, todos os casos utilizaram novas caixilharias, mantendo a madeira como material, e também o seu desenho original. Nenhuma das intervenções adicionou portadas exteriores ou estores.

Caixilharias	Mantém as caixilharias existentes
Caso de estudo 1	Sim
Caso de estudo 2	Não
Caso de estudo 3	Não
Caso de estudo 4	Não
Caso de estudo 5	Não
Caso de estudo 6	Sim
Caso de estudo 7	Não
Caso de estudo 8	Não
Caso de estudo 9	Não
Caso de estudo 10	Não
Caso de estudo 11	Sim

Fig.209 Tabela de verificação das caixilharias - Diana Correia (2021)

Estrutura

Em relação à estrutura, verifica-se que apenas o caso de estudo 8 interveio nela. Existem dois casos de estudo que realizaram uma abertura de vão, que de certa forma põe em causa a estrutura do edifício.

No que se refere à cobertura, apenas o caso de estudo 11 interveio na mesma, pelo facto de se apresentar em mau estado de conservação.

O nível de impacto que as intervenções têm sobre o edifício, surge da forma como o arquiteto intervém nele. Verifica-se que dos 11 casos de estudo, 4 tiveram um impacto alto e 4 um impacto baixo na intervenção. O impacto baixo por vezes pode estar associado apenas à substituição de revestimentos.

Nível de impacto	Escala do impacto
Caso de estudo 1	Baixo
Caso de estudo 2	Baixo
Caso de estudo 3	Baixo
Caso de estudo 4	Alto
Caso de estudo 5	Alto
Caso de estudo 6	Médio
Caso de estudo 7	Médio
Caso de estudo 8	Alto
Caso de estudo 9	Médio
Caso de estudo 10	Baixo
Caso de estudo 11	Alto

Fig.210 Tabela de verificação do nível de impacto das intervenções - Diana Correia (2021)

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 CONCLUSÕES ESPECÍFICAS

Após toda a análise e sistematização realizada nos capítulos anteriores, pretende-se com o presente capítulo concluir a investigação, dando resposta explícita aos objetivos definidos na dissertação.

Neste âmbito, no que diz respeito ao primeiro objetivo, pretendia-se “inventariar as intervenções patrimoniais que implicaram uma alteração de uso na Rua Direita de Caminha”. Para isso, foi necessário identificar os graus de intervenção que se propuseram nas intervenções e verificar se estes respeitaram os fundamentos teóricos da intervenção em património.

O inventário realizado possibilitou um registo de informação sobre o conjunto edificado da Rua Direita, o que até ao momento não existia. Desta forma, foi possível conhecer as características mais representativas deste património, possibilitando a adoção de medidas de salvaguarda, recuperação e valorização deste conjunto edificado.

No inventário realizado, verificou-se que na Rua Direita, entre 1950 e 2020, registaram-se 97 intervenções em edifícios de domínio privado. O seu aumento foi progressivo, tendo atingido o seu pico em 2000. Desde aí, até aos dias de hoje, o número de intervenções realizadas foi diminuindo. Neste inventário, foi possível identificar os seguintes dados: ano da intervenção, localização do edifício, requerente, arquiteto responsável, grau de intervenção e descrição da intervenção. Em relação aos graus de intervenção, até 2000 a tendência era não os definir, prevalecendo desta forma como “desconhecido”. Entre 1980 e 2020, verificou-se uma maior diversidade nos termos utilizados, surgindo termos defendidos por autores de referência em património.

O grau e a descrição da intervenção, possibilitaram a identificação das intervenções que implicaram a introdução de um novo uso no edifício. A primeira alteração de uso registou-se em 1989 e derivou de uma remodelação e ampliação. O maior número de alterações de uso, decorreu entre 1990 a 2000. Assim, das 97 intervenções realizadas na Rua Direita, apenas 13 introduziram no edifício um novo uso.

Uma vez que a investigação se centra nos novos usos dos edifícios da Rua Direita de Caminha, definiram-se critérios de seleção para posterior análise detalhada das intervenções. Das 13 intervenções que adquiriram um novo uso, só 11 respondiam aos critérios de seleção definidos.

Verificou-se que a maioria dos novos usos nos edifícios da Rua Direita, destinaram-se a bares e restaurantes. É possível identificar que 36% dos edifícios analisados

passaram de habitações e lojas, para exercer a função de restaurantes. Em relação às habitações e armazéns, verificou-se que 27% dos edifícios analisados passaram a ter a função de bares. O edifício que desempenhava a função de alfândega, passou a ser utilizado como discoteca.

Apesar de todas as intervenções estudadas implicarem um novo uso no edifício, foram-lhes atribuídos pelos arquitetos responsáveis dos projetos, graus de intervenção diferentes. Desta forma, verifica-se que existia no período referido, uma confusão de terminologia e de conceitos entre alguns arquitetos. Por vezes, são atribuídos termos que não correspondem à intervenção realizada. Assim, verificou-se que muitas das intervenções não seguiram as bases do património internacionalmente aceites. Entende-se que existe uma lacuna sobre o conhecimento da teoria da conservação e do restauro, abordada nas recomendações e nos documentos internacionais sobre património.

Perante uma análise própria, fundamentada na revisão teórica abordada no capítulo 2, constata-se que na realidade, 55% das intervenções estudadas são reabilitações, pelo facto de proporcionarem um novo uso a uma estrutura que se encontrava obsoleta. Verificou-se que a aquisição de um novo uso nos casos de estudo de reabilitações, foi o mais próximo possível do uso original, assegurando desta forma uma intervenção com uma perda mínima de valores culturais. Já, o grau de reconstrução, foi utilizado em 45% das intervenções realizadas e estudadas. Justifica-se a utilização deste, quando há uma reconstrução do interior do edifício, o que implica uma perda dos seus valores associados. Esta é uma prática que deve ser evitada, porque a perda dos valores põe em causa a preservação do património arquitetónico da Rua Direita. O caso de estudo 10, além de estar associado ao grau de intervenção de reabilitação, também se define como um restauro, pelo facto do arquiteto restituir ao edifício a sua imagem original.

A partir do objetivo anterior, foi possível obter informação para responder ao segundo objetivo desta dissertação, que consiste em “avaliar o impacto das intervenções com alteração de uso na preservação do conjunto edificado da Rua Direita”.

Pretendia-se identificar se a alteração de uso nos edifícios originou uma descaracterização neste conjunto e o respetivo impacto. Para isso foi necessário analisar todas as intervenções realizadas e verificar se os valores identificados na pré-existência foram mantidos.

Importa referir que o centro histórico de Caminha, revela um importante testemunho de características arquitetónicas que representam modos de vida e técnicas construtivas de gerações anteriores. Verificou-se, a partir dos dados do Instituto Nacional de Estatística, que o edificado deste conjunto histórico continua a apresentar um certo grau de degradação e abandono. Constata-se que, a maioria dos edifícios em mau estado de conservação do conjunto do centro histórico de Caminha, se localiza na Rua Direita. Assim, a introdução de novos usos pouco ou nada contribuiu para a preservação deste conjunto edificado.

Após a análise das intervenções, verificou-se que há dificuldade em reconhecer no edifício, o que deve ser preservado ou não. Daí a importância de se ter o apoio da fundamentação teórica, para posterior identificação daquilo que interessa preservar. No entanto, verificou-se que nem sempre o arquiteto consegue identificar o que corresponde ao original. Por vezes, os edifícios vão sofrendo alterações que descaracterizam a pré-existência. Por isso, cabe a este ter a sensibilidade de identificar o que é autêntico e reconhecer os valores que devem ser preservados, para se repor ou dar continuidade à identidade do edifício.

Na análise dos casos de estudo, constatou-se que 36% tiveram um elevado impacto sobre o edifício. Os arquitetos realizaram uma reconstrução integral do interior do edifício, resultando na perda da sua autenticidade e identidade. No caso de estudo 5, alterou-se ainda a fachada da pré-existência, alterando-lhe a sua materialidade. Esta é uma ação que faz com que o edifício seja descaracterizado da sua época de construção e perca as características que o identificam como conjunto do edificado da Rua Direita. Os casos de estudo considerados de baixo nível de impacto, estão associados por vezes, a uma intervenção de substituição de revestimentos. Muitas vezes, este tipo de intervenção justifica-se pelo mau estado dos revestimentos, obrigando desta forma à sua substituição.

É importante referir a ação de restauro da intervenção ocorrida no caso de estudo 10, em que o arquiteto volta a atribuir ao edifício a sua imagem original, não deixando de ser uma evidência física do passado, continuando a desempenhar um papel fundamental na história deste conjunto edificado.

Reconhece-se que algumas das intervenções estudadas, ao adaptarem o edifício a um novo uso, conseguem garantir os valores associados ao mesmo, realizando uma intervenção com o mínimo indispensável. Por vezes, esta atitude dos arquitetos, é fruto de um senso comum, em nada fundamentado num saber teórico presente nas

recomendações e documentos internacionais sobre o património. Cada edifício situado na Rua Direita possui um conjunto de valores que devem ser preservados. Em ações de reconstrução, a manutenção da imagem exterior do edifício (fachadismo), não garante a continuidade de todos os valores que lhe estavam associados. É de salientar, que o facto de a intervenção manter o exterior do edifício, faz com que haja, pelo menos, uma continuidade do valor de paisagem urbana no conjunto edificado da Rua Direita.

A importância da utilização dos princípios de intervenção, baseia-se na preservação dos valores pré-existentes nos edifícios, que podem ser postos em causa nas intervenções de alteração de uso. Assim, na presente investigação, verifica-se que o princípio de autenticidade depende da conservação dos elementos originais da pré-existência, evitando demolições. Para isso, devem manter-se preservados os elementos arquitetónicos que constituem o edifício, mesmo que se considere a adição de arquitetura contemporânea.

O princípio de integridade está presente, sempre que não se altera a essência do edifício, nem dos seus elementos originais, uma vez que transmitem o significado e preservação da identidade dos edifícios. Este princípio não se verifica nas intervenções que alteram o interior e mantêm apenas as fachadas.

A possibilidade de reverter intervenções realizadas em edifícios, associa-se ao princípio de reversibilidade. Este, está presente em algumas intervenções estudadas, quando os materiais utilizados possam ser retirados, possibilitando que o edifício volte ao seu estado original. Desta forma, este princípio é extremamente importante para preservar o significado do património.

O princípio de mínima intervenção é difícil de se aplicar em intervenções com alteração de uso, devido às alterações que por vezes o edifício necessita para se adaptar a uma nova função.

Nas entrevistas exploratórias realizadas (anexo1), entendeu-se que a alteração de usos dos edifícios para bares na Rua Direita, foi uma menos-valia para a identidade social. Todos os entrevistados consideraram que a identidade da rua foi perdida, no momento em que os moradores deixaram as suas habitações, devido à abertura dos bares. Além do edificado do centro histórico de Caminha se destinar a segundas residências (casas de férias), a introdução dos bares afastou os seus moradores e por consequência os comerciantes, acabando por tornar a rua naquilo que é nos dias de hoje – uma rua com dificuldades em fixar novos habitantes. O facto de os edifícios terem ficado sem uso,

acelerou a sua degradação. Como refere a comunidade científica, um edifício sem uso é um edifício de difícil manutenção.

Nas entrevistas realizadas, foram identificados os valores emocionais. A Rua Direita faz parte de um conjunto edificado que é um testemunho histórico que representa uma forma de vida do passado e que deve ser preservada, garantindo desta forma que chegue às gerações futuras. Espera-se que haja uma vontade de ocupar novamente o edificado da Rua Direita de Caminha, preservando a sua autenticidade e identidade. Para isso, é importante fixar novos habitantes, evitando desta forma a degradação dos edifícios.

7.2 CONCLUSÕES GERAIS

Atualmente, os centros históricos estão sujeitos a processos de transformação, que por vezes resultam na sua descaracterização. O edificado dos centros históricos possui características arquitetónicas específicas, que representam modos de vida e técnicas construtivas de gerações passadas que devem ser preservadas, de forma a chegarem às gerações futuras no seu estado mais original.

Tem-se verificado que a solução para combater o estado de degradação destes edifícios, é atribuir-lhes um uso que pode não ser o original. Assim, o ato de reabilitar, assume nos dias de hoje, um papel fundamental na continuidade da vida destes edifícios. Por isso, é importante que as intervenções desta índole não comprometam os valores patrimoniais identificados, não comprometendo assim a autenticidade e identidade deste conjunto patrimonial.

As intervenções que implicam novos usos nos edifícios dos centros históricos, são atualmente desafiadas pela capacidade de como estes edifícios se adaptam a um novo uso e às necessidades atuais, sem comprometer os valores e características que o tornam tão rico e lhe dão uma identidade. Por vezes, estas intervenções baseiam-se em reconstruções, que apenas mantêm as fachadas, demolindo o interior do edifício, como se este não fosse digno de valor e preservação. É importante evitar este tipo de ações e fazer entender a todo o público alvo, que o interior do edifício, tem tanto valor como as suas fachadas. Não esquecendo que o edifício deve ser visto sempre como um todo e não como um somatório de partes.

Por vezes, o mau estado de conservação de um edifício, leva a que este fique sujeito a intervenções mais invasivas. Desta forma, a realização de um diagnóstico é predominante para se avaliar o estado de degradação, não comprometendo o edifício a

demolições que possam implicar na perda dos seus valores. Isto, porque a maioria das reconstruções realizadas até ao momento, são sem fundamento e sem qualquer tipo de análise. Cabe salientar, que o elevado estado de degradação, também compromete a identificação dos valores do edifício, ainda mais se este ao longo dos anos sofreu alterações que o descaracterizam. Deste modo é importante, antes da intervenção, realizar um levantamento e análise aprofundada para não tomar decisões que possam pôr em causa os valores identificados. A intervenção deve basear-se num conhecimento aprofundado e especializado em várias áreas. Assim, a adaptação dos centros históricos às necessidades contemporâneas, deve garantir um equilíbrio e respeito pela pré-existência e pelo conjunto onde se insere, sem comprometer a sua autenticidade e identidade.

É importante, antes de intervir, realizar uma análise ao edifício, para entender se este tem capacidade de exercer uma nova função, sem pôr em causa os valores que lhe estão associados. Assim, importa referir que não é o edifício que se deve adaptar a um novo uso, mas sim o programa ao edifício.

Os valores culturais estão sempre associados à pré-existência. Verifica-se que os edifícios que não têm qualquer uso, carecem dos valores funcionais, tais como o valor de uso/funcional, económico/turístico, social e educacional. Portanto, os valores funcionais são adicionados aos edifícios, depois da intervenção atribuir um novo uso.

A presente investigação é um contributo científico, com um tema relevante para a reabilitação dos centros históricos. Esta, possibilitou a recolha de informação sobre o património da Rua Direita de Caminha, que tem sido alvo de uma degradação rápida e constante, devido à falta de uso ou incorreta utilização dos edifícios. Denota-se assim, a necessidade de sensibilização e consciencialização ao público, como forma de preservar a identidade deste conjunto edificado, visto já ter perdido algumas das suas características originais. Assim, esta dissertação, possibilitou uma chamada de atenção ao Município de Caminha, relativamente ao estado de conservação da Rua Direita, pela falta ou incompatibilidade de uso. Desta forma, pretende-se que o poder local assumira o compromisso de que, a partir de agora, o património seja tratado de um modo diferente, tendo em atenção a atribuição dos novos usos nas intervenções futuras. Este trabalho poderá ser utilizado como base de orientação para futuras intervenções, por ser uma ferramenta para a salvaguarda e valorização deste património cultural.

Esta investigação revelou-se de elevada importância, no sentido de alertar as entidades competentes, bem como a sociedade em geral, para a necessidade de se

salvaguardarem os centros históricos, antes que sejam de tal forma descaracterizados, que se perca a singularidade da sua essência.

É de salientar, que ao longo da elaboração da presente investigação, foram surgindo algumas dificuldades e impedimentos, como a escassa informação sobre os edifícios da Rua Direita, o pouco tempo disponível para a elaboração do trabalho, a falta de resposta das pessoas contactadas, a limitação do acesso ao arquivo municipal e também a situação pandémica que estamos a viver nos dias de hoje. Por outro lado, podemos considerar a presente investigação, como uma virtude pela capacidade de superar os obstáculos mencionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- . Aguiar, J. (2002). *Cor e cidade histórica: Estudos cromáticos e conservação do património*. Porto: FAUP publicações.
- . Albarello, L., Digneffe, F., Hiernaux, J., Maroy, C., Ruquoy, D., & Saint-Georges, P. (1997). *Práticas e Métodos de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- . Altman, I., & Low, S. (1992). *Place attachment*. New York: Plenum.
- . Alves, L. (1985). *Caminha o seu concelho*. Caminha: Edição da Câmara Municipal de Caminha.
- . Amado, A. E. M. (2012). *A "rua direita" nas cidades portuguesas. Leitura tipomorfológica do elemento urbano*. Dissertação, Faculdade de Arquitectura de Lisboa.
- . Appleton, J. (2007). *Reabilitação urbana e tecnologias de intervenção*. Arquitectura Ibérica 19 Reabilitação. Casal de Cambra: Caleidoscópio. Março 2007 (p.5-17).
- . Avillez, M. J. (1979). *Algumas notas dos conventos do concelho de caminha*. Caminiana, (1), (p. 203-205).
- . Bento, P. T. (2009). *Ruas de Caminha: Toponímia e história da vila da foz do Minho*. Caminha: Junta de Freguesia de Caminha-Matriz, Agrupamento de Escolas Coura e Minho.
- . Bernardino, I. (2013). *A habitabilidade de um centro histórico: a percepção e a valorização dos atributos habitacionais do sítio histórico da boa vista no recife*. Retrieved from <http://unuhostedagem.com.br/%0Arevista/rbeur/index.php/anais/article/view/4584>
- . Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora.
- . Brandi, C. (2006). *Teoría do Restauro*. Amadora: Edições Orion.
- . Cadilha, S. (2008). *Núcleo museológico – Centro histórico de Caminha*. Câmara Municipal de Caminha.
- . Carrió, J. (1999). Presentación. In L. Gilbert Trueba, & R. Bestard Martínez (Eds.), *Tratado de Rehabilitacion Vol.2* (p.7). Madrid: Editorial Munilla-Lería.
- . Carrion, F., & Guardia, M. (2013). *Quito: Centro histórico de Quito: ¿Patrimonio de la humanidad o del mercado?* Retrieved from http://works.bepress.com/fernando_carrion/645/
- . Correia, M. (2007). *Teoría de la conservación y su aplicación al patrimonio en tierra*. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana.
- . Correia, M. (2009). *Conservation intervention in earthen heritage: Assessment and*

significance of failure, criteria, conservation theory and strategies. (Tese de doutoramento, Oxford Brookes University, England).

. Correia, M. (2016). *Conservation in Earthen Heritage : Assessment and Significance of Failure, Criteria, Conservation Theory, and Strategies*. Newcastle: Cambridge Scholars Publishing.

. Correia M. (2018). *Aulas da UC: A43 - História e Teoria da Conservação e Restauro*. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia.

. Costa, J., & Melo, A. (1998). *Dicionário da Língua Portuguesa (8ª ed.)*. Porto: Porto Editora.

. Cruz, M. A. (1988). *Caminha evolução e estrutura da vila da foz do Minho*. Braga: Caminha.

. Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.

. Featherstone, M. (2001). *Culturas Globais e Culturas Locais*. In Fortuna, C. (org.). *Cidade, Cultura e Globalização. Ensaio de Sociologia*. Oeiras: Celta Editora.

. Feilden, B., & Jokilehto, J. (1998). *Management Guidelines for World Cultural Heritage Sites*. Rome: ICCROM.

. Feilden, B. (2003). *Conservation of Historic Buildings*. Retrieved from <http://pt.scribd.com/>

. Ferreira, F. (2011). *A crise em que nos encontramos e um caminho a seguir*. *Pedra & Cal* (49, 8). Lisboa: GECORPA.

. Freitas, V. (Coord.) (2012). *Manual de Apoio ao Projecto de Reabilitação do Edifícios Antigos*. Porto: Ordem dos Engenheiros da Região Norte.

. Funari, P. P. A. (2006). *Patrimônio histórico e cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.

. Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria y Prática*. Oeiras: Editora Celta.

. Gil, A. C. (1994). *Métodos y técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

. Gonsales, C. H. C. (2008). *A preservação do patrimônio moderno: Critérios e valores*. 2º seminário Docomomo. Salvador: Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia.

. González-Varas, I. (2005). *Conservación de Bienes Culturales: Teoría, historia, principios y normas*. Madrid: Cátedra.

- . Groat, L., & Wang, D. (2002). *Architectural Research Methods*. New York: John WileySons.
- . Harvey, D. (1989). *The Condition of Post-Modernity*. Oxford: Oxford University Press.
- . ICOMOS. (1931). *Carta de Atenas: Conclusões da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Retrieved from <http://www.patrimoniocultural.pt>
- . ICOMOS. (1964). *Carta de Veneza. Sobre a conservação e restauro dos monumentos e dos sítios*. Retrieved from <http://www.patrimoniocultural.pt>
- . ICOMOS. (2000). *Carta de Cracóvia: Princípios para a Conservação e o Restauro do Património construído*. Retrieved from <http://www.patrimoniocultural.pt>
- . ICOMOS. (2011). *Recomendação sobre a Paisagem Histórica Urbana*. Retrieved from <https://unescoportugal.mne.gov.pt/>
- . ICOMOS. (2011). *Princípios de La Valetta para a salvaguarda e gestão dos conjuntos urbanos históricos*. Retrieved from <http://www.icomos.org>
- . ICOMOS. (2013). *Declaração do Porto*. Retrieved from <http://www.icomos.pt/images/pdfs/dec25.10.pdf>
- . ICOMOS. (2018). *Princípios europeus de qualidade para intervenções financiadas pela UE com potencial impacto sobre o património cultural*. Retrieved from <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/2436>
- . Vasconcelos, J. L. (1917). *Por Trás-os-Montes*. *Arq. Port*, 22, 16-17.
- . Jacobs, J. (2012). *Vitalidade urbana em Jane Jacobs*. Nova York: Editora WMF Martins Fontes.
- . Jokilehto, J. (2004). *A History of Architectural Conservation*. Oxford: Elsevier Butterworth- Heinemann. 354.
- . Jokilehto, J. (2007). *International charters on urban conservation: some thoughts on the principles expressed in current international doctrine*. Retrieved from www.cecibr.%0Aorg/novo/revista/docs2008/CT-2008-119.pdf
- . Lessard-Hérbet, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1994). *Investigação Qualitativa: Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- . Wong, L. (2017). *Adaptive Reuse: Extending the Lives of Buildings*. Walter de Gruyter GmbH.
- . Lopes, F., & Correia, M. (2004). *Património Arquitectónico e Arqueológico: Cartas*,

Recomendações e Convenções Internacionais. Lisboa: Livros Horizonte.

. Lopes, F., & Correia, M. (2014). *Património Cultural: Critérios e Normas Internacionais de Proteção*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.

. Lyra, C. C. (2016). *Preservação do patrimônio edificado. A questão do uso*. Brasília: Iphan.

. Maalouf, A. (1998). *As Identidades Assassinas*. Lisboa: Difel.

. Mason, R. (2002). *Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices*. Retrieved from <http://www.getty.edu/conservation>

. Massey, D. (2000). *Um sentido global do lugar*. Campinas: Papirus.

. Monteys, X. (2013). *O Edifício Comum: Casas Lisboaetas*. In C. Coelho (Coord.), *Cadernos de Morfologia Urbana: estudos da cidade portuguesa (pp. 188-205)*. Lisboa: Argumentum.

. Noras, J. (2011). *Contributos dos municípios para a salvaguarda do património (Tese de doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Lisboa)*. Retrieved from <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/5757>

. Orbasli, A. (2008). *Architectural Conservation*. Oxford: Blackwell Science.

. PNUD. (2004). *Relatório do Desenvolvimento Humano 2004. Liberdade Cultural num Mundo Diversificado*. Retrieved from <http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2004-portuguese.pdf>

. Proshansky, H. M. (1978). *The city and self-identity*. Environment and Behavior.

. Ribeiro, O. (1994). *Opúsculos Geográficos: temas urbanos (Vol. 5)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

. Rodrigues, H. (2011). *Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia*. (Dissertação de Mestrado, Escola Superior Gallaecia, Vila Nova de Cerveira).

. Serra de Carvalho. (1979). *Perfil histórico das memórias paroquiais de 1758*. Lisboa

. Silva, A. S. (2010). "O poder, um novo trilho na análise cultural?". In Pais, J. & Santos, M. (org.). *Novos Trilhos Culturais: Práticas e Políticas*. Lisboa: Instituto das Ciências Sociais de Lisboa - Imprensa de Ciências Sociais, pp. 281-305.

. Silva Santos, J. M. F. (1979). *Caminha através dos tempos*. Caminha: Barbosa e Xavier Lda.

. Stubbs, J. (2009). *Time Honored: A Global View of Architectural Conservation*. New

Jersey: Wiley.

. Teixeira, M. & Valla, M. (1999). *O urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*. Livros Horizonte.

. Teixeira, J. (2013). *Salvaguarda e Valorização do Edificado Habitacional da Cidade Histórica. Metodologia de Intervenção no Sistema Construtivo da Casa Burguesa do Porto*. (Tese de doutoramento, Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto, Portugal).

. UNESCO. (1976). *Carta de Nairobi: Recomendação sobre a salvaguarda dos conjuntos históricos e da sua função na vida contemporânea*. Retrieved from <http://www.patrimoniocultural.pt>

. Warren, J. (1999). *Conservation of Earth Structures*. Londres: Butterworth Heinemann, UK.

. Yin, R. (2003). *Case Study Research Design and Methods*. LA: Sage Publications.

ÍNDICE DE IMAGENS

Fig. 1 Categorias analíticas - Técnicas e fontes/sujeitas	22
Diana Correia (2021)	
Fig. 2 Categorias analíticas do conjunto	24
Diana Correia (2021)	
Fig. 3 Gráfico das categorias analíticas e dos indicadores	24
Diana Correia (2021)	
Fig. 4 Categorias analíticas da pré-existência	25
Diana Correia (2021)	
Fig. 5 Categorias analíticas da intervenção	26
Diana Correia (2021)	
Fig. 6 Esquema representativo dos valores de Feilden (2003)	48
Diana Correia (2021)	
Fig. 7 Estudo gráfico do assentamento da Vila de Caminha e linhas de crescimento gerais	63
Helder Rodrigues (2010), <i>Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia.</i>	
Fig. 8 Planta da primeira muralha.....	64
http://digitarq.dgarq.gov.pt	
Fig.9 Expansão da Vila	64
Patrick Gomes (2011), <i>Reabilitação do Teatro Valadares em Caminha.</i>	
Fig. 10 Ruas de Caminha	66
Diana Correia (2021)	
Fig. 11 Planta da Vila de Caminha no século XVI.....	67
Diana Correia (2021)	
Fig. 12 Planta da Vila de Caminha no século XVII (1ª metade)	69
Diana Correia (2021)	
Fig. 13 Planta da Vila de Caminha no século XVII/XVII	70
Diana Correia (2021)	
Fig. 14 Planta da Vila de Caminha em 1900.....	72
Diana Correia (2021)	
Fig. 15 Planta da Vila de Caminha em 1975.....	73
Diana Correia (2021)	
Fig. 16 Planta da Vila de Caminha atualmente	74
Diana Correia (2021)	
Fig. 17 Delimitação da área com classificação patrimonial	76
http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/342024	
Fig. 18 Época de construção dos edifícios do Centro Histórico de Caminha	77
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	

Fig. 19 Tipologia de morfologia dos edifícios do centro histórico de Caminha	78
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 20 Número de pisos por edifício do centro histórico de Caminha.....	79
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 21 Tipologia de usos nos edifícios do centro histórico de Caminha.....	80
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 22 Estado de conservação dos edifícios do Centro Histórico de Caminha.....	81
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 23 Desenho esquemático de ocupação da Vila de Caminha entre os séc. XV-XVI	86
Baseado nos desenhos de "O Urbanismo Português. Século XIII-XVIII", 2010.	
Fig. 24 Localização da Rua Direita.....	87
Patrick Gomes (2011), Reabilitação do Teatro Valadares em Caminha.	
Fig. 25 Localização da Rua Direita.....	88
Diana Correia (2021)	
Fig.26 Época de construção dos edifícios da Rua Direita de Caminha.....	89
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 27 Tipologia dos edifícios da Rua Direita de Caminha	90
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 28 Localização da Casa Burguesa na Rua Direita de Caminha séc. XVI	91
Diana Correia (2021)	
Fig. 29 Planta Piso 1 da Casa Burguesa da Rua Direita	92
Cruz, M. A. (1988). <i>Caminha evolução e estrutura da vila da foz do Minho.</i>	
Fig. 30 Casa Burguesa na Rua Direita	92
Helder Rodrigues (2010), <i>Evolução e Transformação da Estrutura Urbana da Vila de Caminha e sua Morfologia.</i>	
Fig. 31 Alçado posterior da ampliação da nova Biblioteca de Caminha.....	93
https://www.cm-caminha.pt/pages/1258?poi_id=303	
Fig. 32 Alçado frontal da ampliação da nova Biblioteca de Caminha.....	93
https://www.cm-caminha.pt/pages/1258?poi_id=303	
Fig. 33 Câmara Municipal vista da Rua Direita.....	93
Diana Correia (2021)	
Fig. 34 Parte do edifício da Câmara	93
http://www.caminha2000.com/jornal/n915/caminha.html	

Fig. 35 Número de pisos por edifício da Rua Direita de Caminha.....	94
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 36 Tipologia de utilização dos edifícios da Rua Direita de Caminha	95
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 37 Tipologia de utilização do piso 0 dos edifícios da Rua Direita de Caminha	96
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 38 Tipologia de utilização do piso 1 dos edifícios da Rua Direita de Caminha	96
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 39 Localização dos equipamentos, serviços da Rua Direita de Caminha	97
Diana Correia (2021)	
Fig. 40 Estado de conservação dos edifícios da Rua Direita de Caminha	98
Redesenhado por Diana Correia (2021) , a partir do Plano de Ação de Regeneração Urbana de Caminha (2016)	
Fig. 41 Localização dos edifícios de domínio público e privado	99
Diana Correia (2021)	
Fig. 42 Localização do Teatro Valadares.....	100
Diana Correia (2021)	
Fig. 43 Localização da Igreja Matriz	100
Diana Correia (2021)	
Fig. 44 Localização da Biblioteca/Museu Municipal	100
Diana Correia (2021)	
Fig. 45 Localização da Câmara Municipal	101
Diana Correia (2021)	
Fig. 46 Número de intervenções realizadas na Rua Direita em Caminha	101
Diana Correia (2021)	
Fig. 47 Graus de intervenção aplicados pelos arquitetos responsáveis pelas intervenções realizadas na Rua Direita de Caminha	102
Diana Correia (2021)	
Fig. 48 Intervenções realizadas que tiveram alteração de uso na Rua Direita de Caminha	103
Diana Correia (2021)	
Fig. 49 Identificação dos edifícios de domínio privado cuja intervenção implicou uma alteração de uso.....	104
Diana Correia (2021)	
Fig. 50 Graus de intervenção atribuídos aos projetos cuja intervenção derivou uma alteração de uso no edifício.....	104
Diana Correia (2021)	

Fig. 51 Localização dos casos de estudo.....	109
Diana Correia (2021)	
Fig. 52 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	113
Diana Correia (2021)	
Fig. 53 Planta da proposta	113
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 54 Fachada principal atual	113
Diana Correia (2021)	
Fig. 55 Alçado frontal	113
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 56 Alçado lateral.....	113
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 57 Espaço interior	113
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 58 Planta vermelhos e amarelos - Esc. 1/200	114
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 59 Planta da proposta - Esc. 1/200	115
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 60 Corte AA - Esc. 1/200.....	115
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 61 Corte BB - Esc. 1/200.....	115
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 62 Corte CC – Esc. 1/200.....	115
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 63 Corte DD – Esc. 1/200.....	115
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Joana Andrade	
Fig. 64 Tabela de identificação dos valores dos valores antes e depois da intervenção	118
Diana Correia (2021)	
Fig. 65 Identificação de elementos dissonantes	119
Diana Correia (2021)	
Fig. 66 Identificação do nível de impacto.....	119
Diana Correia (2021)	
Fig. 67 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	121
Diana Correia (2021)	
Fig. 68 Planta da proposta	121
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto António Calvão	
Fig. 69 Fachada principal atual	121
Diana Correia (2021)	

Fig. 70 Alçado lateral.....	121
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto António Calvão	
Fig. 71 Alçado principal	121
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto António Calvão	
Fig. 72 Exterior do edifício depois da intervenção	122
https://www.allaboutportugal.pt/pt/caminha/restaurantes/duque-de-caminha	
Fig. 73 Interior do edifício depois da intervenção.....	122
https://www.allaboutportugal.pt/pt/caminha/restaurantes/duque-de-caminha	
Fig. 74 Planta da proposta - Esc. 1/200.....	123
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto António Calvão	
Fig. 75 Corte AB - Esc. 1/200	123
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto António Calvão	
Fig. 76 Corte CD - Esc. 1/200.....	123
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto António Calvão	
Fig. 77 Alçado frontal da proposta- Esc. 1/200	123
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto António Calvão	
Fig. 78 Alçado lateral da proposta - Esc. 1/200	123
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto António Calvão	
Fig. 79 Tabela de identificação dos valores patrimoniais antes e depois da intervenção	126
Diana Correia (2021)	
Fig. 80 Identificação de elementos dissonantes	127
Diana Correia (2021)	
Fig. 81 Identificação do nível de impacto.....	127
Diana Correia (2021)	
Fig. 82 Planta de Localização - Esc. 1/4000	129
Diana Correia (2021)	
Fig. 83 Planta da proposta.....	129
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 84 Fachada principal atual.....	129
Diana Correia (2021)	
Fig. 85 Alçado frontal antes da intervenção.....	129
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 86 Planta da proposta - Esc.1/200 – Autora do projeto.....	130
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 87 Alçado frontal da proposta - Esc. 1/200	131
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 88 Corte AA' – Esc.1/200	131
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	

Fig. 89 Corte BB' - Esc.1/200	131
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 90 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	134
Diana Correia (2021)	
Fig. 91 Identificação de elementos dissonantes	135
Diana Correia (2021)	
Fig. 92 Identificação do nível de impacto.....	135
Diana Correia (2021)	
Fig. 93 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	137
Diana Correia (2021)	
Fig. 94 Planta da proposta	137
Diana Correia (2021)	
Fig. 95 Fachada principal atual.....	137
Diana Correia (2021)	
Fig. 96 Interior do bar	138
https://www.facebook.com/Carga-dagua-Caminha-1537281303152914	
Fig. 97 Interior do bar	138
https://www.facebook.com/Carga-dagua-Caminha-1537281303152914	
Fig. 98 Planta vermelhos e amarelos - Esc.1/200	138
Recuperado das peças desenhadas do gabinete Triplano	
Fig. 99 Planta da proposta -Esc.1/200	139
Recuperado das peças desenhadas do gabinete Triplano	
Fig. 100 Corte AA' – Esc.1/200	139
Recuperado das peças desenhadas do gabinete Triplano	
Fig. 101 Alçado frontal da proposta - Esc. 1/200.....	139
Recuperado das peças desenhadas do gabinete Triplano	
Fig. 102 Alçado posterior da proposta - Esc.1/200	139
Recuperado das peças desenhadas do gabinete Triplano	
Fig. 103 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	142
Diana Correia (2021)	
Fig. 104 Identificação de elementos dissonantes	142
Diana Correia (2021)	
Fig. 105 Identificação do nível de impacto.....	143
Diana Correia (2021)	
Fig. 106 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	145
Diana Correia (2021)	
Fig. 107 Planta da proposta	145
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto Pita Guerreiro	
Fig. 108 Alçado frontal	145

Diana Correia (2021)	
Fig. 109 Alçado frontal.....	145
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto Pita Guerreiro	
Fig. 110 Alçado frontal.....	145
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto Pita Guerreiro	
Fig. 111 Interior durante as obras.....	145
Recuperado da memória descritiva do projeto - Arquiteto Pita Guerreiro	
Fig. 112 Receção	146
https://www.facebook.com/teresa.fernandes.796	
Fig. 113 Interior do salão	146
https://www.facebook.com/teresa.fernandes.796	
Fig. 114 Planta vermelhos e amarelos – Esc. 1/200.....	146
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 115 Alçado frontal vermelhos e amarelos - Esc. 1/200	147
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 116 Planta da proposta - Esc.1/200.....	147
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 117 Alçado frontal da proposta - Esc.1/200	147
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 118 Corte AA' - Esc.1/200	147
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 119 Corte BB' – Esc.1/200	147
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 120 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	150
Diana Correia (2021)	
Fig. 121 Identificação de elementos dissonantes	151
Diana Correia (2021)	
Fig. 122 Identificação do nível de impacto.....	151
Diana Correia (2021)	
Fig. 123 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	153
Diana Correia (2021)	
Fig. 124 Planta da proposta.....	153
Diana Correia (2021)	
Fig. 125 Fachada principal atual.....	153
Diana Correia (2021)	
Fig. 126 Interior do restaurante	154
https://www.facebook.com/fernandes.olimpia	
Fig. 127 Interior do restaurante	154
https://www.facebook.com/fernandes.olimpia	

Fig. 128 Interior restaurante	154
https://www.facebook.com/fernandes.olimpia	
Fig. 129 Fachada do restaurante	154
https://www.facebook.com/fernandes.olimpia	
Fig. 130 Planta vermelhos e amarelos – Esc. 1/200.....	155
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 131 Corte AA' vermelhos e amarelos - Esc.1/200	155
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 132 Alçado vermelhos e amarelos frente à Rua Condestável Nuno Álvares – Esc.1/200.....	155
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 133 Planta da proposta - Esc.1/200.....	156
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 134 Corte AA' da proposta - Esc.1/200.....	156
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 135 Alçado proposto frente à Rua Condestável Nuno Álvares – Esc.1/200.....	156
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Sandra Rego	
Fig. 136 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	160
Diana Correia (2021)	
Fig. 137 Identificação de elementos dissonantes	160
Diana Correia (2021)	
Fig. 138 Identificação do nível de impacto.....	161
Diana Correia (2021)	
Fig. 139 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	163
Diana Correia (2021)	
Fig. 140 Planta da proposta	163
Recuperado da memória descritiva do projeto - Gabinete Triplano	
Fig. 141 Fachada principal atual	163
Diana Correia (2021)	
Fig. 142 Exterior do edifício antes da intervenção	163
Recuperado da memória descritiva do projeto - Gabinete Triplano	
Fig. 143 Estado da pré-existência antes da intervenção	163
Recuperado da memória descritiva do projeto - Gabinete Triplano	
Fig. 144 Planta rés do chão vermelhos e amarelos – Esc. 1/200	164
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	
Fig. 145 Planta rés do chão da proposta - Esc.1/200	165
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	
Fig. 146 Planta do Piso 1 da proposta - Esc.1/200.....	165
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	

Fig. 147 Corte AB da proposta - Esc.1/200	165
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	
Fig. 148 Alçado lateral direito – Esc.1/200.....	165
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	
Fig. 149 Alçado principal - Esc.1/200	165
Recuperado das peças desenhadas do Gabinete Triplano	
Fig. 150 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	168
Diana Correia (2021)	
Fig. 151 Identificação de elementos dissonantes	168
Diana Correia (2021)	
Fig. 152 Identificação do nível de impacto.....	169
Diana Correia (2021)	
Fig. 153 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	171
Diana Correia (2021)	
Fig. 154 Planta da proposta.....	171
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 155 Fachada principal atual.....	171
Diana Correia (2021)	
Fig. 156 Planta 2 cota dos arrumos vermelhos e amarelos – Esc. 1/200.....	172
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 157 Planta 2 cota do balcão vermelhos e amarelos – Esc. 1/200	173
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 158 Planta 1 à cota do balcão – Esc.1/200.....	173
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 159 Planta 2 à cota dos arrumos - Esc.1/200	174
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 160 Planta 2 à cota do balcão – Esc.1/200- Esc.1/200.....	174
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 161 Alçado principal proposto – Esc.1/200.....	175
Recuperado das peças desenhadas da Arquiteta Maria Leite	
Fig. 162 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	178
Diana Correia (2021)	
Fig. 163 Identificação de elementos dissonantes	178
Diana Correia (2021)	
Fig. 164 Identificação do nível de impacto.....	179
Diana Correia (2021)	
Fig. 165 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	181
Diana Correia (2021)	
Fig. 166 Planta da proposta.....	181

Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores

Fig. 167 Fachada principal atual	181
Diana Correia (2021)	
Fig. 168 Planta rés do chão da proposta - Esc. 1/200	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 169 Planta do 1º piso da proposta - Esc. 1/200	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 170 Corte AA - Esc. 1/200.....	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 171 Corte BB- Esc. 1/200.....	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 172 Corte BB - Esc. 1/200.....	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 173 Alçado posterior - Esc. 1/200.....	183
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 174 Alçado principal da proposta - Esc.1/200.....	184
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 175 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	187
Diana Correia (2021)	
Fig. 176 Identificação de elementos dissonantes	187
Diana Correia (2021)	
Fig. 177 Identificação do nível de impacto.....	188
Diana Correia (2021)	
Fig. 178 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	190
Diana Correia (2021)	
Fig. 179 Planta da proposta	190
Recuperado da memória descritiva do projeto do Arquiteto Vítor	
Fig. 180 Fachada principal atual	190
Diana Correia (2021)	
Fig. 181 Alçado frontal pré-existência	190
Recuperado da memória descritiva do projeto do Arquiteto Vítor	
Fig. 182 Planta da proposta - Esc. 1/200.....	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	
Fig. 183 Corte AA - Esc. 1/200.....	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	
Fig. 184 Corte BB - Esc. 1/200.....	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	
Fig. 185 Corte CC - Esc. 1/200	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	

Fig. 186 Corte DD - Esc. 1/200.....	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	
Fig. 187 Alçado principal - Esc. 1/200	192
Recuperado das peças desenhadas do Arquiteto Vítor	
Fig. 188 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	195
Diana Correia (2021)	
Fig. 189 Identificação de elementos dissonantes	196
Diana Correia (2021)	
Fig. 190 Identificação do nível de impacto.....	196
Diana Correia (2021)	
Fig. 191 Planta de Localização - Esc. 1/4000.....	198
Diana Correia (2021)	
Fig. 192 Planta da proposta.....	198
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 193 Fachada principal atual.....	198
Diana Correia (2021)	
Fig. 194 Alçado frontal pré-existência.....	198
http://gisaweb.cm-porto.pt	
Fig. 195 Planta vermelhos e amarelos - Esc.1/200.....	199
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 196 Planta da proposta - Esc. 1/200.....	200
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 197 Corte AA - Esc. 1/200	200
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 198 Corte BB - Esc. 1/200	200
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 199 Alçado principal - Esc. 1/200	200
Recuperado das peças desenhadas do gabinete consultores	
Fig. 200 Tabela de identificação dos valores antes e depois da intervenção.....	203
Diana Correia (2021)	
Fig. 201 Identificação de elementos dissonantes	204
Diana Correia (2021)	
Fig. 202 Identificação do nível de impacto.....	204
Diana Correia (2021)	
Fig. 203 Tabela de verificação da alteração de uso por pisos	207
Diana Correia (2021)	
Fig. 204 Tabela de verificação dos usos compatíveis.....	208
Diana Correia (2021)	

Fig. 205 Tabela de verificação dos graus de intervenção após análise da intervenção	209
Diana Correia (2021)	
Fig. 206 Tabela de verificação dos princípios de intervenção após análise da intervenção	209
Diana Correia (2021)	
Fig. 207 Tabela de verificação dos valores mantidos após a intervenção	213
Diana Correia (2021)	
Fig. 208 Tabela de verificação da compartimentação e materiais compatíveis após a intervenção	215
Diana Correia (2021)	
Fig. 209 Tabela de verificação das caixilharias	216
Diana Correia (2021)	
Fig. 210 Tabela de verificação do nível de impacto da intervenção.....	217
Diana Correia (2021)	

ANEXO 1

ENTREVISTAS

PERCEÇÃO DA COMUNIDADE

Uma vez que se pretende analisar a alteração de usos na Rua Direita, considerou-se essencial a elaboração de entrevistas a indivíduos com alguma ligação à rua. Desta forma, pretende-se compreender se estas alterações foram uma mais valia para a preservação do conjunto edificado da Rua Direita. Foram realizadas entrevistas não diretivas de forma livre e sem qualquer guião pré-estabelecido. Foram entrevistados(as) uma caminhense, um ex-morador, um morador, um ex-comerciante, um comerciante com estabelecimento diurno e um comerciante com estabelecimento noturno.

Em relação às entrevistas realizadas, será feita uma análise a partir dos valores patrimoniais, defendidos pelo autor Bernard Feilden (2003) que classifica os valores em emocionais, valores culturais e valores de uso.

A seguir serão apresentadas algumas informações sobre os entrevistados, de forma a contribuir para a análise das entrevistas.

	Identificação	Sexo	Idade	Edifício	Anos de permanência
Informante 1	Morador	Masculino	79 anos	Habitação	1965 até hoje
Informante 2	Ex-morador	Feminino	71 anos	Habitação	1949 até 1995
Informante 3	Comerciante Diurno	Feminino	55 anos	Salão cabeleireiro	1990 até hoje
Informante 4	Comerciante Noturno	Masculino	52 anos	Discoteca e bar	2012 até hoje
Informante 5	Ex-comerciante	Feminino	58 anos	Salão cabeleireiro	2002 até 2019
Informante 6	Caminhense	Feminino	55 anos	-	-

Tabela 1 - Identificação dos entrevistados – Diana Correia (2021)

VALORES EMOCIONAIS:

Através das entrevistas realizadas a indivíduos com alguma relação com a Rua Direita, e que apreciam o edificado, observou-se que os entrevistados têm admiração e carinho por essa rua. Apesar de ter sofrido alterações, a Rua Direita não deixou de ter a sua própria identidade na memória de quem a conhecia. Como referem os informantes 1, 4, e 5 esta rua tem vindo a perder a sua identidade. O informante 4 (comunicação pessoal: 28 de outubro, 2020), é de opinião de que essa perda se deve ao desaparecimento de pessoas, qualidades e características.

A maioria dos entrevistados mencionou que a abertura dos bares foi uma menos valia para a Rua Direita. A informante 6 (comunicação pessoal: 29 de julho, 2020), afirma que há poucos residentes por causa dos bares. A informante 3 (comunicação pessoal: 21 de outubro, 2020), acrescenta que os residentes saíram da Rua pela falta de conforto e qualidade de vida gerada pelos bares. A informante 2 (comunicação pessoal: 15 de outubro, 2020) sentiu-se na obrigação de deixar a casa onde nasceu, e da qual tinha tão boas recordações, principalmente pelo ruído e pela forma como as pessoas que lá iam a tratavam. Segundo ela, essas pessoas “sujavam tudo, urinavam nas portas da minha casa e penduravam-se nas varandas, estragavam tudo. A música dos bares sentia-se dentro de casa. Não dava para descansar”. Esta situação aconteceu com outros moradores da Rua, que também decidiram deixar os seus lares de modo a voltar a ter o mesmo conforto do passado.

Contrariamente a estas opiniões, a informante 3 (comunicação pessoal: 21 de outubro, 2020) refere que “os bares são uma mais valia para a rua, embora ache que devia haver mais policiamento porque o problema não é os bares, mas sim quando os bares fecham por causa das atitudes das pessoas que frequentam esses bares.” No mesmo sentido, o informante 4 (comunicação pessoal: 28 de outubro, 2020) expõe que, o afastamento das pessoas da rua foi “pela falta de cumprimento de regras de coabitação entre os bares, o comércio existente e os moradores. As pessoas vão-se afastando da Rua porque as regras que deveriam ser cumpridas não o são”.

A falta de ocupação nos edifícios e a introdução dos bares fez com que houvesse uma maior degradação do edificado, que conseqüentemente, contribuiu para a descaraterização da Rua Direita.

O interesse dos entrevistados por ver a Rua Direita conservada traduz-se no valor de continuidade. A informante 3 (comunicação pessoal: 21 de outubro, 2020), expõe que “se houvesse alguma facilidade em fazer obras nas casas particulares, se houvesse uma abertura da parte da Câmara Municipal, as casas estariam em melhor estado de conservação”. Já o informante 4 (comunicação pessoal: 28 de outubro, 2020), afirma que o património da Rua Direita é mais valorizado “pelas pessoas que aqui passam sim e muito pouco pelas entidades municipais”. O mesmo entrevistado, em concordância com o informante 3, refere ainda que “deveria haver por parte das entidades responsáveis uma preocupação pela manutenção dos edifícios, para que as casas pudessem ser frequentadas.”

O valor social enquadra-se neste conjunto edificado, por identificarmos que, para os entrevistados, a rua representa algo emocional e característico.

O conjunto de valores emocionais (Feilden, 2003) são identificados na Rua Direita de Caminha, pelo valor de identidade, continuidade, social e respeito.

VALORES CULTURAIS: No conjunto de valores culturais (Feilden, 2003) são identificados: o valor histórico, arquitetónico e paisagístico. Foram assim identificados através da análise documental.

O valor arquitetónico, pelos edifícios serem característicos de uma época.

O valor paisagístico, pelo resultado do conjunto de elementos que identifica a Rua Direita como uma paisagem urbana.

O valor histórico, pela rua apresentar um papel importante no desenvolvimento da história da Vila de Caminha.

VALORES DE USO: O conjunto de valores de uso (Feilden, 2003), funcional, turístico e social, é identificado através do interesse dos entrevistados pela utilização dos edifícios após o encerramento do comércio devido à abertura dos bares.

Atualmente, estes valores já não são identificados pela falta de uso dos edifícios, fazendo com que a obra arquitetónica caia em desuso ou degradação. Em conversa com o informante 4, este refere que a Rua Direita tem sofrido uma degradação brutal, em resultado da falta de utilização dos edifícios.

